



**Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores**  
**Diário da Sessão**

**VIII Legislatura**  
**I Sessão Legislativa**

**Número: 11**  
**Horta, Terça-Feira, 6 de Abril de 2005**

**Presidente:** *Deputado Fernando Menezes*

**Secretários:** *Deputados António Loura e Cláudio Lopes (Substituído no decorrer da Sessão pelo Deputado Luís Henrique)*

**Sessão Extraordinária**

**Sumário**

*Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 20 minutos.*

Da **Agenda da Reunião**, constou um único ponto: **Continuação do debate das Propostas de Decreto Legislativo Regional “Orientações de Médio Prazo para 2005/2008”, “Plano Regional Anual para 2005” e “Orçamento Regional Anual para 2005”**.

Assim, usaram da palavra os Srs. Deputados José Ávila (*PS*), Carla Bretão (*PSD*), Fátima Vieira (*PSD*), Mark Marques (*PSD*), Costa Pereira (*PSD*), José Manuel Bolieiro (*PSD*), Rogério Veiros (*PS*), José San-Bento (*PS*), Pedro Gomes (*PSD*), Paulo Messias (*PS*), Francisco Coelho (*PS*), Cláudio Lopes (*PSD*), Jaime Jorge (*PSD*), António Ventura (*PSD*), Costa Pereira (*PSD*), Alberto Pereira (*PSD*), Lizuarte Machado (*PS*), Ana Isabel Moniz (*PS*), José Manuel Nunes (*PSD*), Lubélia Chaves (*PS*), Hernâni Jorge (*PS*), Maria José Duarte (*PSD*), Alvarino Pinheiro (*PP*), Piedade Lalanda (*PS*), Fernanda Mendes (*PS*), Nélia Amaral (*PS*), António Toste (*PS*), Manuel Avelar (*PS*), António Gonçalves (*PSD*), os Srs. Secretários Regionais da Habitação e Equipamentos (*José Contente*), da Economia (*Duarte Ponte*), dos Assuntos Sociais (*Domingos Cunha*), o Vice-Presidente do Governo (*Sérgio Ávila*) e o Presidente do Governo Regional (*Carlos César*).

*(Os trabalhos terminaram às 20 horas)*

**Presidente:** Bom dia Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo.

*(Eram 10 horas e 20 minutos)*

Vamos iniciar os nossos trabalhos.

Tem a palavra o Sr. Secretário da Mesa para proceder à chamada.

*Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Deputados*

***Partido Socialista (PS)***

**Ana Isabel Damião de Serpa Arruda Moniz**

**António Gonçalves Toste Parreira**

**António José Tavares de Loura**

**Catarina Paula Moniz Furtado**

**Fernando Manuel Machado Menezes**

**Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral**

**Guilherme de Fraga Vicente Nunes**

**Henrique Correia Ventura**

**Hernâni Hélio Jorge**

**João Carlos Correia Lemos Bettencourt**

**José Carlos Gomes San-Bento de Sousa**

**José de Sousa Rego**

**José Gabriel Freitas Eduardo**

**José Gaspar Rosa de Lima**

**José Manuel Gregório de Ávila**

**Lizuarte Manuel Machado**

**Lubélia Maria de Melo Figueiredo Chaves**

**Luís Paulo de Serpa Alves**

**Manuel Avelar Cunha Santos**

**Manuel Soares da Silveira**

**Maria Fernanda da Silva Mendes**

**Maria Piedade Lima Landa Gonçalves Mano**

**Mariana Rego Costa de Matos**

**Nélia Maria Pacheco Amaral**

**Nuno Alexandre da Costa Cabral Amaral**

**Nuno André da Costa Soares Tomé**

**Paulo Manuel Ávila Messias**

**Rogério Paulo Lopes Soares Veiros**

***Partido Social Democrata (PSD)***

**Alberto Abílio Lopes Pereira**

**António Augusto Batista Soares Marinho**

**António Lima Cardoso Ventura**

**António Maria da Silva Gonçalves**

**Carla Patrícia Carvalho Bretão Martins**

**Cláudio José Gomes Lopes**

**Clélio** Ribeiro Parreira Toste **Meneses**  
**Jaime** António da Silveira **Jorge**  
Jorge Alberto da **Costa Pereira**  
**José Manuel** Avelar **Nunes**  
**José Manuel** Cabral Dias **Bolieiro**  
**Luís** Henrique da **Silva**  
Maria de **Fátima** Medeiros **Vieira**  
**Maria José** Botelho de Viveiros da Silva Lemos **Duarte**  
**Mark** Silveira **Marques**  
**Pedro** António de Bettencourt **Gomes**  
**Rui** Fernando Dinis Borges de **Meneses**  
**Sérgio** Emanuel Bettencourt **Ferreira**

***Partido Popular (PP)***

**Alvarino** Manuel de Meneses **Pinheiro**

***Deputado Independente (Ind.)***

**Paulo** Domingos Alves de **Gusmão**

**Presidente:** Estão presentes 48 Srs. Deputados.

Pode entrar o público.

Ontem, quando terminámos os nossos trabalhos, ainda tinha inscrito alguns Srs. Deputados. Vamos dar continuidade ao debate.

Tem a palavra o Sr. Deputado Lizuarte Machado.

**Deputado Lizuarte Machado (PS):** Prescindo, Sr. Presidente.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Jaime Jorge.

**Deputado Jaime Jorge (PSD):** Prescindo, Sr. Presidente.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado João Bettencourt.

**Deputado João Bettencourt (PS):** Prescindo, Sr. Presidente.

**Presidente:** Então tem a palavra o Sr. Deputado José Ávila para proferir uma intervenção.

**Deputado José Ávila (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Ao usar da palavra pela primeira vez nesta tribuna, depois de eleito como representante das gentes da minha terra, não queria deixar passar esta oportunidade para desejar ao Senhor Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores as maiores felicidades na condução desta casa, que tanto admiro e respeito, antes como cidadão, e agora também como Deputado Regional.

Às senhoras e senhores Deputados desejo também que o trabalho desenvolvido durante esta legislatura, seja um contributo importante para a dignificação desta instituição, que é, por excelência, a sede da democracia destas ilhas.

Hoje em dia quase ninguém tem dúvidas que a actividade física tem reconhecido mérito e é transversal aos subsistemas da educação, da saúde, do desporto, do turismo e do ambiente. Daí a importância que cada vez mais lhe tem sido atribuída.

Cada vez que o mundo avança, avançam, também, na mesma proporção, o sedentarismo, a obesidade e outros hábitos pouco saudáveis, conforme se poderá verificar em estudos recentes, que tem servido para alertar o poder político, para os desequilíbrios impostos por este fenómeno, com tendência a ser universal.

Ninguém duvida também que estes factos têm contribuído para o aumento dos custos com os cuidados da saúde e também para a redução da produtividade e da longevidade.

Assim se reflectem os custos do desenvolvimento económico, do progresso e aumento dos níveis de conforto e bem-estar.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Se recuarmos trinta ou quarenta anos atrás, a diferença é gritante e a minha geração pode testemunhar o abismo que nos separa daquela época.

Naquele tempo, as actividades lúdicas estavam sempre associadas ao ar livre, à criatividade e por fim à actividade física, exercidas de uma forma regular, embora sempre, ou quase sempre, com carácter informal.

Desde a implementação da autonomia a preocupação com esta problemática foi também dinâmica, embora com uma intervenção do estado muito pesada e, por isso, considerada castradora, que, no entanto, se foi diluindo ao longo do tempo e dando espaço ao movimento associativo e, ao mesmo tempo, criando condições para que este se organizasse, de modo a poder responder às necessidades das populações.

A segmentação das áreas de intervenção foi uma necessidade, pela disparidade de critérios definidos, e, conseqüentemente, por terem também prioridades de financiamentos diferentes.

O programa de desenvolvimento desportivo do nono Governo Regional sustenta-se num conjunto de princípios que definem a sua actuação política:

- *A educação pelo desporto;*
- *A promoção desportiva;*
- *O livre acesso à prática desportiva;*
- *As infra-estruturas educativas;*
- *Garantia de acesso das populações às estruturas da rede educativa;*
- *A cooperação com o movimento associativo na reflexão, controle e acompanhamento da evolução do desporto regional.*

Verificou-se o crescimento do número de atletas federados em cerca de 60% desde a época desportiva 1995/1996. No caso dos escalões de formação houve mesmo uma duplicação do número de atletas, tendo como referência a época desportiva 2002/2003, e isso faz perceber rapidamente que o esforço do investimento público nestes escalões também teve de disparar de 387 mil euros para 867 mil euros.

Analisando estes valores, e comparando com outras zonas, chega-se à conclusão que os Açores tem uma taxa de federados de 8%, enquanto na Madeira a taxa é de 5% e no Continente Português é de apenas 3%.

A par disto assistiu-se também o crescimento do número de equipas que participam nas provas nacionais, de 28 para 43, houve grande investimento nas estruturas desportivas da responsabilidade directa do Governo Regional - como o Complexo Desportivo das Laranjeiras, o relvado sintético no Estádio João Paulo II, instalações desportivas nas novas escolas dos Ginetes, da Maia e do Topo – o reforço do

desporto escolar e o surgimento de novos projectos como o desporto adaptado e escolinhas do desporto.

Este crescimento, que não é mais do que o objectivo de quem trabalha nesta área, coloca-nos a questão do financiamento.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Todos sabemos que o financiamento público não pôde nem pode acompanhar na mesma proporção o crescimento tão acentuado verificado nos últimos 8 anos, até porque esse crescimento do número de praticantes desportivos implica, desde logo, a necessidade de mais e melhores espaços desportivos, mais encontros regionais e mais contratos programa de desenvolvimento desportivo.

Mesmo assim, a verba de 11,5 milhões de euros prevista no Plano para 2005, será a suficiente para o cumprimento das aspirações dos Açorianos, no âmbito das Instalações e Equipamentos, das Actividades Desportivas, da Promoção e Formação e ainda para a Intervenção Específica em Rabo do Peixe, com a dinamização de actividades desportivas e apoio à participação em quadros competitivos

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Desde 1996 se percebeu que o Governo apostou claramente na problemática do emprego ou a falta dele, antevendo as consequências sociais dramáticas que daí poderiam advir. Mas é a partir de 1998 que surge uma série de orientações dinâmicas e articuladas no Plano Regional de Emprego. Foi, de facto, um sinal claro de ruptura com as políticas de emprego passivas, substituindo-as por políticas claramente mais activas, conjugando factores decisivos e ao mesmo tempo diversos, tais como a inserção, a educação e o tecido empresarial.

Essas medidas resultaram em pleno e é certo que o desemprego diminuiu para níveis inéditos, enquanto subia o emprego, e tudo isto sem o recurso a emprego criado artificialmente, utilizando apenas e tão só as sinergias e dinâmicas criadas por sectores que emergiram recentemente, como é o caso do turismo e também com o recurso ao ensino profissional.

Desde a implementação do Plano Regional do Emprego o número de empregados da Região aumentou 16%, a par do crescimento de 26% do número de empresas e 38% do número de estabelecimentos.

A taxa de desemprego também descolou da taxa de desemprego do Continente Português no terceiro trimestre de 1998 e já no segundo trimestre de 2004 era menos de metade daquela, o que, por si só, demonstra bem o sucesso das políticas implementadas.

Nos próximos 10 anos é previsível que entrem no mercado de trabalho cerca de 50 mil jovens. Isso faz-nos acreditar que o rejuvenescimento da população activa é uma certeza, daí a importância fundamental de criar mecanismos para a transição do mundo escolar para o mundo do trabalho.

Em 1997 os detentores de cursos técnico-profissionais representavam apenas cerca de 1,4% dos activos, enquanto em 2004 atingiu-se já os 10% da população activa, com 17 Escolas Profissionais e ainda Escolas de ensino regular devidamente certificadas, o que demonstra bem o esforço que tem sido feito nesta área em concreto, mesmo em termos financeiros.

Factos são factos e a grande aposta feita nesta área com a aplicação de fluxos financeiros consideráveis, e que no Plano para 2005 é reforçado visivelmente, tem atingido os melhores resultados na busca do pleno emprego, da justiça social e na igualdade de oportunidades, que são claramente objectivos fundamentais da esquerda democrática.

Disse.

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Não havendo pedidos de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos.

**Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (José Contente):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

As Propostas inscritas no Plano 2005 e nas OMP 2005-2008, relativas à SRHE, materializam o Programa do IX Governo aprovado nesta câmara, para as áreas da habitação, obras públicas, equipamentos comunicações e protecção civil.

Traços salientes atravessam as medidas propostas para estas áreas ao longo desta legislatura: redução dos riscos sísmicos e vulnerabilidades do edificado, melhoria e modernização das acessibilidades e, aumento global da segurança.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O sector da habitação cujo investimento aumenta 43,4%, em relação a 2004, continua a ser uma forte aposta no Plano 2005 e será reforçado no decurso desta legislatura. A tarefa ciclópica de reduzir as vulnerabilidades do edificado, como já aconteceu com a reconstrução ou como agora se fará com uma nova reforma da política de habitação, está associado a outras vantagens estratégicas do investimento no sector da habitação. Com efeito, reforço da coesão social, manutenção da empregabilidade na construção civil e implicações económicas positivas na dinamização do mercado ligado à construção são factores importantes potenciados pelo investimento nas novas edificações, reparações e reabilitações do parque habitacional.

A verdade dos números demonstra grande crescimento neste sector. Média das licenças de construção entre 97/2000 – 1832,5 e 2001/2004 – 2144,7 ou do nº de alojamentos que aumentou de 84500, em 1991, para 95241, em 2001.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Neste Plano e nesta legislatura temos novos desafios que exigem novas reformas. Reformar a política habitacional é, desde logo, diversificar tipologias, modos de promoção e promotores e, atingir patamares superiores em relação às médias dos últimos 8 anos, por exemplo, ao nível de cedência de lotes ou de beneficiários do investimento público. Trata-se de, por um lado, flexibilizar os apoios, designadamente, com cedência de projectos tipo de habitação, de lotes infra-estruturados ou de solos por infra-estruturar ou, de participar investimentos realizados ou a realizar na aquisição de solos e ou na sua infra-estruturação.

Outrossim, alargaremos às IPSS e a outras pessoas colectivas de utilidade pública os benefícios dos apoios à habitação ancorando o horizonte social destas instituições, que é sem dúvida o bem comum.

Por outro lado, reabilitar e reparar, será sempre preferível e prioritário, todavia, na promoção de habitação que iremos desenvolver também será privilegiada as edificações sob regime de custos controlados, ou em bom rigor, dos contratos de desenvolvimento habitacionais (CDH'S).

Se, cedemos 266 lotes/ano entre 1997 e 2000 e 276 entre 2001 e 2004, nesta legislatura vamos ultrapassar a média dos 300 lotes/ano focalizando as nossa prioridades nas freguesias onde já detectámos necessidade e procura, justificadoras dos empreendimentos que já projectámos. Retomaremos a política de realojamento com o INH congelada, inexplicavelmente, nos últimos três anos e esperamos agora a aprovação de 366 fogos.

Como se sabe, nos programas de realojamentos, inserem-se os agregados familiares de mais baixos rendimentos que, em regra, configuram situações graves e muito graves, quer de sobrelotação, quer de risco sísmico ou geológico.

Queremos, portanto, eliminar estes focos de insegurança e de precaridade extrema. Observando o que se passa no resto do País e também nas Regiões Ultraperiféricas, em matéria de habitação é nos Açores que estes agregados têm melhores apoios.

Mas, a reforma que estamos a encetar responsabilizará sempre as famílias abrangidas por este investimento público. É por isso, que promoveremos ainda mais o regime de custos controlados com variantes de apoios à aquisição ou ao arrendamento.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A habitação condigna está necessariamente associada a uma integração social efectiva, de modo a permitir novos padrões de qualidade de vida. Mais do que proporcionar um tecto, promover o sector da habitação é estabelecer o equilíbrio individual e social em espaços que representem uma oportunidade de integração normal na vida comunitária.

Deste modo, espaços verdes, áreas reservadas a equipamentos sociais e colectivos estarão sempre presentes no entendimento da dualidade habitação/organização do espaço.

Queremos que cada habitação seja um espaço que proteja a vida das pessoas, bem como as estimule à plena integração individual e colectiva nas nossas comunidades.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Em matéria de obras públicas, o Plano de 2005 e as OMP apontam claramente para um novo impulso na melhoria das acessibilidades ao nível das estradas regionais.

A rede viária regional, com cerca de 1450 Km, sofreu nos últimos 8 anos intervenções sem precedentes, quer ao nível dos novos troços, quer ao nível da reparação e reabilitação, perfazendo mais de 500 Km de melhorias nas estradas regionais.

**Deputado Nuno Amaral (PS):** Muito bem!

**O Orador:** Nos próximos quatro anos regularizaremos a restante rede viária principal (estradas nº 1 – 1ª), a par das intervenções planeadas para os troços secundários e para alguns novos trechos, em particular, variantes a zonas urbanas que retirarão o tráfego pesado destes aglomerados mais densamente povoados.

Serão mais de 300 Km de estradas regionais que sofrerão reformas e intervenções nos próximos quatro anos, sem contabilizar os mais de 90 Km relativos aos eixos viários inscritos no projecto das SCUTS.

Os Açores ficarão, deste modo, num novo nível em matéria de acessibilidades terrestres, mais ajustado às novas exigências e necessidades das tipologias de tráfego, bem como ao reforço da segurança rodoviária, mantendo-se a nossa qualidade ambiental.

Com esta reforma dos pavimentos das estradas regionais teremos impactos positivos ao nível do aumento da velocidade média de deslocação entre os principais centros urbanos, para os mais de 90000 veículos que já circulam na Região.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

As acessibilidades terrestres são factores decisivos do nosso desenvolvimento; elas inscrevem-se num quadro mais global do papel das comunicações no nosso tempo.

A magnitude das transformações sociais operada em todo o mundo pelo sector das comunicações é algo a que os Açores também se querem envolver e aproximar.

As profundas alterações na sociedade e na cultura motivadas pelo impacto das Novas Tecnologias de Informação, originaram expressões desde a década de 70 do século XX que não podem passar despercebidas entre nós: descontinuidade, nascimento de uma sociedade pós-industrial, nova era da informação, terceira vaga, tempo entre duas eras, etc.

Também nos Açores, queremos que o sector das comunicações tenha um papel, crescentemente, relevante, porquanto o acesso generalizado a estes bens, equipamentos e serviços garantirá uma cidadania mais democrática, por exemplo, através do estabelecimento das redes da próxima geração ou do comércio electrónico, o que implicará novos estilos de vida.

Temos pois um grande desafio pela frente: fazer ou acompanhar, em pouco tempo, aquilo que muitos países já conseguiram pelo menos desde a segunda metade do século XX.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Se, a disponibilização gratuita do Canal 1 a todos os açorianos foi um marco assinalável no Governo Socialista do Eng<sup>o</sup> António Guterres, hoje impõe-se a difusão gratuita dos canais generalistas nacionais de televisão, cujo contrato foi proposto ao anterior Governo da República sem que tivesse merecido a aprovação, ...

**Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!**

**O Orador:** ... bem com a disponibilização da RTP/A no pacote da TV Cabo Portugal ou ainda a inclusão na licença a atribuir ao projecto da Televisão Digital Terrestre, de uma cláusula de obrigatoriedade de cobertura da RAA.

Outros projectos que acompanharemos com igual vigor e empenhamento serão o acesso à Internet em banda larga (ADSL) e a estação móvel e fixa em Santa Maria da responsabilidade da Agência Especial Europeia.

O sector das telecomunicações deve garantir, assim, objectivos de interesse público, designadamente, com um moderno e adequado acesso à informação e ao conhecimento.



Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A melhoria da segurança civil dos Açores concretizou-se de modo assinalável nos últimos oito anos para o que concorreu o investimento sem precedentes no SRPCBA. Porém, este é um projecto em permanente construção. Ciente de que o sector da protecção civil é fundamental para o desenvolvimento sustentável dos Açores e que envolve uma diversidade de agentes e beneficiários (cientistas, autoridades, OCS e cidadãos em geral), o Governo propõe um aumento do investimento de 18,4% em relação a 2004. Estas verbas estão associadas a diversas medidas: monitorização, planeamento de emergência, avaliação de riscos, equipamentos e formação.

Neste âmbito, reformaremos a rede de monitorização sísmo vulcânica dos Açores nas áreas da Geofísica, Geodesia e Geoquímica, através do apoio à Universidade dos Açores para aquisição de novo equipamento; avançaremos para os Planos Especiais de Emergência, verdadeiros instrumentos de respostas concretas a situações definidas com base em cenários científicos; promoveremos a integração das cartas de riscos geológicos no planeamento local; concluiremos a rede principal de infra-estruturas e apoiaremos a formação contínua a diferentes agentes de protecção civil diferenciando as aprendizagens e os conteúdos consoante o público-alvo.

Neste quadro, papel relevante terá a Escola de Formação da Terceira no apoio à qualificação dos nossos corpos de bombeiros ou de outras regiões que o solicitem, mediante o treino-formação de novas valências e da actualização da formação básica.

Os Açores, fruto do seu enquadramento geodinâmico, são vulneráveis a catástrofes naturais de origem geológica, como sismos, erupções vulcânicas, libertação de gases tóxicos, contaminação de aquíferos, movimentos de massa e alteração da linha de costa pelo que, a reforma permanente do SRPCBA é uma exigência na construção de uma sociedade em que a redução dos riscos signifique verdadeira cultura de segurança.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Plano de 2005 e as OMP 2005-2008 demonstram que as reformas propostas irão promover uma nova fase de desenvolvimento onde a modernidade, a inovação e a segurança serão a base de um tripé que garantirão a confiança dos açorianos no seu futuro.

Muito obrigado.

**Presidente do Governo Regional** (*Carlos César*): *Muito bem!*

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Estão abertas as inscrições.

*(Pausa)*

Tenho inscrito as Sras. Deputadas Carla Bretão, Fátima Vieira e os Srs. Deputados Mark Marques, Costa Pereira, José Bolieiro, Rogério Veiros, José San-Bento e Pedro Gomes.

Tem a palavra a Sra. Deputada Carla Bretão.

(\*) **Deputada Carla Bretão (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos:

Gostaria apenas de lhe fazer duas perguntas.

Uma delas tem a ver com as suas últimas declarações à comunicação social sobre a reabilitação da via Vitorino Nemésio e ao último troço da mesma.

Gostaria de saber, uma vez que disse que seria para este ano, em que acção é que estão inscritos estes valores para esta reabilitação e quando é que se prevê a conclusão destas duas obras?

A segunda pergunta tem a ver com o Quartel de Bombeiros de Angra do Heroísmo.

De acordo com alguns esclarecimentos seus na Comissão de Política Geral, referiu que a construção deste novo quartel seria uma prioridade.

Gostava de saber se é para este ano, se está inscrita alguma verba para esta obra e que valores estão em causa?

Obrigada.

**Presidente:** O Sr. Secretário pretende responder de imediato?

**Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (José Contente):** Responderei quando houver mais questões.

**Presidente:** Então podemos agrupar em lotes de três.

Tem a palavra a Sra. Deputada Fátima Vieira.

(\*) **Deputada Fátima Vieira (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos:

Eu sou do Concelho da Povoação.

Como sabeis, o Concelho da Povoação, desde há algum tempo, tem sido,...

**Deputado Nuno Amaral (PS):** Maltratado!

**A Oradora:** Não, não ia dizer isso, Sr. Deputado.

... infelizmente, o palco de algumas catástrofes que, por vezes, resultam em mortes - contra isso pouco se pode fazer, até certo ponto - a última das quais, segundo a comunicação social, como devem ter tido oportunidade de ter visto, resultou em 3 mortes. Dois dos cadáveres ainda não apareceram. Também dificultou a normal circulação naquela via.

Pergunto:

- Está previsto para algum plano governamental desta legislatura a resolução das acessibilidades na Povoação e para a Povoação?

- Quando será uma realidade a estrada alternativa à Ribeira Quente prometida em 1997?

**Vozes dos Deputados da bancada do PSD:** *Muito bem! Muito bem!*

**A Oradora:** Última pergunta, embora tivesse muitas mais. Esta pergunta refere-se à estrada dos Arrastadores.

É uma promessa que vem de há largos anos. É uma promessa para esta legislatura.

Quando será incluída no plano do Governo, uma vez que não está neste plano?

Gostaria, Sr. Secretário, de ter resposta para estas perguntas ou que a justificação para elas não fosse feita recorrendo ao passado, porque penso que já tem anos de legislatura suficientes para justificar erros vossos.

**Deputados Pedro Gomes e António Marinho (PSD):** *Muito bem!*

**A Oradora:** Portanto, agradecia que não recorresse a 96, porque estou aqui há dois dias e noto que 96 é sempre a solução para justificar os erros do presente.

**Vozes dos Deputados da bancada do PSD:** *Muito bem! Muito bem!*

**A Oradora:** Pode justificar alguns, mas não todos.

Muito obrigada.

**Vozes dos Deputados da bancada do PSD:** *Muito bem! Muito bem!*

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Mark Marques.

(\*) **Deputado Mark Marques (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sendo eu o último do lote de 3 que o Sr. Secretário da Habitação quer responder, a minha pergunta é muito clara. Basta dizer sim ou não.

O Sr. Secretário, na sua intervenção, referiu que entre 2001 e 2004 foram cedidos 271 lotes.

Referiu que este ano seriam cedidos 300.

Eu falo mais concretamente sobre o loteamento na freguesia da Urzelina, que em 99, em comunicado do Conselho do Governo, já tinha sido deliberada a infra-estrutura desses lotes.

Entretanto, em 2002, em resposta a requerimento meu, havia alguma demora em relação a alguns pareceres.

A resposta ao requerimento informava o seguinte: “Face ao exposto, e caso não se verifique qualquer situação anómala, a Secretaria Regional da Habitação e Equipamentos espera ver concluído/aprovado todo o projecto de loteamento na Freguesia da Urzelina no corrente ano...” – ou seja, 2002 – “... para assim se dar início à fase da execução das infra-estruturas.”

Pergunto: nestes 300 lotes que o Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos acabou de anunciar, está ou não incluído este lote?

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos.

(\*) **Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (José Contente):** Sr. Presidente, Sra. e Srs. Deputados.

Em primeiro lugar, eu gostaria de dizer que aqueles que tiveram com atenção verificaram que eu não falei uma única vez em 96. Pode ser que o faça no decurso das intervenções...

**Deputado Mark Marques (PSD):** Vai ser tentado a fazer!

**O Orador:** ... mas ainda não o fiz.

Respondendo em primeiro lugar à Sra. Deputada Carla Bretão, quer a reabilitação da via rápida, quer o 5º troço, estão incluídos num novo contrato que o Governo Regional fará com a SPRHI, SA, ainda este ano, e que naturalmente vai proporcionar o desenvolvimento da obra.

**Deputado António Marinho (PSD):** Mais um para pôr de lado!

**O Orador:** Não se sabe quando é que estará pronto, porque o projecto ainda não foi lançado a concurso.

Em relação ao Quartel de Bombeiros de Angra do Heroísmo, a Associação Humanitária de Bombeiros foi informada, como já tinha sido a direcção anterior, que, uma vez que tivessem garantidos os terrenos para a sua implantação – havia conversações com a Câmara Municipal de Angra do Heroísmo para que isso pudesse acontecer – o Governo estaria disponível para financiar e compartilhar o projecto e a construção do projecto que fosse aprovado.

Estamos a aguardar que esta nova direcção de bombeiros, que tomou posse há pouco tempo, tenha também uma palavra a dizer nessa matéria, porque como sabe, o Governo comparticipa as associações, mas não é o Governo que encomenda os projectos, nem é o Governo que lança as obras. São as próprias associações.

O Governo está disponível, como a associação sabe, nesta legislatura, para dar corpo à realização desse investimento.

Foi por isso que no meu discurso falei que haveria algumas infra-estruturas importantes no domínio da Protecção Civil que iriam também ter a sua concretização no domínio desta legislatura.

Em relação às acessibilidades da Povoação, nós temos feito um grande investimento nos últimos anos em acessibilidades terrestres na Região Autónoma dos Açores. Foram mais de 500 quilómetros em toda a Região; foram mais, incluindo as calamidades, de 200 milhões de euros que foram investidos de Santa Maria ao Corvo. De facto, é um investimento notável para uma região que estava muito atrasada à data que os senhores não gostam de falar.

*(Risos da câmara)*

A estrada da Povoação tem sofrido algumas melhorias ao longo desta legislatura, intervenções ao nível dos aquedutos, nomeadamente ao nível de obras de drenagem, porque quando há muito pluviosidade costuma causar graves problemas ao longo não só daquela estrada regional como de outras.

É preciso que se diga nesta câmara que os Açores não estão imunes às intempéries atmosféricas, como não está nenhuma parte do país ou do mundo.

A cultura de segurança que nós temos que ter nos Açores não pode ser confundida com um chapéu-de-chuva das entidades autárquicas ou regionais para todas as situações que incorram na Região Autónoma dos Açores.

Uma coisa é o dever do investimento para melhorar a segurança nas acessibilidades e nas entidades que tratam e cuidam da segurança civil nos Açores, outra coisa é irresponsavelmente passar para a opinião pública que há entidades milagrosas que podem, sistematicamente, resolver todos os problemas decorrentes do nosso enquadramento geodinâmico.

Nós estamos sujeitos, desde o início do nosso povoamento, a situações que são descritas na história.

É preciso aumentar a segurança e o investimento na segurança civil, mas não é racional e absurdo introduzir factores de percepção na opinião pública de que não poderá nunca haver uma chuvada que cause estragos, não poderá nunca haver um sismo que coloque problemas porque isso acontece, infelizmente, aqui e em outros sítios.

O que nós sabemos é que estamos no bom caminho, quer ao nível do que tem sido feito na protecção civil, quer ao nível da assessoria técnica que temos, permanente e sistematicamente, da Universidade dos Açores e que tem permitido prevenir muitas situações ao nível dos acidentes graves ou até às vezes das catástrofes e da calamidade.

Mas como eu disse, esta é uma matéria e é uma área em permanente construção. Nós temos o dever e a necessidade de, em ilhas como estas, continuar a trilhar o caminho da segurança que se consegue com mais investimento.

Esse investimento foi muito significativo nos últimos 8 anos, mas volta a crescer em 2005 e essa é uma aposta clara de quem entende isto de um modo racional, lúcido e de um modo que nós consideramos o mais adequado perante as solicitações que impendem sobre a Região Autónoma dos Açores.

Gostaria de dizer, por isso, que as acessibilidades da Povoação se inscrevem nesta cultura de segurança, mas inscrevem-se também no projecto das SCTUS para a Ilha de São Miguel.

Esse projecto vai encurtar o caminho da população da Povoação até aos grandes centros urbanos da cidade de Ponta Delgada, quer pela costa sul, quer pela costa norte. Nisto não tenhamos dúvidas.

Para além das melhorias que serão feitas na estrada entre a Povoação e as Furnas, depois de chegar às Furnas, aqueles que partem das Furnas, terão o caminho encurtado até à cidade de Ponta Delgada, quer se desloquem pelo Norte, quer se desloquem pelo Sul.

Portanto, o projecto das SCUTS é estruturante para a Ilha de São Miguel e não para nenhum concelho em particular.

Em relação à estrada alternativa da Ribeira Quente, esse foi um projecto anunciado numa época em que não havia infra-estruturas nenhuma na freguesia, não havia porto, não havia heliporto e a estrada tinha grandes e graves problemas. Nós investimos na freguesia da Ribeira Quente mais de 6 milhões de contos ao nível da habitação, das obras públicas e de toda a segurança. Foi, de facto, um grande investimento.

Hoje, a actual estrada da Ribeira Quente é mais segura. Pedimos estudos técnicos de viabilidade para um projecto alternativo. Isso transformou-se numa situação tecnicamente exequível, quer pela zona do Agrião, quer por uma estrada que passasse em cima da actual ribeira.

A nossa preocupação é continuar a garantir a melhor segurança na actual estrada, com o alargamento das drenagens que ali são feitas para que as derrocadas sejam cada vez menos significativas no ordenamento das cordilheiras de todos aqueles montes que circulam à estrada da Ribeira Quente e não é por acaso que nos últimos anos as quebradas têm sido menos intensas e têm sido significativas, sob o ponto de vista da sua intensidade.

A estrada dos Arrastadores não é um projecto esquecido por nós. É verdade que nós não pudemos avançar na última legislatura, mas vamos avançar nesta. Já está pedido o estudo do projecto para essa estrada e nós vamos avançar com este projecto.

Nós já temos encomendado as duas pontes que são importantes vencer ao longo deste trajecto. Pensamos que o resto do trajecto deve ser pela manutenção da actual estrada,

para preservar as árvores que ali estão. Portanto, nós vamos avançar nesta legislatura para esse projecto.

Em relação ao loteamento da Urzelina, as infra-estruturas já estão adjudicadas. É uma obra que se vai desenvolver já a partir deste ano.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Costa Pereira.

(\*) **Deputado Costa Pereira (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Duas questões, sendo a primeira relacionada com a reconstrução, resultante do sismo de 98. A última data apresentada pelo Governo para que o processo, naquilo que diz respeito às empreitadas públicas, estivesse terminado, era 2004.

Essa data não foi cumprida. Ainda decorrem empreitadas públicas.

Sr. Secretário, embora aquilo que está a decorrer seja residual, para quando se prevê efectivamente o fim da reconstrução, nomeadamente naquilo que diz respeito às empreitadas públicas que estão em curso?

Por outro lado, e ainda relacionado com a reconstrução, a Resolução que foi aprovada, por unanimidade, nesta Assembleia, em 2001, recomendava ao Governo que desenvolvesse uma acção específica no sentido de resolver o caso dos sinistrados do 1º escalão que não tinham terra. Ela já foi objecto de legislação posterior, cujo processo está neste momento a decorrer, mas pelo que sei, e foi referido na comunicação social, com uma aderência inferior àquela que seria de esperar e está a ser objecto de investigação sobre o que é que se passa, no domínio desses sinistrados. Gostava que o Sr. Secretário informasse qual o ponto da situação neste momento.

Em relação à segunda parte da Resolução que foi também aprovada, e que tem a ver com a situação dos sinistrados do 2º e 3º escalão, que não têm possibilidades de por si avançarem com as obras, gostaria de saber nesse domínio o que é que se está a pensar fazer para esta legislatura.

Relativamente a tantos quilómetros de estrada que se comprometeu e que fez referência que vão fazer parte dos investimentos do Governo para esta legislatura, gostava de lhe perguntar se nesses quilómetros está incluída a 1ª e 2ª fase à variante à cidade da Horta e em que altura é que está previsto neste planeamento a sua execução.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro.

**Deputado José Manuel Bolieiro (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Uma questão muito simples:

O Sr. Secretário Regional da Habitação tem também a responsabilidade de gerir as telecomunicações.

No Séc. XXI é inaceitável esta condição dos açorianos serem ainda, em matéria de televisão, portugueses de segunda. Todos defendemos o princípio da gratuitidade no acesso aos canais nacionais generalistas, que ainda hoje não se verifica.

Um primeiro registo: o registo de uma oportunidade perdida deste Governo.

O ano de 2004 passou e não foi possível os açorianos poderem ter acesso gratuito aos canais nacionais generalistas. A Madeira deu passos em frente e o Governo Regional dos Açores marcou passo.

Gostaria por isso de saber, Sr. Secretário, que grau de exigência e de compromisso pretende ter o Governo Regional, junto do Governo da República, quanto a essa

matéria, e em que prazo é possível os açorianos terem nas suas casas acesso gratuito aos canais generalistas nacionais?

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos.

(\*) **Secretário Regional da Habitação e Equipamentos** (*José Contente*): Sr. Presidente, Sra. e Srs. Deputados, Sr. Deputado Costa Pereira:

Em relação à reconstrução devo-lhe dizer que, em primeiro lugar, no Faial já não há empreitadas a iniciar e as que estão em curso estão a terminar. Isso é uma boa situação para aquilo que nós nos comprometemos.

Gostaria de dizer também que o investimento já ronda os 157 milhões de euros, apesar da Região só ter contado, no que respeita à solidariedade nacional, com 20 e mais 17,5 milhões de euros. Portanto, isso é um grande esforço só da Região, infelizmente.

Gostaria de dizer também que em relação aos sinistrados do 1º escalão, que tinham situações indefinidas, este ano vai ser lançada uma empreitada para resolver esses cerca de 30 casos que foram identificados, depois da recolha de elementos.

Não há uma solução expedita, porque a lei não o permite. Nós temos alguma dificuldade de como é que vamos entrar em empreitadas com pessoas que têm participação a fundo perdido.

Isso não é uma solução tecnicamente, como já foi dito aqui várias vezes, possível de ultrapassar. Como é que se ultrapassa uma situação de quem tem a fundo perdido parte do investimento e a outra parte é da responsabilidade do próprio? Como é que isso se conjuga numa empreitada? Não é uma situação fácil, não está de acordo com a lei, nem sequer com as acusações que nos eram feitas de que nós tirávamos iniciativa às pessoas e não as deixávamos avançar.

Portanto, entendamo-nos um pouco sobre a questão da iniciativa e deste princípio de alguma contradição.

Em relação aos comodatários e arrendatários sem terra, no caso do Pico, eles estão incluídos numa empreitada. No caso do Faial nós temos uma identificação de 63 arrendatários sem terreno. Com requerimento e toda a documentação entregue, infelizmente, só temos 20. Pensamos que as pessoas continuam a querer ter uma casa de graça. Com requerimento e sem documentação entregue temos 34 e sem levantar o requerimento temos 9.

Os sinistrados que nesta altura não têm enquadramento, porque efectivamente nem tinham casa, nem eram arrendatários na altura, são 19 e irão ser integrados na política de realojamentos.

Em relação às estradas do Faial, elas também têm um lugar nesta legislatura.

A variante à cidade da Horta, foi aquela que foi considerada por um grupo de moradores como necessária para esta altura, porque não destruía a zona do Bairro da Boavista. Essa é a primeira fase a avançar. O projecto está pronto e vai ser lançado a concurso através do investimento que vamos fazer com a SPRHI, SA.

Nesta legislatura será também completada a situação do Largo Jaime de Melo/Ribeira do Cabo/Caldeira/Cedros, que é também uma via importante no caso do Faial.

Gostaria de dizer, por último, ao Sr. Deputado José Manuel Bolieiro que a gratuitidade dos canais generalistas é um princípio assumido pelo Governo Regional.

Como sabe também, nós fizemos várias diligências com o anterior Governo da República, o qual não entendeu duas simples coisas para inviabilizar o nosso protocolo:

Primeiro, nós achamos que só devemos pagar 1,2 milhões de euros e não 1,5 como a Madeira, porque o número de pessoas a que vamos disponibilizar esses canais é menor.

Segundo, exigíamos, como continuamos a exigir, que num futuro projecto de televisão digital terrestre no Continente, quando ele vier a ser concretizado, nós queremos também estar integrados. Foi tão só isto que o anterior Governo da República não aceitou no acordo para inviabilizar qualquer assinatura.

Portanto, a má vontade não foi nossa.

**Deputado José Manuel Bolieiro (PSD):** A Madeira avançou e nós marcámos passo!

**O Orador:** Nós predispusemo-nos a isto e foi exactamente com esta má argumentação que o Ministro Morais Sarmento inviabilizou várias propostas de acordo. Portanto, a culpa está lá.

Temos os documentos, temos as cartas trocadas e isso fica para a história do anterior Governo da República como não querer resolver um problema fundamental. Aliás, está na história dos Governos do Partido Socialista ficar com esta resolução.

Resolveu o Canal 1 para todos os açorianos e vai resolver também este.

É esta a verdade.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Rogério Veiros.

**(\*) Deputado Rogério Veiros (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Porque aqui se tratou de vários assuntos, eu também queria trazer ao Plenário assuntos que têm a ver com São Jorge: estradas e habitação.

Em primeiro lugar, para fazer o reconhecimento a Sua Excelência, o Sr. Secretário, pelo excelente trabalho de sinalização e de melhor circulação e segurança na estrada do Topo e nas estradas dos Nortes, que está a ser levado a cabo.

Em segundo lugar, para lhe dizer aqui e para que as pessoas saibam que nós, na presente legislatura, iremos concluir algumas obras que ainda fazem falta em São Jorge e que têm a ver com a pavimentação de estradas que estão por pavimentar e que nós, socialistas, as colocámos no nosso manifesto e vamos cumprir.

Também gostaria de lhe fazer um outro reconhecimento, é que há bem poucos dias tive o cuidado de passar pela nova recta dos Moinhos, que muitos profetas da desgraça diziam que nós não íamos fazer. Nós estamos a fazê-la e de uma forma, Sr. Secretário, que não vai ser preciso, para os desconhecidos e para as pessoas que desconhecem São Jorge, fazer-lhes lembrar o que é que era o período que a oposição não gosta de ser lembrado e aquele que é o período de agora.

Quando nós sairmos do aeroporto, em São Jorge, e atravessarmos a recta dos Moinhos, vamos ver o que é uma estrada pós a data que a oposição não gosta de ser referida e quando entrarmos na variante Manadas/Urzelina vamos ver a estrada da governação aos ziguezagues e às curvas. É mais uns parabéns ao Sr. Secretário pela grande obra que está a ser feita em São Jorge.

Relativamente à habitação, e pelo esclarecimento que aqui já foi feito em relação ao loteamento, gostaria de dizer que o sol quando nasce é para todos. São Jorge também está iluminado pelos Governos do Partido Socialista.



Nós também tivemos, tal qual como teve o Pico e o Faial, uma catástrofe. Só que na altura tivemos duas, a primeira foi igual, um sismo que demoliu as nossas habitações; a segunda catástrofe aconteceu, porque nos finais do séc. XX tivemos um governo cuja intervenção permitiu que muitas casas se reconstruíssem sem casa de banho e sem as condições mínimas que deviam ter essas habitações.

Por isso, os Deputados do Partido Socialista, junto da Delegação da sua Secretaria, em Jorge, têm feito um trabalho de levantamento e de ajuda às pessoas que em 1980 tiveram a infelicidade de ter um governo que não soube gerir de boa forma e como está a ser gerida a reconstrução do Pico e do Faial. Por isso estão a fazer um levantamento de situações que já estão a ter a intervenção da sua Secretaria.

Gostaria de realçar isso aqui e de lhe dar os parabéns pela coragem da sua secretaria na intervenção desses casos e para que na presente legislatura e já neste plano de 2005 essa intervenção continue da forma como está a ser feita e que os jorgenses merecem que seja feita.

Muito obrigado.

**Deputado Mark Marques (PSD):** O sol nasce para todos, mas a luz não!

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado José San-Bento.

(\*) **Deputado José San-Bento (PS):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado Bolieiro fez aqui uma intervenção sobre os canais generalistas com dois objectivos claros, um declarado, outro oculto.

O objectivo declarado, evidentemente, era sinalizar esta importante matéria para as cores do PSD. O objectivo oculto foi iludir aquela, e já todos os açorianos perceberam, que é a manifesta incapacidade de influência do PSD/Açores, e nomeadamente do seu líder, ...

**Deputado Nuno Tomé (PS):** *Muito bem!*

**O Orador:** ... nestas questões nacionais que dizem respeito à defesa dos interesses dos Açores. Um líder que, aliás, inexplicavelmente, está ausente deste debate.

**Vozes dos Deputados da bancada do PS:** *Muito bem! Muito bem!*

**O Orador:** É bom que se diga que o Sr. Deputado Bolieiro, no dia 5 de Fevereiro de 2004, dizia esta verdadeira pérola a um diário de São Miguel:

“José Manuel Bolieiro reforça que foram as diligências do PSD/Açores que motivaram a tomada de posição do Governo da República e adiantou que o partido de Victor Cruz mantém toda a expectativa, recentemente anunciada, e que pode estar por horas, por parte do Ministro Morais Sarmiento, o anúncio na Assembleia da República da calendarização e da definição técnica de como os habitantes dos Açores e da Madeira terão acesso gratuito a todos os canais generalistas do país.”

Adiantava mais ainda:

“O resto, diz aquele dirigente do PSD, é uma questão de tentativa de agarrar um comboio em marcha – imagine-se!”

Julgo que esta matéria, colocada aqui com pezinhos de lã como colocou o Deputado Bolieiro, deve merecer uma reflexão e deve apelar à memória, para os açorianos perceberem que, se calhar, mais do que tentar aparecer na fotografia e, por exemplo, fazer um discurso do 25 de Abril, que evidentemente é importante, deve-se concluir que o PSD do passado, o PSD do presente e aquele que será também seguramente,

por estas atitudes, o PSD do futuro, é o mesmo PSD que não conseguiu ter qualquer influência, em matéria de financiamento da reconstrução.

É o mesmo partido que não teve qualquer capacidade de rever a Lei de Finanças Regionais quando esteve no poder da República, como sempre defendeu a sua antiga líder parlamentar.

**Deputado Clélio Meneses (PSD):** E agora?

**O Orador:** Agora é diferente. O PS sempre manteve uma postura responsável em relação a isso.

Os senhores defendiam a revisão da Lei de Finanças Regionais na formulação de um mini quadro de apoio e deixaram aqui essa bandeira.

Foi o mesmo partido que não teve qualquer capacidade de defesa da Zona Económica Exclusiva dos Açores; foi o mesmo partido que não teve qualquer capacidade de defesa do sector produtivo, nomeadamente do sector leiteiro nos Açores; e foi também o partido que não teve qualquer capacidade. Por isso mesmo o Sr. Deputado não tem qualquer autoridade para vir aqui falar nesta matéria dos canais generalistas.

Eu gostava de terminar apenas fazendo uma declaração e assumindo muito frontalmente a posição do PS nos Açores.

O PS, nos Açores, garante aos açorianos, conforme já explicou muito bem o Sr. Secretário, que esta solução vai ser resolvida e nós vamos ter, nas nove ilhas dos Açores, os canais generalistas nacionais gratuitos.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

O tempo da censura e do conservadorismo, onde se censurava os spots das publicidades em relação à prevenção da sexualidade, ...

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)*

... o tempo em que se censurava as impressões das telenovelas, já passou nos Açores. Estas práticas inspiradas e importadas para os Açores pelos regimes teocráticos, eventualmente inspiradas por alguma viagem a Teerão, já não fazem parte do presente dos Açores.

Podem os açorianos contar connosco. Nós vamos resolver mais este problema.

Muito obrigado.

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Gomes.

**Deputado Pedro Gomes (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Para que fique para memória futura nesta câmara, quanto à capacidade de influência do Governo Regional em relação ao Governo da República, regista-se a intervenção do Sr. Deputado José San-Bento.

Faremos o balanço da capacidade de influência deste Governo Regional com este Governo da República, daqui a um, dois, três ou quatro anos...

**Deputado José San-Bento (PS):** Quando quiser. Já pode começar!

**O Orador:** ... e, no fim, iremos ver se o grau de influência do Partido Socialista dos Açores, em relação ao Partido Socialista Nacional, será benéfico ou não para a resolução dos problemas da Região Autónoma dos Açores.

A sua declaração fica para o futuro. Vamos tomar boa nota dela.

Quando os senhores não têm argumentos, tentam fazer um exercício de misturar o passado com considerações esotéricas sobre o futuro, que foi aquilo que o senhor fez. Aliás, o Sr. Deputado José San-Bento é um especialista nesta matéria...

**Deputado José San-Bento (PS):** Eu não sou especialista em nada. Sou muito humilde!

**O Orador:** ... e quando não tem qualquer argumentação faz uma intervenção como aquela que aqui acabou de fazer!

Mas eu não vou falar nisso. Eu tenho perguntas para fazer ao Sr. Secretário da Habitação e Equipamentos.

**Deputado José San-Bento (PS):** O senhor devia estar muito distraído, algures!

**O Orador:** Sr. Secretário, as perguntas que lhe quero fazer têm a ver com a SPRHI, SA.

Nos avales concedidos pela Região aparece uma verba de 64 milhões e 70 mil euros de avales concedidos à SPRHI, SA. Mas na descrição relativa a esta sociedade aparece apenas uma referência a um único aval no valor de 50 milhões de euros (pag. 106).

Pergunto: qual dos dois valores é que está correcto? É o valor que está inscrito nos avales concedidos pela Região? Ou é o valor que está referenciado no descritivo relativo a esta sociedade? Um dos dois será verdadeiro.

Na mesma descrição relativa à SPRHI, SA, diz-se que a região tem “compromissos de transferência” em 2004, 2005 e 2006, no valor total de 101,5 milhões de euros.

Pergunto: que compromissos financeiros são estes? Estão ou não incluídos no montante global de avales pedidos pelo Governo neste Orçamento? Ou se, pelo contrário, correspondem a contratos programa descritos no Plano? Já agora, pergunto concretamente, se estes 101,5 milhões de euros correspondem aos contratos programas identificados nos programas 18.1.6 e 23.3?

Terceira pergunta sobre a SPRHI, SA:

O que é o contrato programa no valor de 638 mil 435 euros do programa 18.1.6 (habitação) e o que é o contrato programa 23.3 (rede viária) no valor de 21 milhões e 200 mil euros?

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos.

**(\*) Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (José Contente):** Sr. Presidente, Sra. e Srs. Deputados:

Em primeiro lugar, a informação disponível é que em 1 de Março há um aval de 50 milhões de euros para o empréstimo para a reconstrução e depois há também um novo aval, em 1 de Abril de 2004, para resolver questões mais relacionadas com as estradas, de 14 milhões e 70 mil euros.

De resto, os avales que são dados pelo Governo têm a ver, por um lado, com a questão do sismo em si, e esses são conhecidos há muito tempo, e há uma segunda parte que tem a ver com as estradas regionais.

Eu gostaria de esclarecer uma coisa nesta câmara, é que a SPRHI, SA, até ao momento, não tem endividamento líquido directo, porque as estradas que nós estamos a construir ou as infra-estruturas, em termos habitacionais, para responder à questão nº 3, que nós estamos a fazer, são comparticipadas por fundos comunitários e cabe à Região apenas a comparticipação de 15%.

Portanto, a SPRHI, SA recebe aquilo que o Governo Regional receberia de fundos comunitários e o Governo Regional comparticipa nos 15% mediante o contrato programa. Portanto, nem é um mau negócio, nem é endividamento da SPRHI, SA.

Nós temos um instrumento financeiro ao nosso dispor, e aqueles que têm sociedades anónimas têm também, para poder celebrar outros contratos com a SPRHI, SA, como será feito.

Portanto, sob o ponto de vista do que está feito é isto. O que será feito serão novos contratos programas nos moldes que o Governo Regional entender mais adequados para financiar as soluções que estão inscritas no Plano da Região Autónoma dos Açores.

Muito obrigado.

**Deputado Nuno Amaral (PS):** *Muito bem!*

**Presidente:** Tem a palavra a Sra. Deputada Carla Bretão.

(\*) **Deputada Carla Bretão (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Relativamente às duas últimas perguntas que fiz ao Sr. Secretário, fiquei a saber que o quartel de bombeiros, afinal, não é uma prioridade, porque pelos vistos a bola não está do seu lado, está do lado da administração do quartel.

Em relação a outros assuntos, eu gostava de lhe perguntar, concretamente em relação aos apoios financeiros que parece que vão surgir para as infestações de térmitas, onde é que estes apoios estão classificados e que montantes envolvem?

Outra questão que lhe queria colocar tem a ver com a estrada Serreta/Santa Bárbara ou Santa Bárbara/Serreta, como designa.

A empreitada de correcção, alargamento e reabilitação desta estrada, em Janeiro de 2004, apresentou alguns trabalhos a mais devido a uns erros de medição no projecto.

Os trabalhos a mais foram autorizados. Foi publicado um despacho que previa esses mesmos trabalhos e autorizava a celebração de um contrato adicional.

No entanto, é meu espanto quando em Março de 2003 vejo esse mesmo despacho revogado e novamente publicado.

Esta estrada já está concluída. Esses trabalhos a mais foram concluídos em Maio de 2004, como a própria minuta do contrato refere.

Ela aparece novamente no Plano com uma verba de 850 mil euros e dá-se esta situação de desfasamento de um ano.

Gostava de saber o que é que está aqui em causa? O que é que se passou?

Obrigada.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos.

(\*) **Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (José Contente):** Sr. Presidente, Sra. e Srs. Deputados:

Em primeiro lugar, para dizer que a responsabilidade do Quartel de Angra é nossa naquilo que corresponde à comparticipação financeira, mas não ao projecto...

**Deputada Carla Bretão (PSD):** Então não é prioridade!

**O Orador:** É sempre assim, Sra. Deputada.

Não é o Governo que lança as empreitadas dos quartéis. Não é o Governo que faz os projectos dos quartéis.

**Deputada Carla Bretão (PSD):** Já estava inscrito no Plano de 2002, mas depois desapareceu!

**O Orador:** Não há esse centralismo. Desapareceu porque o quartel de Bombeiros de Angra...

**Deputada Carla Bretão (PSD):** Desapareceu porque não arranjam os terrenos!

**O Orador:** ... mudou de estratégia. Inicialmente queriam a sua ampliação, mas depois houve uma filosofia no interior da associação e decidiram que era mais útil, para as novas exigência, um novo quartel. Foi exactamente por isso que houve alterações dessa verba.

Em relação à empreitada de Lajes/Santa Bárbara, não é Lajes/Santa Bárbara, é Lajes/Serreta e depois Serreta/Santa Bárbara. Fomos nós que a fizemos, como sabe.

A Serreta/Santa Bárbara não acabou ainda. Há obras que estão a decorrer em termos de sobras e sobretudo há obras que são aquelas que resultam das expropriações que nós temos que fazer. Nós temos essa verba inscrita porque temos não só sobras que continuam, como temos expropriações para pagar.

Como sabe, há processos litigiosos que o Governo Regional, independentemente da sua vontade, tem que assumir quando as decisões são proferidas e é por isso que há a dotação dessa verba aí.

**Deputada Carla Bretão (PSD):** Mas não foi essa a pergunta que lhe fiz. Perguntei-lhe por que foi adiada um ano?

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Gomes.

(\*) **Deputado Pedro Gomes (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo; Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos:

Ficou clara a sua resposta quanto aos avals, mas não ficou respondida a minha questão quanto aos compromissos de transferência para 2004, 2005 e 2006, se eles se referem aos programas que referi ou não.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos.

(\*) **Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (José Contente):** Sr. Presidente, Sra. e Srs. Deputados:

Em relação aos avals está respondido. Aliás, era essa a sua questão principal.

Em relação aos compromissos financeiros de 2003, 2004 e 2005, obviamente que são as transferências que nós faremos no âmbito dos contratos programa que temos com a SPRHI, SA. É por isso que está inscrito no plano dessa maneira.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro.

**Deputado José Manuel Bolieiro (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Muito brevemente para dizer que não me considere com resposta do Sr. Secretário e muito menos do Deputado San-Bento. Aliás, a intervenção do Sr. Deputado San-Bento foi mais um *fait divers*. Já antigamente as cortes tinham personalidades que faziam bem esse papel.

Mas gostaria de dizer que o Sr. Secretário, de Março até Dezembro, não foi capaz de responder ao Ministro Morais Sarmiento.

Eu tenho aqui a carta que o senhor mandou...

**Presidente do Governo Regional (Carlos César):** Mas o Ministro Morais Sarmiento sempre foi mentiroso!

**O Orador:** ... no dia 16 de Dezembro de 2004 para responder ao Governo da República sobre a transmissão dos canais nacionais generalistas para a Região.

Portanto, este marcar passo do Governo Regional não tem correspondência com a atitude do Governo da Madeira.

Quero saber qual é o prazo que o senhor aqui determina, como objectivo para o Governo Regional, do acesso gratuito dos açorianos aos canais nacionais generalistas.

**Deputado Pedro Gomes (PSD):** *Muito bem!*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos.

**(\*) Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (José Contente):** Sr. Presidente, Sra. e Srs. Deputados:

Sra. Deputada Carla Bretão, não respondi à questão das térmitas, porque, como sabe, esse é um diploma que vai entrar nesta casa em pouco tempo. Aliás, penso que vai ser motivo de audição em pouco tempo.

Não está aprovado, mas digo-lhe já que o Governo Regional garantiu verbas neste plano, quer para os juros bonificados, quer para a questão do fundo perdido.

**Deputada Carla Bretão (PSD):** Mas quero saber onde!

**Deputado Clélio Meneses (PSD):** Onde? Onde é que está isso?

**O Orador:** Já lá vamos chegar.

Gostaria de dizer ao Sr. Deputado José Manuel Bolieiro que está completamente equivocado em relação à boa vontade do Ministro Morais Sarmiento.

**Deputado José Manuel Bolieiro (PSD):** 16 de Dezembro de 2004!

**O Orador:** Todas as vezes, nós propusemos várias situações e a última das quais ficou num acordo, depois de vária correspondência,...

**Deputado José Manuel Bolieiro (PSD):** Está aqui a sua assinatura!

**O Orador:** ... no dia 3/01/2005, que tendo sido remetido para o Ministro Morais Sarmiento não foi aceite na parte final do considerando G, nº 5 da cláusula 1ª e o nº 3 da cláusula 4ª.

O que é que diziam essas cláusulas?

Apenas o seguinte: “o Governo da República e o Governo Regional ...

**Deputado Pedro Gomes (PSD):** Levou um ano para dar resposta a esse protocolo!

**O Orador:** ... chegaram entretanto a acordo sobre uma solução de garantir o acesso da Região Autónoma dos Açores aos canais generalistas sem prejuízo de ser garantida pelo Governo a República a obrigatoriedade de distribuição em todo o arquipélago dos Açores da televisão digital terrestre pelo operador ou operadores que vierem a deter a autorização para a prestação desse serviço”.

Não foi aceite, inexplicavelmente. Foi má vontade.

**Deputado José Manuel Bolieiro (PSD):** O senhor esteve a marcar passo!

**O Orador:** Repare: nós estávamos a obrigar o Governo da República a incrementar o projecto de televisão digital terrestre.

Agora, não podíamos aceitar, nem poderíamos nunca aceitar que, havendo esse projecto no Continente, os Açores ficassem fora desse projecto e que isso não ficasse salvaguardado neste acordo.

**Deputado José Manuel Bolieiro (PSD):** Não tem nada a ver!

**O Orador:** Foi por isso que o acordo não foi aceite. Foi por isso que também o Governo da República “garante que o operador ou operadores que vierem a deter autorização para a distribuição da Portugal Divisão do Estado Terrestre, terão obrigações de cobertura integral da Região Autónoma dos Açores, à semelhança da solução mencionada na e) dos considerandos”. Também não foi aceite.

Isto é novamente má vontade do Governo da República.

**Deputado José San-Bento (PS):** *Muito bem!*

**O Orador:** O Governo da República ateve-se a dois pormenores para dizer que não assinava o acordo.

Nós quisemos assinar o acordo. O Governo da República é que não quis.

Os senhores, pelos vistos, que tinham tanta força política junto do Governo da República e até detinham a correspondência, como eu estou a ver, não mexeram uma palha para que isso se alterasse.

**Deputado José Manuel Bolieiro (PSD):** A carta é sua!

**O Orador:** Vêm agora exigir prazos e dias para a implementação dos projectos.

Não têm autoridade, nem credibilidade, nem legitimidade.

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** O Sr. Deputado Francisco Coelho pede a palavra para...?

**Deputado Francisco Coelho (PS):** Sr. Presidente, nos termos regimentais, o Partido Socialista solicita um intervalo de 15 minutos.

**Presidente:** Está concedido. Os nossos trabalhos estão suspensos por 15 minutos.

*(Eram 11 horas e 40 minutos)*

**Presidente:** Srs. Deputados, vamos prosseguir os nossos trabalhos.

*(Eram 12 horas e 10 minutos)*

Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Messias.

**Deputado Paulo Messias (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Encontramo-nos hoje a analisar e a debater o Plano Regional para o ano de 2005 e as Orientações de Médio Prazo 2005-2008. Trata-se do primeiro plano apresentado nesta Assembleia pelo Governo que resultou do acto eleitoral de 17 de Outubro último. Nessa data o povo açoriano atribuiu ao Partido Socialista uma maioria absoluta e o direito de governar a Região durante os próximos quatro anos. É, pois, com expectativa que aguardamos que, no final, estes documentos tenham o voto favorável desta Assembleia.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Nos últimos anos os Governos Regionais têm feito um enorme esforço orçamental no sentido de conseguirem os investimentos e as políticas necessárias à redução das assimetrias sociais e económicas de modo a promover-se o desenvolvimento integrado e equilibrado da Região.

A construção e reabilitação de estradas regionais assumiu um papel importante face ao volume do investimento realizado nos últimos oito anos. Entre 1997 e 2004 foram investidos cerca de 225 milhões de euros, na intervenção e construção de aproximadamente 500 km de estradas.

Já muito foi feito, mas muito falta ainda fazer, pois existem cerca de 1450 km de estradas regionais. Muitas já não sofrem uma intervenção há mais de 20 anos, outras porém, intervencionadas que foram há cerca de uma década, encontram-se em péssimo estado de conservação, sendo necessário, por isso, ter de se intervir com alguma urgência, para o bem estar dos utentes dessas mesmas vias.

É com o propósito de colmatar muitas destas necessidades que o Governo Regional inscreveu neste plano a verba de 42.614.170 (quarenta e dois milhões seiscentos e catorze mil cento e setenta euros) propondo-se investir, até 2008, a quantia de 186.712.365 (cento e oitenta e seis milhões, setecentos e doze mil e trezentos e sessenta e cinco euros).

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

“Todos têm direito, para si e para a sua família, a uma habitação de dimensão adequada, em condições de higiene e conforto e que preserve a intimidade pessoal e a privacidade familiar”. Esta frase, já muitas vezes lida nesta tribuna por deputados das diversas bancadas, está inscrita na Constituição da República.

O Alto-Comissário da Nações Unidas para os Direitos Humanos, que publica uma colecção de fichas informativas sobre esses direitos, refere-se na sua ficha 21, ao direito humano a uma habitação condigna. E, ao tratar da facilidade de acesso, diz o seguinte: “Uma habitação condigna deve ser acessível aos que a ela têm direito. Os grupos desfavorecidos devem ter acesso, permanente, aos recursos adequados, em matéria de habitação. Assim, os grupos desfavorecidos, nomeadamente pessoas idosas, crianças, portadores de deficiência, doentes terminais, seropositivos, doentes crónicos, doentes mentais, vítimas de catástrofes naturais, pessoas que vivem em zonas sujeitas a catástrofes naturais e outros grupos devem beneficiar de uma certa prioridade no que se refere à habitação. Na elaboração e aplicação de legislação relativa à habitação, há que ter em conta as necessidades especiais destes grupos”.

É numa luta constante para resolver estas situações que o Governo Regional tem vindo, ao longo dos anos, a inscrever verbas consideráveis nos seus orçamentos nesta área.

Desde 1997 que os Governos do Partido Socialista têm vindo a promover um forte investimento no sector da habitação, especialmente direccionado para as famílias de menores recursos e com maiores carências habitacionais. Esse esforço de investimento tem sido bem visível nos programas de apoio à recuperação de habitação degradada, aquisição e construção de habitação própria, construção de habitação a custos controlados e realojamentos e tem vindo a dar os seus frutos, pois nos últimos oito anos foram deferidos 5000 processos de candidatura nos diversos programas de apoio à habitação, apoiados 1700 realojamentos e construídos 426 fogos a custos controlados. Para além disso, foram ainda cedidos lotes, numa média de 250 por ano entre 1997 e 2000, aumentando essa média para 282 entre 2000 e 2004.



Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Como acabei de referir, o resultado desse esforço de investimento já começou a dar os seus frutos. Os censos de 2001 revelam grandes melhorias ao nível da resistência anti-sísmica do edificado em relação à década anterior. Todavia, em 2001, 47,6% das habitações eram anteriores a 1960, 70% dos edifícios não possuíam estruturas de betão armado (pilares, vigas e lajes) e 14% do edificado dispunha de elementos resistentes sob a forma de pedra. É, pois, necessário continuar um esforço de investimento na área de habitação. Infelizmente no nosso País e na nossa Região ainda existem muitas famílias que não têm a sorte de sentirem no seu dia a dia o cumprimento do direito de terem uma habitação condigna, ainda existem muitas crianças que vivem em barracas ou casas abarracadas, ainda existem muitas famílias a viverem em casas superlotadas.

Como os jovens que vivem nestas condições têm mais facilidade em enveredar pelo rumo do abandono escolar e pelo rumo da delinquência e da marginalização, se queremos uma Região com sucesso escolar, com sucesso social, com sucesso profissional, temos de ter em linha de conta que a área da habitação constitui um dos sectores fundamentais para se atingir eficazmente esse fim.

Investir na habitação, dar uma habitação condigna a todos, é investir no ensino, é investir no desenvolvimento económico e social, é, por último, investir numa Região melhor.

No capítulo da habitação do Plano e Orçamento para o ano de 2005 estão inscritos 16.751.700 (dezasseis milhões, setecentos e cinquenta e um mil e setecentos euros), distribuídos da seguinte forma: Incentivos à construção e aquisição de habitação própria – 10.578.435, recuperação de habitação e realojamentos – 2.793.265, promoção de habitação para realojamentos – 3.380.000. Com um aumento de 43% em relação a 2004, este Orçamento, agora em discussão, e a proposta de Decreto Legislativo já apresentada a esta Assembleia demonstram bem a vontade que este Governo tem em corrigir estas situações.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Já várias vezes desta tribuna referi que o endividamento zero para o Governo Regional e Autarquias Locais tem vindo a prejudicar seriamente o programa de erradicação de barracas. Não é justo que os empréstimos para financiar habitação social sejam contabilizados na lei do endividamento zero, não é justo que os que nada têm sejam prejudicados pelos gastos dos que têm muito.

Já o disse quando o Governo não autorizou que isso fosse possível. Volto a referi-lo hoje, na esperança de que, numa próxima revisão orçamental, ou no Orçamento para 2006, o Governo da República o venha a permitir. Se tal não acontecer, continuarei a referir-me ao facto como uma lei injusta, que não permite que todos tenham direito a uma habitação condigna, como prevê a Constituição da República.

Disse.

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Não havendo pedidos de esclarecimento, para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro.

**Deputado José Manuel Bolieiro (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Afirmar que o Plano para 2005 é um verdadeiro plano de investimentos para os Açores é uma fraude política.

*(Risos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)*

Afirmar que “o Governo deu lucro de 22 milhões em 2004” é um disparate. A expressão tem tanto de ridículo, como de demagógica.

**Deputado Pedro Gomes (PSD):** *Muito bem!*

**O Orador:** Não é legítimo falar de lucros quando não se paga o que se deve a tempo e a horas.

**Deputado Pedro Gomes (PSD):** *Muito bem!*

**O Orador:** Aliás ninguém espera que algum Governo dê lucro, mas sim que o Governo invista com estratégia, honre os seus compromissos a tempo e horas e distribua, com justiça, a riqueza pública, concretizando uma verdadeira política de solidariedade social.

Na verdade, o Plano de investimentos para 2005 corresponde mais a um rol de contas atrasadas e por pagar do que a um verdadeiro instrumento estratégico de investimentos.

A insistência propagandística e primária do Governo Regional nesta ideia de que, por mérito próprio, uma conta da Região teve, pela primeira vez, superavit descredibiliza quem a pronuncia e não respeita a verdade da real situação financeira e económica dos Açores.

**Deputados Clélio Meneses e António Marinho (PSD):** *Muito bem!*

**O Orador:** Falsa e absurda é a ideia de que o encaixe, não previsto, de mais de 22 milhões de euros, resultantes de receita fiscal, especialmente do IVA, tenha a ver com políticas específicas do Governo Regional. Só o descaramento e a falta de vergonha justificam a afirmação de que o Governo Regional deu assim uma lição ao país.

**Vozes dos Deputados da bancada do PSD:** *Muito bem! Muito bem!*

**O Orador:** A verdade é que foi a opção fiscal do País de aumentar a taxa nacional do IVA que implicou aquele significativo crescimento de receita fiscal.

**Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** O senhor não percebe nada disto!

**O Orador:** O senhor Vice-Presidente do Governo Regional anda aéreo, mas vestido como uma casaca de dois estranhos bolsos, um que apresenta bem à vista e onde exhibe o pseudo-superavit, e um outro onde coloca tudo que não quer ver de dívidas e despesas não contabilizadas nas finanças públicas regionais. Um bolso mais parecido com um buraco onde esconde o endividamento encapotado (avales, entre outras, à SPRHI e à Saudaçor) e a execução de obras sem pagamento.

Mas abandonemos as abstrações e passemos à análise das coisas concretas e reais, para perceber que afinal são o Plano e o Orçamento para 2005 que desmentem o Governo.

Compulsado o Plano e observadas as suas propostas parece-nos rever, na postura do Vice-Presidente do Governo Regional, o famoso aventureiro “Simplicius Simplicissimus” da literatura alemã do século XXVII.

*(Risos dos Deputados da bancada do PSD)*

Aliás, o Orçamento também desmente o Presidente do Governo Regional, quando, com pompa e circunstância, afirmava, com aparente convicção, que o seu Governo só prometia o que podia fazer e só fazia o que podia pagar.

No entanto, a verdade é que muitas obras foram feitas sem que estivesse assegurado, no prazo previsto, o dinheiro para as pagar.

A previsão de várias obras concluídas e já inauguradas que ficaram por pagar, transformam este Plano para 2005 num verdadeiro rol de dívidas e num plano de tesouraria.

Vejam, entre outros, os seguintes exemplos de obras previstas no Plano de investimentos para 2005, mas que já estão concluídas e até inauguradas:

1 - Adaptação do Ensino Básico e reparação da EB 2/3 Nordeste – verba prevista de 2,5 milhões de euros. Obra já concluída e inaugurada.

2 - Matadouro Industrial da Terceira, inaugurado antes das eleições de Outubro de 2004 – verba prevista de 2,05 milhões de euros = a 20% do valor da obra.

3 - Centro cultural e de congressos de Ponta Delgada, inaugurado a 1 de Outubro de 2004 – verba prevista de 300.000€, supostamente para aquisição de equipamento. Mas a verdade é que a Sociedade gestora, da qual o Governo é sócio, deve ainda 1,5 milhões de Euros de trabalhos a mais ao consórcio de empreiteiros.

4 - Variante Ponta Delgada/Lagoa, totalmente terminada em Dez/2003 e inaugurada em Janeiro de 2004 (bem recorde o fogo de artifício), com adicionais ao contrato inicial de Maio de 2004, relativos a trabalhos executados (imagine, Sr. Presidente!) nos anos de 2002 e 2003 – verba prevista de 605.000 €.

(Entretanto sabemos não só que de trabalhos realizados nos anos de 2002 e 2003 o Governo só os pagou em Fevereiro e Março do corrente ano no valor de 3,2 milhões de Euros, bem como sabemos que o Governo Regional está em Tribunal Arbitral a defender-se de um processo de indemnização, movido pelo empreiteiro, de 3,7 milhões de Euros). Grande superavit!

5 - Construção do novo quartel da Associação de Bombeiros Voluntários da Madalena, ilha do Pico, inaugurado no Verão de 2004, pelo Presidente do Governo – verba prevista de 740 mil Euros. Grande investimento a fazer!

6 - Escola Secundária da Maia, terminada e inaugurada em Outubro de 2000 – verba prevista de 400.000 € para 2005.

**Secretário Regional da Educação e Ciência** (*Álamo Meneses*): Isso já foi explicado!

**O Orador:** Como se prova este Plano é, em muitas das acções que prevê, não um instrumento de planeamento para o investimento, mas sim um documento de “cash flow”, um papel que prevê a entrada e a saída de verbas.

Mas vejamos ainda como, por omissão, este Plano desmente o Presidente do Governo, que dizia que só prometia o que podia cumprir.

Vários investimentos foram prometidos no velho Plano Médio Prazo 2001/2004, que agora caíram,...

**Presidente do Governo Regional** (*Carlos César*): Plano revisto!

**O Orador:** O plano prometido nas eleições não foi o revisto.

... por aparente interrupção, no enorme limbo deste Governo Regional. Lembremos, entre outros, os seguintes investimentos:

1 - Variante à cidade da Horta - previstos 180.000 contos. A obra foi lançada a concurso e as propostas foram entregues em 25/01/02...

**Secretário Regional da Habitação e Equipamentos** (*José Contente*): E sabe por que é que foi?

**O Orador:** ... para uma primeira fase de 3 kms, com um valor base 1.296.876€. Mas a verdade é que até hoje a obra não foi adjudicada e agora apenas se prevê o ridículo montante de 62.500 €.

**Secretário Regional da Habitação e Equipamentos** (*José Contente*): Para pagar o projecto, Sr. Deputado!

**O Orador:** É um passo de caracol, Sr. Secretário.

2 - Via de acesso ao Porto da Praia da Vitória - previstos 800.000 contos. Até hoje não houve concurso público, nem execução. Não está prevista neste Plano.

**Deputado Paulo Messias** (*PS*): Está, sim senhor!

**O Orador:** Estou a falar neste Plano de 2005, Sr. Deputado.

3 - Variante à ER 6-2º - São Carlos, ilha Terceira - previstos 1.000.000 contos. Não houve concurso público, nem execução. Não está prevista neste Plano para 2005.

4 - Variante à ER 1 - 1ª no concelho Povoação - previstos 250.000 contos. Não houve ainda concurso público, nem execução. Não está prevista neste Plano de 2005. Muito se prometeu sem poder cumprir!

5 - Variante à ER 1-1ª Rabo de Peixe, previstos 440.000 contos. A obra não foi lançada a concurso. Não está prevista neste plano.

**Secretário Regional da Economia** (*Duarte Ponte*): Então não está? Estão lá 7 milhões!

**O Orador:** 6 - Pavilhão de exposições de Ponta Delgada, prometida nos planos de 1999 e de 2000. Desapareceu.

**Presidente do Governo Regional** (*Carlos César*): E sabe porquê?

**O Orador:** Eu sei porquê. Incompetência e incapacidade de realização.

**Deputado Nuno Amaral** (*PS*): É por isso que os senhores estão a perder!

**O Orador:** Não senhor. Em 99/2000 andava no Governo da República o Engenheiro Guterres. Tem uma razão: incompetência e incapacidade!

7 - Campo de Golfe do Faial. Desapareceu.

Mas a fraude e a falta de estratégia reveladas neste Plano...

**Presidente do Governo Regional** (*Carlos César*): Fraude, Sr. Deputado?

**O Orador:** Fraude política, Sr. Presidente do Governo.

... não se vê só nestes exemplos. Ainda há mais. Ele é um Plano quantitativo e quase nada qualitativo.

Nele se verifica uma grande dispersão e proliferação de acções com verbas demasiado reduzidas. Não há eficácia, nem estratégia na utilização das verbas orçamentadas.

Senão vejamos a embrulhada de verbas previstas nas diversas acções discriminadas:

35,08% têm previsto um valor inferior a 100.000€

**Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte):** Isso é que é desagregação!

**O Orador:** 56,5% têm um valor inferior a 250.000€

**Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte):** É desagregação!

**O Orador:** Não é Sr. Secretário, é desorientação.

71,2.% têm um valor inferior a 500.000€

Como se pode ver, este não é um Plano de investimentos estruturante no qual se possa confiar plenamente.

**Deputado Nuno Amaral (PS):** Realmente os senhores estão a precisar de um congresso!

**O Orador:** Nele estão previstos muitos investimentos que já estão concretizados, mas que ainda não foram pagos.

O ano económico e financeiro de 2004 foi uma oportunidade perdida para o Governo pagar o que devia. Anunciou muito, era um ano de eleições. Eu já previa, aquando do debate do ano passado, que este Governo é que pagaria as obras apressadamente inauguradas pelo anterior.

No entanto, há descaramento suficiente para confundir as pessoas vendendo a ideia de que em 2004 o Governo Regional deu lucro (deu lucro em 2004, mas não pagou nenhuma destas obras que acabei de referir).

**Deputado Clélio Meneses (PSD):** *Muito bem!*

**O Orador:** Este Plano não dá esperança para o cumprimento das muitas promessas feitas no anterior PMP 2001/04.

O Plano para 2005 não revela sentido estratégico para o investimento público, como instrumento orientador do crescimento da economia e do desenvolvimento dos Açores.

Estamos perante um mau e enganador Plano de investimentos para o ano económico em curso.

Disse.

**Vozes dos Deputados da bancada do PSD:** *Muito bem! Muito bem!*

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)*

**Presidente:** Aceitam-se pedidos de esclarecimento.

*(Pausa)*

Tenho inscrito o Sr. Vice-Presidente do Governo e o Sr. Deputado Francisco Coelho. Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente do Governo.

(\*) **Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Uma análise simples à intervenção desesperada, nervosa e sem contexto que ouvimos agora.

Se me permite, para começar e para fazer um esclarecimento adicional, aproveitando a ocasião, apelo aos Srs. Deputados que quando fizerem artigos nos jornais façam pelo menos duas coisas: façam o favor de não mentir ou façam o favor de conhecer as matérias antes de as escrever.

Li claramente um artigo de opinião hoje, escrito no Açoriano Oriental, pelo Sr. Deputado Pedro Gomes que diz o seguinte:

“O Governo Regional não diz aos açorianos que os Açores têm uma dívida directa de 275 milhões e uma dívida total de 555 milhões já superior à dívida em resultado dos 20 anos do Governo do PSD.”

O senhor tem consciência de que está a mentir?

O senhor tem consciência de que está a dizer uma falsidade?

**Deputado José Ávila (PS):** É grave!

**Deputada Maria José Duarte (PSD):** Por que é que é falso?

**O Orador:** Eu explico-lhe porquê. É muito simples.

O senhor sabe que a dívida directa em 96 era 579 milhões 544 mil e que hoje em dia se somarmos a dívida directa aos avales são 554 mil?

Para mim, e na primeira classe ensinam, 554 é menor que 579. Ou o senhor não sabe fazer essa conta ou estava a mentir deliberadamente e isso é grave. Mas isto é só um esclarecimento de matemática.

Em relação à intervenção, tudo aquilo que o senhor disse, como sabe, foi claramente desmentido, incluindo agências insuspeitas internacionais de ranking.

Vamos aos dados concretos. Nunca afirmei que o Governo Regional deu lucro em 2004.

**Deputado José Manuel Bolieiro (PSD):** O senhor não desmentiu o que está aqui!

**O Orador:** Esse título é jornalístico.

**Deputado José Manuel Bolieiro (PSD):** Podia ter esclarecido!

**O Orador:** Qualquer pessoa que sabe minimamente de economia ou de alguma coisa sabe que quem dá lucro são as empresas e quem tem prejuízos são as empresas.

**Deputada Maria José Duarte (PSD):** Não houve nenhum desmentido da sua parte!

**O Orador:** O que as entidades públicas têm é défice ou superavit quando as receitas num ano são superiores às despesas. Foi essa a palavra que usei, é essa a palavra que eu mantenho.

Mais, e esclarecendo duas coisas objectivamente.

Em relação ao IVA o senhor referiu que o acerto de 20 milhões de euros feitos no final do ano se referiam ao aumento da taxa pelo Governo da República. O senhor tem consciência do que é que disse? Do erro que afirmou?!

O aumento de 20 milhões deriva não desse facto. Deriva, pura e simplesmente, do montante que estava a ser transferido, ao longo dos últimos dois anos do Governo da vossa Coligação, em relação à receita do IVA. Baseava-se no montante inscrito no Orçamento de Estado. Pegava no montante do Orçamento de Estado e fazia sobre esse montante a capitação.

Ora bem, na receita inscrita do Orçamento de Estado estava deduzido o IVA que era recebido nos Açores e o IVA que era recebido na Madeira. A capitação tem que ser feita pelo somatório do IVA, que é receita do Estado, dos Açores e da Madeira.

Quando se inclui estas outras duas componentes é que se deve dividir pela população dos Açores e foi essa conta mal feita que o Governo da República da vossa responsabilidade estava a fazer e foi esse erro que nós detectámos e exigimos a sua correcção. Foi aí que recebemos 20 milhões de euros e não foi com o aumento de taxas como se pode comprovar pelos documentos.

**Deputado José Manuel Bolieiro (PSD):** Nada disso!

**Deputado António Marinho (PSD):** É mais grave ainda!

**O Orador:** Sobre isso estamos esclarecidos.

Terceira e última questão:

Os senhores bem que tentam encontrar dívidas no Governo Regional. Esforçam-se! Mas posso dizer-lhe que os seis casos que apresentou totalizam, se fossem verdade, 6 milhões de euros. Ainda restavam 16.

**Deputado José Manuel Bolieiro (PSD):** Além do que passou para a SAUDAÇOR e para a SPRHI, SA!

**O Orador:** É completamente falso que nos 6 casos exista alguma dívida da Região em relação às empresas, a não ser que num novo conceito de gestão de recursos públicos os senhores considerem que se um empreiteiro amanhã vai apresentar uma factura, nós concordamos logo com essa factura, pagamos de imediato e não comprovamos se está certa.

Se é esse o vosso conceito de dívida, estamos muito mal!

Mas vamos caso a caso muito rapidamente.

Escola do Nordeste:

Falou em 2 milhões e meio de euros que estavam por pagar. É falso!

Os 2 milhões e meio de euros que estão inscritos no Plano de 2005 referem-se ao pagamento integral dos contratos estabelecidos – e a Câmara Municipal do Nordeste pode comprovar – para pagamento em 2005, daquilo que é devido em 2005, de acordo com esse contrato.

Portanto, esses 2 milhões e meio não estão em dívida.

Matadouro Industrial da Ilha Terceira:

Falou em 2 milhões em dívida. É mentira!

O que existe e o que está inscrito no Orçamento para 2005 é o pagamento de toda a facturação referente a equipamento, referente à intervenção que foi feita e cujo prazo de pagamento necessariamente acordado está estabelecido para o presente ano.

Centro Cultural de Ponta Delgada:

Os 300 mil euros que estão inscritos não são para pagar facturas de trás. É para financiar a aquisição complementar do equipamento necessário não só no âmbito desta estrutura, como no âmbito dos equipamentos que estão sobre a gestão dessa empresa. Portanto, aqui também não há dívida.

Variante Ponta Delgada/Lagoa:

Referiu o montante de 605 mil euros e referiu como dívida. Mais uma falsidade! Mais uma mentira!

Este montante inscrito visa assegurar uma verba para financiar as expropriações dos terrenos que estão em litígio.

Como sabe a Região, e muito bem, não fica pelo preço que lhe pedem para comprar terrenos e, em termos de acordo para a compra de terrenos, espera pela avaliação das instâncias competentes para o pagar.

**Presidente:** Sr. Secretário, agradecia que concluísse.

**O Orador:** É esse o montante que está inscrito.

Quartel da Madalena:

740 mil euros. É sim senhor. Está para obras executadas este ano de 2005, nomeadamente os arranjos exteriores e a aquisição de uma central de comunicação.

Escola da Maia:

Último caso, que até levou um requerimento.

**Deputado José Manuel Bolieiro (PSD):** Estou à espera da resposta!

**O Orador:** Os senhores, contentes, porque não encontravam uma situação de dívida ou de desequilíbrio das contas públicas, resolveram ver aqui esta situação como exemplar.

A questão é muito simples: a empresa achava que, pelos trabalhos efectuados, tinha direito a 1 milhão e 200 mil euros. O Governo Regional tinha duas maneiras de resolver este problema: aceitar esse montante ou então, no âmbito do bom rigor da gestão das empreitadas públicas, dizer, como disse, que o montante é excessivo e que aquilo que realmente se devia era muito menor do que isto e não pagou aquilo que a empresa exigia, pagou aquilo que foi acordado em Novembro passado, um acordo extra judicial, no montante de 400 mil euros e, conseqüentemente, poupou para a Região 800 mil, entre aquilo que a empresa pretendia e aquilo que era justo pagar.

O que nós pagamos é o que é justo pagar, o que é o melhor valor para a Região e não aquilo que as empresas apresentam.

Por outro lado, só para terminar, o senhor não pode estar desesperado por não encontrar aqui conteúdos para crítica. Tentou transformar o Plano de 2005 no antigo Plano a Médio Prazo, tentou que em 2005 tivesse inscrito todas as obras que vão ser executadas durante um mandato e incoerência das incoerências, no final criticou-nos porque tínhamos 35% das verbas inferiores a 100 mil euros.

Não percebo. No passado criticavam porque não havia desagregação, as acções estavam todas juntas. Nós fazemos a desagregação e os senhores criticam por fazermos.

**Deputados José Manuel Bolieiro e António Marinho (PSD):** Não é nada disso!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Coelho.

(\*) **Deputado Francisco Coelho (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Brevíssimas palavras, mas não posso deixar de me associar ao momento de humor trazido aqui em boa hora pelo Sr. Deputado José Manuel Bolieiro, caso que até se pode dizer que o ócio é a mãe de todas as literaturas e de todas as magias.

**Deputado José Manuel Bolieiro (PSD):** Não leu Simplicius!

**O Orador:** Eu sei que o senhor adorou Simplicius, mas gostava de lhe dizer e de confessar que penetrando elevado no seu mundo da magia, tenho que confessar, com pena, que rapidamente constatei uma coisa: estão V. Exas., Sras. e Srs. Deputados do PSD, de parabéns. Em termos do mundo de magia não pode (há que confessar!) o Governo do Partido Socialista e os Deputados que o apoiam competir com V. Exas.

V. Exa., Sr. Deputado José Manuel Bolieiro, identificou um casaco que, segundo a sua versão, faz uso o Sr. Vice-Presidente, que tem bolsos que servem para ocultação. Ora, o que é isso, Sr. Deputado José Manuel Bolieiro, comparado com as capacidades mágicas do PSD...

**Deputado Pedro Gomes (PSD):** É uma metáfora!

**O Orador:** ... que fez desaparecer, mal eleito, todo o seu líder por inteiro?!



*(Risos e aplausos dos Deputados da bancada do PS)*

Soubemos que ao assobio e um pouco à semelhança da flor humana, o Sr. Líder apareceu recentemente. Apareceu e desapareceu!

**Deputado Pedro Gomes (PSD):** Sr. Deputado, discuta o conteúdo da intervenção!

**Deputado Clélio Meneses (PSD):** Está na Assembleia da República, eleito pelos açorianos!

**O Orador:** Infelizmente desapareceu a tempo de nem cá estar, sendo Deputado Regional, Líder do PSD, Deputado à Assembleia da República, quando se discutia uma matéria tão importante como a Revisão da Lei Eleitoral.

É obra de ocultação, havemos de convir.

Relativamente ao Simplicius, eu, em matéria cultural, só posso respeitar a maior pluralidade e os mais diversos gostos. Mas devo dizer-lhe, com sinceridade, que sendo menos clássico, gosto mais de poesia e gosto mais de Drumond de Andrade quando àquele ritmo e olhando para a bancada do PSD me lembro daquele poema:

“José Manuel amava Clélio, que amava Pedro, que amava Victor, que amava Berta... que não amava ninguém.”

Muito obrigado.

*(Risos e aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro.

**Deputado José Manuel Bolieiro (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Começo por me dirigir ao Sr. Deputado Francisco Coelho.

O senhor pode concorrer, porque é bom, àquele programa da SIC do “Stand up Comedy”. Talvez seja bom a fazer esse papel. Teste as suas capacidades nesse programa!

**Deputado Francisco Coelho (PS):** Vou pensar nisso, mas o senhor vai comigo!

**O Orador:** Foi isso que fez aqui: levantou-se e fez-nos rir!

Provavelmente não serve para líder do Grupo Parlamentar do PS num debate sobre o Plano e o Orçamento.

Sr. Vice-Presidente do Governo:

A sua explicação, não foi rigorosa.

No que se refere ao superavit, devo dizer que o que esperaria era que, em tempo útil, o senhor pudesse ter proposto a esta Assembleia, num exercício de competência, um orçamento rectificativo de modo a, relativamente a 2004, incluir esta receita. Um verdadeiro exercício de competência era esse. Era numa receita imprevista, relativamente a 2004, fazer um orçamento rectificativo, trazê-lo aqui e aprová-lo para poder ter verba para pagar as dívidas que estão por pagar relativamente à acção governativa do ano de 2004.

**Deputado Pedro Gomes (PSD):** *Muito bem!*

**Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** Em 2005!

**O Orador:** Essa competência o senhor não teve capacidade de exhibir na gestão das finanças públicas da Região Autónoma dos Açores. Isso é que era competência, não era vir dizer que a Região, por incompetência, queria dar uma lição ao país.

Segunda nota:

Quanto à proliferação destas verbas – o senhor que é useiro e vezeiro na exibição de gráficos – veja este gráfico: as verbas que têm menos capacidade estratégica são as que estão na torre mais alta. As que verdadeiramente poderiam ser estratégicas são as que estão quase ao nível do zero. Esta definição estratégica do Plano é ridícula e incompetente.

Finalmente faço saber, Sr. Vice-Presidente, que os dados que tenho são rigorosos e o senhor não os desmentiu, nem pode desmenti-los.

A verdade é que este Governo tem demonstrado, ao longo do tempo, incapacidade de gerir as obras públicas, porque elas, primeiro, são feitas com várias alterações aos projectos por má gestão.

Por isso são necessários pagamentos de indemnizações aos empreiteiros e o Governo não consegue pagar no prazo o valor destas obras, razão pela qual elas são adjudicadas por um preço e acabam muitas vezes no dobro e no triplo do valor da adjudicação.

**Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (José Contente):** Isso era no vosso tempo!

**O Orador:** Assim, apressadamente e em tempo de eleições, procuram colocar os empreiteiros na obrigação de fazer a antecipação da inauguração da obra para a fazer corresponder com o calendário eleitoral. Pagam mais por isso!

Esta é que é a gestão deste Governo Regional do Partido Socialista.

Vou dar-lhe alguns exemplos que, aliás, citei o ano passado:

- derrapagens financeiras de várias obras públicas em mais de 44%;

**Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (José Contente):** Isso é falso!

**O Orador:** - concepção e construção da aerogare da Ilha do Pico. Tinha um preço básico de 4 milhões de euros. Foi adjudicada por ajuste directo no valor de 5 milhões 399 mil euros;

- remodelação e ampliação da aerogare da Ilha das Flores. Tinha um preço base de 1 milhão 397 mil euros. Acabou em 2 milhões e 40 mil euros;

- remodelação e ampliação da aerogare da Ilha de São Jorge. Tinha um preço base de 1 milhão 563 mil euros. Acabou adjudicada por 1 milhão 996 mil euros.

**Presidente:** Sr. Deputado agradecia que concluísse.

**O Orador:** - ampliação da pista do aeroporto do Pico. Começou com o preço base de 4 milhões e 603 mil euros. Acabou em 7 milhões, 231 mil euros.

Com esta gestão não há orçamento, nem finanças públicas que resistam, nem se pode pagar no tempo útil aquilo que se deve.

Muito obrigado.

**Vozes dos Deputados da bancada do PSD:** *Muito bem! Muito bem!*

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente do Governo.

(\*) **Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

A primeira questão é para um esclarecimento ao Sr. Deputado Bolieiro.

Com certeza que o senhor nunca teve a experiência de qualquer obra pública. Disseram-lhe para dizer o que acabou de dizer, mas não corresponde à realidade, porque infelizmente o senhor confunde preço base com valor final da empreitada.

O preço base é o preço indicativo para o concurso público.

O preço final definido é que tem que ser comparado com o preço final da empreitada.

O preço final definido não é definido pelo Governo, mas sim pelo mercado, pela oferta das empresas...

**Deputado José Manuel Bolieiro (PSD):** Não é, não.

**O Orador:** Alguém lhe disse para fazer esse papel. Se o senhor conhecesse a realidade não faria um papel tão triste.

Portanto, não fale em preço base. Fale em valor de adjudicação.

Só para falar em valor de adjudicação e valor final da obra, lembra-se da empreitada de construção da estrada regional 1-2ª Manadas/Urzelina, em São Jorge?

Foi adjudicado no vosso tempo.

O valor de adjudicação foi de 1 milhão 545 mil e teve como trabalhos a mais 1 milhão 511 mil, ou seja, 100% de trabalhos a mais.

Esses eram outros tempos. Esta é que é a verdade, a vossa realidade e o vosso rigor.

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro.

**Deputado José Manuel Bolieiro (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Apenas para dizer ao Sr. Vice-Presidente que eu sei bem o que digo. Lamentavelmente o senhor não consegue, nem mostra capacidade, de responder como deve ser àquelas questões que eu coloquei, porque elas são reais e estão comprovadas e publicadas no Jornal Oficial.

Eu sei ler, conheço as situações e não preciso que o Secretário Regional da Habitação me passe papel para poder ter um argumento.

**Vozes dos Deputados da bancada do PSD:** *Muito bem! Muito bem!*

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)*

**Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (José Contente):** O senhor confunde trabalhos a mais com previsões de preço!

**O Orador:** Finalmente, Sr. Vice-Presidente, e para introduzir novamente um tom de humor, havendo, como há, o descalabro e a derrapagem dos custos das obras públicas, a sua postura agora fez-me lembrar a do Ministro da Comunicação Iraquiana Tarek Aziz: estavam derrotados, mas ele continuava feliz pensando que tinha a vitória na mão.

Muito obrigado.

**Presidente:** Creio que não há mais pedidos de esclarecimento sobre esta intervenção. Uma vez que falta 10 minutos para atingirmos a nossa hora regimental para almoço, agradecia que os senhores presidentes dos grupos parlamentares e o Sr. Secretário Regional da Presidência se aproximassem da Mesa para acertarmos os nossos trabalhos

Passo a anunciar os tempos disponíveis.

Governo – 181,2 minutos

Partido Socialista – 219 minutos

Partido Social Democrata – 124,5 minutos

Partido Popular – 24,6 minutos

Deputado Independente – 10 minutos

Estão suspensos os nossos trabalhos. Recomeçamos às 15 horas.

Bom almoço.

*(Eram 12 horas e 55 minutos)*

*(Após o intervalo o Deputado Cláudio Lopes foi substituído na Mesa pelo Deputado Luís Henrique)*

**Presidente:** Srs. Deputados, boa tarde.

Vamos prosseguir os nossos trabalhos.

*Eram 15 horas e 10 minutos.*

Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

**Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte):** Sr. Presidente da Assembleia Legislativa Regional, Sra. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Cada legislatura corresponde sempre ao lançamento de novas reformas, ao traçar de novos caminhos e ao relançar de novos rumos em relação ao futuro.

Após a aprovação do Programa do IX Governo Regional nesta Assembleia, que teve como base o programa eleitoral do Partido Socialista, amplamente sufragado pelo eleitorado, urge agora discutirmos os instrumentos e os mecanismos que irão por em prática esta nova etapa do nosso desenvolvimento.

O ano de 2004 não foi um bom ano para o País. Embora melhor que 2003, não foi, ainda, o ano em que o crescimento económico finalmente apresentou a desejada retoma. O desemprego aumentou, o Produto Interno Bruto nacional referente a 2004 continuou inferior ao de 2002, o investimento total da nossa economia foi inferior em 10% ao verificado em 99 e o défice real terá andado, pelo menos, acima dos 6%. Após a euforia do Euro 2004, a economia do País voltou a abrandar, passando de 1,8% de crescimento, no segundo trimestre, para 0,6% de crescimento no quarto trimestre de 2004.

No caso dos Açores, este abrandamento da economia nacional, no final do ano, teve um reflexo directo no Turismo. Enquanto que, de Janeiro a Setembro de 2004, o número de dormidas provenientes do mercado nacional tinha crescido a um ritmo superior ao do mercado externo, a partir de Outubro o número de dormidas provenientes do mercado nacional deixou de crescer em relação a idêntico período do ano anterior. Apesar de tudo, o ano turístico de 2004 correu bem nos Açores. Tivemos um crescimento de cerca de 20% em termos de dormidas e de 18% em termos de receitas totais, de longe o melhor desempenho do País.

Mas se observarmos mais de perto estes resultados podemos verificar que o mercado externo, em termos anuais, cresceu 23%, enquanto que o mercado nacional cresceu apenas 17%, devido essencialmente ao quarto trimestre de 2004. Este exemplo concreto mostra bem a dependência desta actividade dos ciclos económicos dos mercados emissores, o que obriga a qualquer destino turístico a diversificar a sua procura. É o que estamos a fazer.

Este ano já estabelecemos mais três novas ligações com o exterior, nomeadamente com a Dinamarca, com a Finlândia e com a Inglaterra. É provável que ainda em 2005 se estabeleça mais uma nova ligação semanal com a Dinamarca, dado o sucesso que temos tido neste País. Tudo faremos para que o mercado nacional continue a crescer. Já temos preparado o “spot” televisivo da nova campanha publicitária, sob a égide da “Natureza Mágica”, que irá começar a sair, nos principais canais nacionais de televisão, dentro de dias. Vamos fazê-la, pela primeira vez, em três períodos distintos: Abril, Julho e Outubro, acompanhada de “outdoors” em todas as capitais de distrito.

Sr. Presidente da Assembleia Legislativa Regional, Sra. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Nunca na história do turismo dos Açores tivemos ritmos tão elevados de crescimento no mercado nacional, como ocorreu nas últimas duas legislaturas.

Veja-se que, de 1988 a 1996, apenas fomos capazes de crescer neste mercado cerca de 96 mil dormidas, enquanto que, de 96 a 2004, crescemos no mercado português 186 mil dormidas, praticamente o dobro. Afinal quem anda a fazer números mágicos com as estatísticas?

Vejamos, agora, o caso concreto das taxas de ocupação:

- de 88 a 96 tivemos uma taxa média de ocupação de 31,9% - repito 31.9%;
- de 96 a 2004 tivemos uma taxa média de ocupação de 37,2%. Mas se retirarmos deste período o ano de 97, cuja responsabilidade de promoção não foi nossa, e o ano de 98 que foi afectado severamente na época alta pelas repercussões do sismo, que ocorreu em Julho, a média da taxa de ocupação dos últimos seis anos foi de 39,2%, ou seja, uma taxa de ocupação oito pontos percentuais acima da média do período de 88 a 96.

Afinal, quem anda a fazer números mágicos com a estatística, senhores deputados? Podia continuar com outros indicadores nestes dois períodos, mas penso que já basta. Vejamos agora o carácter social dos pacotes turísticos provenientes do mercado escandinavo.

Uma semana num hotel de quatro estrelas, com direito a pequeno-almoço e transfere, é vendido para o Açores, na Suécia, na época baixa, a 600 euros e na época alta a 720 euros.

Na Noruega, na época baixa, 630 euros e na época alta a 900 euros.

Na Dinamarca, na época baixa, a 520 euros e na época alta a 760 euros.

Há cerca de 3 semanas atrás estive na Holanda a contactar diversos operadores turísticos e tomei conhecimento de um estudo realizado naquele país sobre o preço do pacote mais vendido, que anda à volta dos 500 euros. Acima dos 600 euros só são vendidos 20% dos pacotes turísticos. Esta é que é a realidade do mercado internacional.

Nestes mercados, como na Inglaterra, na Alemanha e na Suíça, os pacotes para os Açores situam-se sempre no segmento médio alto.

Veja-se os custos destes mesmos pacotes, feitos pelos menos operadores, para o Algarve, para a Madeira e para as Baleares.

O trabalho dos governos anteriores está à vista de todos. Factos são factos. A água não passa debaixo da ponte duas vezes. Há pessoas que já tiveram oportunidade de mostrar o que valem. O trabalho que fizeram já foi julgado e está à vista de todos, para quem quiser de uma forma isenta analisar.

Muito em breve o mercado externo irá ultrapassar o mercado interno. É inexorável, não porque se esteja a descurar o mercado interno, mas apenas porque nenhum destino turístico pode ser levado a sério quando depende em mais de 50% de um só mercado.

Veja-se o caso do mês de Janeiro deste ano, o mercado interno desceu 0,4%, devido ao estado da economia do País, mas o mercado externo cresceu 43,7%, o que permitiu que, em termos de dormidas, tivéssemos um crescimento homólogo de 20,8%. Veja-se também que, neste mês, a taxa de crescimento homóloga dos proveitos totais foi de 32,8%. Penso que, sobre este assunto, nada há mais para dizer.

Há mercados mais sazonais do que outros. Por razões diversas, os turistas provenientes dos países do Sul da Europa vêm com mais dificuldade aos Açores no Inverno do que os do Norte da Europa. Também é verdade que estes turistas têm hábitos de consumo diferentes. Mas a actividade turística tem que viver com estas diferenças e saber tirar partido das preferências de cada tipo de turista. É isto que ainda temos que aprender a fazer.

Quanto à forma que temos utilizado para atrair o mercado escandinavo, é exactamente a mesma que fazem os outros destinos turísticos do País. Até porque os operadores são os mesmos. Eles estão presentes no Algarve, na Madeira, nas Baleares, em tudo o que é destino turístico.

Não inventámos a pólvora. Os nossos contratos de promoção são feitos através do ICEP, tal como são feitos os das outras Regiões do País.

No mercado escandinavo, que corresponde à Suécia, Noruega, Dinamarca e Finlândia, temos quatro operadores distintos.

No que diz respeito à Alemanha, Inglaterra, Espanha e Suíça, em que as ligações são feitas pela SATA Internacional em voos regulares, temos um número ainda maior de operadores que estabeleceram contratos de promoção connosco, através do SIDET ou através da Associação Turismo Açores.

No próximo ano, para além de querermos crescer e consolidar os mercados existentes, queremos evoluir para outros mercados. É o que estamos a fazer. É uma batalha que se renova todos os anos, mas não é uma batalha de um homem só! É uma batalha partilhada pelos diversos agentes do sector, congregados na Associação Turismo Açores, que todos os anos discutem e decidem o que se julga ser melhor para esta actividade. A propósito desta Associação, é justo aqui realçar que a ATA, conjuntamente com a Associação de Turismo de Lisboa, foram as únicas duas agências de promoção do País que cumpriram em 2004 a contratualização estabelecida com o ICEP e com muito êxito. Os resultados, nestes dois casos, estão bem à vista de todos.

Ainda este ano pretendemos dar corpo ao Observatório Regional de Turismo, cujos estatutos estão em fase final de elaboração, cumprindo, assim, mais um item do Programa do IX Governo Regional.

Será um instrumento importante para avaliar o grau de satisfação de quem nos visita e permitirá analisar, com mais detalhe, o impacto de algumas acções de promoção que realizamos. Por outro lado, muito em breve, será adjudicado um novo Plano Operacional de Marketing, com o intuito de actualizar ou redefinir o existente, que foi elaborado em 1998, em colaboração com a Câmara do Comércio e Indústria dos Açores e que tem sido seguido de muito de perto pela Direcção Regional do Turismo e pela ATA.

Contamos também concluir este ano o Plano de Ordenamento Turístico, que, a curto prazo, passará à fase de discussão pública. É um instrumento importante, que vem dar uma nova perspectiva ao anterior Plano Director do Turismo, elaborado em 1995, que tinha apenas um carácter meramente orientador.

Sr. Presidente da Assembleia Legislativa Regional, Sra. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O processo de convergência dos Açores com o todo europeu é ainda longo. Estamos hoje menos afastados, é certo, a nossa economia está hoje mais forte, gera mais receitas, cria mais emprego, mas há muito ainda a fazer para atingirmos a média dos países da actual União Europeia.

A taxa de desemprego no quarto trimestre de 2004 foi de 3%, a mais baixa do País. Desde o segundo trimestre de 1999, ou seja há 23 trimestres consecutivos, que continuamos com uma taxa de desemprego abaixo dos 4%. Em 2004 a população empregada aumentou 2,8%, o que quer dizer que criámos mais 2.825 empregos líquidos.

Mas o que queremos é que esta criação de emprego se estenda a todas as ilhas e que se consiga nesta Legislatura dar os passos decisivos para inverter a redução populacional, a que se tem vindo a assistir principalmente nas ilhas mais pequenas. É por isso que já deu entrada nesta Assembleia o Decreto Legislativo Regional que visa criar o Fundo Regional de Apoio à Coesão e ao Desenvolvimento Económico, necessário para agilizar procedimentos e para impulsionar o investimento público, onde o investimento privado, por razões várias, se faz menos sentir.

Também já deu entrada nesta Assembleia um novo Decreto Legislativo Regional, que visa reformar o SIDER, abrindo novas áreas estratégicas de desenvolvimento e permitindo a reformulação dos apoios à animação turística.

Já foram aprovados, em Conselho de Governo, os novos decretos regulamentares que visam reformar o SIDEL e o SIDEPA. Em ambos os casos, são privilegiados os investimentos privados a realizar no Corvo, Flores, Graciosa, São Jorge e Santa Maria.

Também, por via do Decreto Legislativo que irá por em vigor o Plano e o Orçamento, são previstos incentivos fiscais para as empresas que tenham realizado investimentos em unidades produtivas superiores a 500 mil euros naquelas ilhas.

É evidente que o desenvolvimento dos Açores está intimamente dependente das acessibilidades. Os tempos, contudo, não são fáceis.

O preço dos combustíveis tem vindo a subir de uma forma consistente, ano após ano. Em 1999, quando baixamos significativamente os transportes aéreos inter-ilhas e

entre os Açores e o Continente, o barril do petróleo estava a nove dólares. Passados que são seis anos, o barril do petróleo sextuplicou e está à volta dos 57 dólares, tudo indicando que a tendência é ainda para aumentar. É, pois, pura demagogia propor neste momento reduções substanciais nos transportes aéreos. Nem o País, nem a Região se podem dar ao luxo de esconder a cabeça na areia e não querer ver o que se está a passar à sua volta. O que está a ocorrer neste momento em toda a Europa e também nos Estados Unidos é o aumento das passagens aéreas, através da introdução de uma taxa relativa ao combustível pelas diversas companhias aéreas.

Os Açores são constituídos por nove ilhas dispersas com reduzida dimensão. Querer comparar o custo por lugar, por exemplo, de um “Dornier” que liga a Terceira ao Corvo com quarto ou cinco passageiros a bordo, ou de um ATP que liga o Faial às Flores com metade dos passageiros a bordo, com um voo de um Airbus 320 entre Lisboa e Londres, é pura demagogia.

A SATA - Air Açores irá brevemente renovar a sua frota. É imperioso que se faça um estudo profundo sobre o tipo de avião que a SATA deve adquirir, pois tal investimento irá condicionar o nosso futuro por mais de uma década. O nosso passado fala por nós. Tudo faremos para continuar, de uma forma realista, a ligar os Açores, tentando sempre ser mais eficientes, mais competitivos e sempre que possível a um menor custo para todos os açorianos.

O mesmo se passa com o transporte marítimo de passageiros inter-ilhas.

Estamos neste momento a contactar diversos estaleiros navais para poder equacionar a aquisição de uma nova frota que esteja adequada ao serviço público que é preciso prestar nos Açores. Trata-se de um investimento que envolverá um montante superior a 50 milhões de euros, mas que neste momento já serve cerca de meio milhão de passageiros.

Sr. Presidente da Assembleia Legislativa Regional, Sra. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O investimento privado nos Açores continua em alta.

No que diz respeito aos programas de incentivos de âmbito nacional deram entrada no SIME, 103 projectos no valor 357 milhões de euros de investimento, tendo já sido pagos 56 milhões de euros de incentivo; o PITER deram entrada três projectos com um investimento global 142 milhões de euros; no SIVETUR, oito projectos, no valor de 66 milhões de euros, tendo já sido pagos cinco milhões de euros de incentivo; no URBCOM Horta, 64 projectos, no valor de sete milhões de euros; no MAPE, um projecto no valor 1,5 milhões de euros, e no Reforço ao Associativismo, cinco projectos no valor de 1,1 milhões de euros.

No que diz respeito aos sistemas de incentivos de âmbito regional, já foram aprovados no SIDEP 55 projectos, com um investimento global de 236 milhões de euros, tendo já sido pagos 22 milhões de euros de incentivo; já foram aprovados no SIDEL 289 projectos, prevendo-se ainda este mês a aprovação de mais 157, o que permitirá um investimento global de cerca de 50 milhões de euros, e no SIDET já foram aprovados 80 projectos com um investimento global de 21 milhões de euros. É por isso que a nossa economia continua a apresentar bons resultados, é por isso que o desemprego na nossa Região é um dos mais baixos do País e é também por isso que estamos a crescer mais que a média nacional e europeia.



No âmbito da reforma do SIDEPA, gostaria de vos dizer que será dada especial ênfase ao investimento privado na área do golfe, aos empreendimentos turísticos que tenham instalações termais, ou que apresentem serviços de bem-estar termal baseados na utilização de águas minerais naturais, e às indústrias que tenham como objectivo expandir a base económica de exportação. Também dependente da aprovação do Decreto Legislativo que irá reformar o SIDER, será possível criar incentivos nas áreas sociais ligadas aos infantários, às creches, às residências assistidas e aos lares de idosos. Assim, se estimularão novas actividades económicas, no âmbito da iniciativa privada, que certamente criarão mais emprego e mais riqueza. Também está previsto a criação de um sistema de incentivos próprio, ligado ao empreendedorismo, com o objectivo de despertar nos mais jovens e nos mais preparados academicamente o espírito empresarial.

Sr. Presidente da Assembleia Legislativa Regional, Sra. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Vejam, agora, mais em detalhe, o que se propõe para 2005.

Uma análise atenta aos diversos instrumentos financeiros, postos à disposição da Secretaria Regional da Economia, mostra que estão previstos investimentos que rondam os 111 milhões de euros.

Merece especial destaque o Programa 24, Consolidação e Modernização dos Transportes Marítimos, com mais de 40 milhões de euros, e, dentro deste, as acções correlacionadas com a recuperação do Porto da Praia da Vitória, a conclusão das obras de reparação do Porto de São Roque do Pico, e das Lajes das Flores, e o início da construção do terminal marítimo de cruzeiros e gare de passageiros de Ponta Delgada e pavilhão de exposições. Quanto aos núcleos de recreio náutico de Vila do Porto, Ponta Delgada e Velas, estão em fase final de aprovação ou de homologação pelo SIVETUR (há já dois aprovados e outros que estão na fase final de aprovação).

O Programa 25, Desenvolvimento dos Transportes Aéreos, tem uma dotação de cerca de 33 milhões de euros. Sobressaem neste Programa, as acções correlacionadas com a remodelação e beneficiação da Aerogare Civil das Lajes, que dentro de dias entrará na sua segunda fase, o custo com a concessão das rotas inter-ilhas, a beneficiação das aerogares do Pico, Flores e São Jorge e a gestão dos aeródromos regionais.

O Programa 15, Promoção do Investimento e da Coesão, tem uma dotação de cerca de 26,5 milhões de euros. Merecem destaque neste Programa, as acções correlacionadas com os sistemas de incentivos e com o apoio à coesão e às parcerias público-privadas.

No Programa 12, Desenvolvimento do Turismo, com uma dotação global de 8,1 milhões de euros, merecem destaque as acções ligadas à Promoção Turística, com uma dotação global de 6,9 milhões de euros. Se a estas verbas adicionarmos o investimento privado no âmbito do SIDET-Promoção e o valor da contratualização com o ICEP, podemos afirmar que, em 2005, teremos um investimento público e privado que rondará os 10 milhões de euros na promoção do destino Açores.

Nos Programas 13, 14 e 26 estão contabilizadas as diversas acções ligadas ao apoio ao Comércio e à Exportação, ao Desenvolvimento Industrial e à Consolidação e Modernização do Sector Energético. O Programa 20, apresenta um valor residual correlacionado com o apoio aos comerciantes atingidos pelo sismo de 98.

Sr. Presidente da Assembleia Legislativa Regional, Sra. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Esta nova legislatura representa novos desafios. Temos que aprender a conviver com a alta dos combustíveis e com o provável aumento das taxas de juro.

O ano de 2005 não se afigura como sendo um ano fácil para o País e isto tem naturalmente reflexos na nossa Região. Com a entrada do novo Governo da República, há uma nova esperança e há, certamente, um novo rumo para o País. Todos desejamos que Portugal rapidamente ultrapasse a crise actual e inicie a retoma económica.

Para os Açores, a esta nova Legislatura tem que corresponder um novo impulso reformista. Vem aí um novo Quadro Comunitário de Apoio. Esta Assembleia tem, agora, um vasto campo de actuação legislativo.

Os açorianos esperam de nós todos, empenho, dedicação e cooperação para continuar esta caminhada de Desenvolvimento e de Progresso rumo ao futuro.

Muito obrigado.

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Estão abertas as inscrições.

*(Pausa)*

Tenho inscrito os Srs. Deputados Cláudio Lopes, Carla Bretão, Jaime Jorge, António Ventura, Costa Pereira, Alberto Pereira, Lizuarte Machado, Hernâni Jorge, Ana Isabel Moniz, Francisco Coelho, José Manuel Nunes e Guilherme Nunes.

Tem a palavra o Sr. Deputado Cláudio Lopes.

**(\*) Deputado Cláudio Lopes (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Estamos a analisar e a reflectir o Plano do Governo para 2005, um instrumento orientador da acção do Governo para o corrente ano. Além disso é um plano definidor de políticas.

Se é um plano estratégico ou não, depende da leitura política que se faça do mesmo.

Permitam-me que faça duas notas prévias.

Da leitura dos documentos e também de uma escrita muito sintética sobre o sector do turismo, pode ler-se que no período de 96 a 2004, o número de dormidas aumentou em 124% e as receitas aumentaram em 148%.

Por outro lado, que 50% da oferta hoteleira actual foi construída de novo neste período.

Eu gostava de ver estes dados, já que tanto aqui se tem falado e mostrado gráficos, plasmados em gráficos, por ilhas, só para ter uma ideia.

Segunda nota é de que a aposta dos próximos tempos no âmbito do turismo, será o golfe e o turismo de cruzeiros. Gostava também de ver projecções das mais valias que esta aposta vai ter nas ilhas mais pequenas, nomeadamente o turismo de cruzeiros.

Gostava de saber, um cruzeiro quando tocar no porto de Ponta Delgada, que benefícios vai trazer para as ilhas do Corvo, das Flores, da Graciosa, de São Jorge, do Pico e para as restantes?

Mas falemos um pouco de política sectorial, sistema de incentivos.

Gostava de reler aqui um parágrafo do Plano que diz:

“Promover uma discriminação positiva dos incentivos em benefício das ilhas que enfrentam maiores dificuldades de desenvolvimento no sentido de se alcançar uma maior coesão económica.” Até aqui tudo bem.

“Também é sabido que esta discriminação positiva se reporta apenas às ilhas do Corvo, das Flores, da Graciosa, de São Jorge e de Santa Maria.” Ora, esta é uma opção política. Poderá também corresponder a um reconhecimento por parte do próprio Governo Regional de que estas ilhas, durante 8 anos, não foram tratadas com a devida atenção por parte do Governo como deveria.

Sr. Secretário, porque o tempo não nos permite divagar muito mais sobre a matéria, gostava de lhe colocar concretamente duas questões:

1ª – O Pico está fora deste regime especial de apoios. Porquê?

Que dados estatísticos tem o senhor Secretário e o Governo para discriminar o Pico em relação a esta política?

2ª- Falemos de hotelaria tradicional.

Imagine que eu sou um empresário e quero investir no Pico construindo de raiz um hotel de três ou de quatro estrelas. Tenho eu acesso ao esquema de incentivos no âmbito do turismo ou não?

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

**Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em relação à primeira pergunta, turismo de cruzeiros e golfe. Qual a repercussão que tem no Corvo?

Nós fazemos parte de um todo. Este arquipélago é constituído por nove ilhas.

É evidente que quando nós estamos a falar de cruzeiros, eles têm condições, neste momento, de atracagem no porto da Horta, Praia da Vitória e Ponta Delgada. Não tem as condições ideais, mas são essas as condições que existem actualmente, porque já temos rebocadores nesses portos.

Ainda podemos melhorar um pouco mais, porque esta é uma actividade económica importante para o desenvolvimento do turismo, pelo menos destas ilhas.

Se reparou bem, há algum tempo atrás, o facto de nós termos aparecido nos principais fóruns de promoção da actividade de cruzeiros, surgiram pequenos cruzeiros que demandaram todas as ilhas dos Açores, que até vinham aqui numa época relativamente baixa e que paravam em todas as ilhas, até no Corvo.

Portanto, chamar a atenção para os Açores, de que são ilhas bonitas que vale a pena visitar, é também chamar a atenção para essa indústria que tem muitas formas de actuar, umas de grandes cruzeiros, outras de cruzeiros de aventura. Portanto, podem servir perfeitamente as ilhas mais pequenas.

Todas as ilhas acabam por ganhar com o desenvolvimento de uma ilha. Há sempre mais receita, mais riqueza para poder distribuir por todas as ilhas. Isto, de uma forma directa ou indirecta, responde também à sua pergunta.

O mesmo se passa com o golfe, que é uma actividade que deve ser eminentemente privada.

No caso de São Miguel, o Governo Regional investiu na Verdgolfe, mas está neste momento em aprovação um investimento privado nesta área, por isso o Governo Regional pretende alienar as suas participações na Verdgolfe e com isso atrair para o Faial um investimento privado nesta ilha.

É evidente que isso se há-de ir fazendo por partes. À medida que determinadas ilhas vão crescendo em termos turísticos, podemos ir criando uma rede de campos de golfe.

Há quem diga que quatro campos de golfe é pouco para sermos considerados um destino de golfe, que é preciso mais. Se calhar vamos ter que criar um campo de golfe em quase todas as ilhas dos Açores, mas temos que fazer isso paulatinamente, porque os custos de manutenção são extremamente elevados.

Há tempo para tudo.

Nós crescemos a hotelaria em termos de 3 estrelas, passámos à hotelaria de 4 estrelas. Agora está na altura, em determinadas ilhas, de passar para 5 estrelas.

Noutras ilhas há ainda que passar pela fase das 3 estrelas.

O que foi errado no passado foi criar dois hotéis de 5 estrelas, completamente desenraizados da realidade, que tiveram imensas dificuldades na sua sobrevivência económica.

O mercado é inexorável.

Se fazemos as coisas antes do tempo, não dá certo e vão falir.

É preciso ter alguma prudência neste processo e agir com algum realismo.

No caso dos incentivos na Ilha do Pico, os hotéis de 3 estrelas, sejam para ampliação ou remodelação, são susceptíveis de terem apoio. Os hotéis de 4 estrelas têm apoio tal como os hotéis de 5 estrelas.

Achamos, por exemplo, que o exemplo do Faial é claro. Aqui, a maior parte dos hotéis que foram criados foram hotéis de 4 estrelas.

Nós temos que puxar pelo sector.

Se existem hotéis de 3 estrelas eles devem sobreviver, devem ser melhorados, ampliados, remodelados e expandidos. Vamos apoiá-los. Mas os hotéis de 4 estrelas são aqueles que nós achamos que devem ser criados também no Pico.

O Pico, hoje, é uma gateway. No dia 20 a TAP aterra no Pico. Foi um esforço imenso para conseguir isto, mas foi uma vitória. O Pico vai ter um aeroporto com ILS, com todas as condições para ser um aeroporto que ligue a ilha não só ao Continente, como também ao exterior. É uma vantagem comparativa importante. Por isso existe um conjunto de iniciativas no âmbito privado para fazer novas unidades hoteleiras naquela ilha.

Eu devo-lhe dizer que na terceira fase do SIDET existe um número muito elevado de projectos para o Pico.

A Ilha do Pico tem futuro, vai ter futuro e o futuro está a aproximar-se. A infraestrutura essencial para o Pico foi, de facto, o aeroporto. O Pico ganhou confiança. Não está nas mesmas circunstâncias que a Graciosa, São Jorge ou outras ilhas.

Nós colocámos este processo, em termos eleitorais. Dissemos que íamos fazer assim.

É evidente que podemos corrigir sempre o nosso rumo, mas essa é a nossa posição, é a nossa visão que deve ser implementada nos Açores.

**Presidente:** Tem a palavra a Sra. Deputada Carla Bretão.

(\*) **Deputada Carla Bretão (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário da Economia: Gostaria apenas de lhe fazer duas perguntas.

Uma delas tem a ver com a remodelação da Aerogare Civil das Lajes. Ao analisar o Plano, reparo que não tem inscrito qualquer verba ao nível de financiamento e outros fundos.

A nível comunitário, como todos nós sabemos, foi objecto de uma candidatura ao fundo de coesão. Por essa razão, gostava de saber o que é que aconteceu?

A outra pergunta tem a ver com o porto da Praia da Vitória. Gostaria de saber se vão haver alterações ao projecto inicial, na sequência das últimas intempéries, e quais as diligências que o Governo Regional está a levar a cabo para intervir na situação?

Obrigada.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

**Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu percebo um pouco a sua confusão no caso da aerogare civil das Lajes. A SATA recebe fundos do PRODESA ou recebe de outros fundos?

A Aerogare Civil das Lajes não faz parte da gestão dos aeródromos da SATA. É a região que a faz, é o Governo Regional.

O fundo de coesão entra no orçamento da Região. Portanto, não precisa estar colocado aí “outros fundos”.

Quanto ao porto da Praia da Vitória, falou-se muito das intempéries do porto.

Eu acho que a situação ficou clara com esta intempérie.

Nós fomos muito avisados na altura e fomos os primeiros a reparar provisoriamente o porto, em relação ao que se passa com os americanos.

Fizemos um investimento de 600 mil contos, ou seja 3 milhões de euros, o que fez com que o porto comercial nunca tivesse qualquer problema.

Neste momento a empresa já está a trabalhar em terra, a fazer o estaleiro e os tetrápodes, etc.

O que aconteceu neste Inverno não é negativo. É até positivo, porque tudo o que caiu foi o que estava mal colocado. Vai ser tudo retirado e devo dizer-lhe que não vão haver grandes obras a mais por causa disso. Não houve alteração substancial do projecto por causa das intempéries que ocorreram em Março passado. Até foram positivas, porque ajudam. O que ficou, ficou verdadeiramente consolidado e isso é sempre bom que aconteça neste momento, pior seria quando já estivesse tudo construído.

Aquilo que não estava bem consolidado caiu. Vamos retirar e vamos recolocar no seu lugar.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Jaime Jorge.

(\*) **Deputado Jaime Jorge (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Um esclarecimento muito simples ao Sr. Secretário que se prende com esta questão.

Dado que na dotação do Plano para 2005, no que se refere aos melhoramentos dos portos do Pico, há uma dotação apenas de 1 milhão 451 mil e 500 euros, gostaria de

saber se nesta dotação estão incluídas as obras que já foram prometidas para o reordenamento dos sacos do porto de São Roque e da Madalena.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

**Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Até 2007 a obra essencial que vamos fazer no Pico é efectivamente o porto de São Roque. Essa obra está a ser feita e vai ser concluída.

O que nós vamos fazer até 2007, até termos um IV Quadro Comunitário de Apoio, são os projectos, os ensaios e reparar (se houver necessidade de reparar), pontualmente, a gare marítima da Madalena, ou o manto da Madalena. Mas não são obras substanciais.

Vamos esperar pelos projectos. Estamos a um ano e meio do novo Quadro Comunitário de Apoio, para que, já no final de 2006, possamos lançar os concursos para começar a obra em 2007.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado António Ventura.

(\*) **Deputado António Ventura (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Uma questão rápida e cirúrgica.

O Plano não faz referência a nenhuma comparticipação relativamente ao parque de exposições da Ilha Terceira. Porquê?

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

**Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Certamente não vamos fazer tudo este ano. É única coisa que lhe posso dizer sobre esse assunto.

Será certamente feito, mas não em 2005.

(\*) **Deputado António Ventura (PSD):** O projecto é de Maio de 2004, assinado por todos nós!

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Costa Pereira.

(\*) **Deputado Costa Pereira (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Numa entrevista a um jornal local, o Presidente do Conselho de Administração da Administração dos Portos do Triângulo, afirmou que este Verão iria ser posta a concurso a obra de ampliação do Clube Naval da Horta e Gare Marítima do Cais de Santa Cruz.

Uma vez que não consigo detectar no plano esses investimentos, gostaria que o Sr. Secretário me confirmasse a abertura deste concurso e o início das obras para o próximo ano.

Em segundo lugar, e tendo em conta que no início do Verão passado o Sr. Secretário veio presidir, no Faial, a uma cerimónia de assinatura do programa SIDET e garantiu que havia dinheiro para os pagamentos – seis meses depois vários empresários têm-me contacto porque estão preocupados uma vez que ainda não receberam dinheiro – gostava que me pudesse informar quando é que poderá ser regularizada esta situação.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

**Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em relação ao que foi dito e ao que não foi dito pelo Sr. Presidente da APTO, eu não lhe posso responder. O que lhe posso dizer é que existe no plano as verbas que existem.

O que nós vamos fazer – e tive em conversações recentemente com ele – é estudar o sítio de atracagem dos ferries e fazer o reordenamento.

Se ele falou em adjudicação do projecto, provavelmente disse isso e tem razão; se foi em fazer a obra, provavelmente não tem razão, porque essa é uma obra que envolve vários milhões de euros e que terá que aguardar, como outras obras importantes, pelo IV Quadro Comunitário de Apoio.

Em relação ao SIDET desminto isso totalmente.

Não há nenhum sistema de incentivos que não seja pago a 30 dias. São todos pagos a 30 dias.

Se há algum incentivo que não é pago a 30 dias, é porque não entregaram os documentos.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Alberto Pereira.

**Deputado Alberto Pereira (PSD):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional da Economia:

Em primeiro lugar, permita-me que lhe agradeça as muitas referências implícitas à minha pessoa na sua intervenção. Recebo-as como um elogio, naturalmente.

Fiquei a saber também que é um leitor qualificado dos meus escritos, o que me deixa particularmente feliz. Só espero poder contribuir para uma reflexão produtiva nestes domínios com V. Exa. e com quem naturalmente se disponibilizar para o debate sobre temáticas turísticas.

Por outro lado, permito-me ainda, a título de curiosidade, dar-lhe uma novidade: é que, de facto, no Faial há uma ponte debaixo da qual a água passa duas vezes. É a ponte da Conceição. Ela recebe a água do mar e depois volta a sair em direcção ao mar.

**Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte):** Já não é a mesma!

**O Orador:** Eu não sei se deve considerar esta curiosidade para repensar a máxima que citou, mas fica aqui a título de contributo.

Quanto à matéria da substância:

Em termos muito concretos, o PSD defende, como repetidamente tem dito, o incremento exponencial do investimento promocional na Região Autónoma dos Açores como forma de responder ao actual desajustamento entre a oferta e a procura, que é naturalmente preocupante e que tem de se combater.

Pessoalmente, acrescento mesmo que considero que é um investimento que assume carácter de urgência, se não mesmo de emergência.

A perplexidade que eu tinha nesta matéria foi parcialmente respondida por V. Exa. na sua intervenção.

Eu devo confessar que, perante o que tinha dito nesta Assembleia, de que tencionava fazer um investimento público (interpretei eu na altura) de cerca de 10 milhões de euros em termos de investimento publicitário, não parecia naturalmente bater certo

com uma dotação de cerca de 6 milhões e meio de euros. Seria, seguramente, um milagre orçamental que nem V. Exa. conseguiria fazer.

Respondeu na sua intervenção juntando a essa verba outros valores de investimento de natureza privada para perfazer o valor total anunciado. Portanto, concluo assim, neste momento, que essas verbas do orçamento da Região são totalmente consumidas por estas campanhas publicitárias. Concedo naturalmente que a sua resposta foi nesse sentido e que a ????????? desse investimento está desse modo garantida.

Todavia, sendo certo que até agora mais de 70% do investimento publicitário tem sido dirigido, na prática, à subsidiação do desporto profissional, que é obviamente um investimento da mais pura inocuidade promocional tenho de presumir que tal implica o abandono dessa prática a partir deste ano para que possa cumprir o plano promocional que apresentou.

Por outro lado, ficam uns escassos 350 mil euros para as restantes rubricas relativas a intervenções várias de carácter promocional. Portanto, também nessa parte a minha pergunta era no sentido de indagar sobre se considera suficiente essa verba, porquanto estão em causa acções múltiplas na área da informação turística, das viagens educacionais, feiras, materiais de promoção, etc.

Aliás, nesse particular, deixava uma nota, porque considero que nesta altura seria, porventura, adequado proceder ao refrescamento, em termos de marketing turístico, dos materiais promocionais da Região.

Aliás, sabendo eu, como sei, que V. Exa. tem um relativo trauma relativamente ao ano de 96, queria dizer-lhe o seguinte:...

**Presidente:** Sr. Deputado, agradecia que concluísse.

**O Orador:** Concluo já, Sr. Presidente.

Eu até gosto da linha de cartazes dos Açores, como calcula, mas imagino que V. Exa. deverá querer alterá-la, porque para se situar quanto ao momento da concepção e edição desses cartazes, terá de recuar até 1996, descontar-lhe um ano ou dois, e terá encontrado o tempo exacto. Ou seja, durante 8 anos, Sr. Secretário Regional, em matéria de materiais de informação e promoção turística, o Governo Regional não produziu uma única brochura, um único cartaz turístico. Para um governo que alardeia produtividade é, sinceramente, lamentável e até paradoxal!

**Deputada Ana Isabel Moniz (PS):** Está muito enganado!

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

**Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu esperava bastante mais. As ideias do ex-Director Regional do Turismo, hoje Deputado Alberto Pereira, devem estar a secar.

Devo dizer que leio os seus artigos. Só que gostava que lá afirmasse ex-Director Regional do Turismo. Assim, toda a gente entenderia imediatamente o que diz. Quem não fez, agora é que vai fazer!

Também estou espantado, porque fiz aqui metade de uma intervenção sobre turismo. Do que é que o senhor vem falar? De promoção! De 10 milhões de euros de promoção!

**Deputado Alberto Pereira (PSD):** Não é turismo?!



**O Orador:** Eu sempre disse que eram 10 milhões de euros. Também disse que era investimento público e privado, mas se o senhor estivesse um pouco atento às coisas do turismo veria que não tem dificuldades em termos de promoção. Ao contrário. Eu vou fazer três épocas de promoção no Continente. Nunca se fez no país.

**Deputado Alberto Pereira (PSD):** Fez-se sempre. Em 1994, 1995 e 1996.

**O Orador:** Em Abril, em Julho e em Outubro. O senhor nunca fez três meses de campanha publicitária em 4 canais televisivos, em outdoors em todo o país, com o novo spot publicitário.

**Deputado Alberto Pereira (PSD):** Seja rigoroso. Não vai fazer campanhas. Os 3 momentos têm a ver com a altura de decisão das férias dos portugueses!

**O Orador:** Sr. Deputado, eu sei o que é que estou a dizer.

Se o fez e gastou três vezes mais do que aquilo que eu vou gastar, que resultado obteve? Qual foi a sua eficiência?

Afinal, eu consegui 190 mil dormidas a mais no mercado nacional. Em 8 anos o senhor só conseguiu 80 mil?

Meu amigo, eu fiz o dobro, com muito menos dinheiro. Muito eficiente sou eu!

**Deputado Alberto Pereira (PSD):** Até o seu discurso fui eu que o fiz!

**O Orador:** Eu disse de uma forma muito clara: isto não é uma política de um homem só. Isso já passou à história.

Quem decide a política da promoção do turismo é a Associação de Turismo Açores que tem reunido todos os empresários da Região Autónoma dos Açores e decide anualmente o que é que se deve fazer, se se deve atacar aquele mercado ou aquele outro. O Sr. Deputado está completamente enganado.

**Deputado Alberto Pereira (PSD):** Vamos ter tempo para discutir isso!

**O Orador:** O senhor vai ver que em 98 fizemos um conjunto de novos panfletos e brochuras. Gostei dessas brochuras e estão lá.

Neste momento estamos a fazer novas brochuras com novo banco de imagens, com novo spot publicitário que deve durar dois anos. Nós fizemos um spot publicitário com a natureza intacta, viva.

**Deputado Alberto Pereira (PSD):** Em 96 tinha uma igual. Era só copiar!

**O Orador:** Agora vamos fazer com a natureza mágica.

**Deputado Alberto Pereira (PSD):** “Slogans” os Açores têm muitos!

**O Orador:** O novo spot publicitário marcou, ganhou prémios a nível internacional.

Sr. Deputado, os 3 milhões que se dão às equipas desportivas, que também contribuem para a notoriedade da Região no exterior, correspondem apenas a 30%. Não é como o senhor diz.

**Deputado Alberto Pereira (PSD):** O relatório do Tribunal de Contas diz que são 72%!

**O Orador:** Veja a quantidade de investimento que é feita pelos privados neste momento, que vão ao exterior. A semana passada estiveram em Moscovo. Eles vão trazer os empresários cá, para fazer um voo – não sei se vai dar certo ou não – no próximo ano.

Imagine o seu tempo. Não havia nenhuma ligação para o exterior. Nem uma! O senhor só queria viver do mercado nacional. O senhor fez a brilhante descoberta: Em 88, 63% do seu mercado era nacional e o senhor passou para 72,7%. Foi a dependência que o senhor criou.

**Deputado Alberto Pereira (PSD):** Foi bom para os Açores. E é o que V. Exa. vai fazer agora curiosamente. Além disso está a pagar aos turistas para eles virem aos Açores. Está a abrir um precedente gravíssimo!

**O Orador:** Sr. Deputado, os meus contratos são feitos pelo ICEP, como os outros destinos turísticos do País. Não sou eu que os faço. Vão para o Tribunal de Contas, são aceites, como a Madeira também faz.

No seu tempo o senhor não sabia fazer dessas coisas. Paciência! Só vivia do mercado nacional e os turistas que vinham do estrangeiro vinham por sorte, ou por azar.

Agora, eles vêm em quantidade e têm que vir mais. É inexorável.

Olha para a Madeira. Só 30% do mercado é que é português.

**Deputado Alberto Pereira (PSD):** Não quer reduzir o preço da SATA aos açorianos, mas paga aos turistas nórdicos para fazerem férias!

**O Orador:** Quando o senhor quiser falar sobre os transportes aéreos eu também falo. Sei falar disso e com muito conhecimento.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Lizuarte Machado.

(\*) **Deputado Lizuarte Machado (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Começando pela intervenção do Sr. Deputado Costa Pereira, eu devo dizer que relativamente à gare marítima do Cais de Santa Cruz, de facto, isso para mim também é uma preocupação. É uma obra que tem que ser encarada. É uma obra que, no fundo, acaba por ser comum às nossas duas ilhas. De facto, começa a não ter as condições mínimas para satisfazer o tráfego de mais de 400 mil passageiros que fazem o canal. Portanto, partilhamos dessa preocupação. Aliás, o Sr. Secretário também partilha dela e já tivemos oportunidade de conversar com ele.

Relativamente à intervenção do Sr. Deputado Jaime Jorge e em relação ao porto de São Roque a resposta já foi dada. No que se refere ao ordenamento do porto da Madalena este processo está neste momento em fase de conclusão.

Portanto, em breve haverá imagem pública dessa matéria.

Relativamente à intervenção do Sr. Deputado Cláudio Lopes, eu devo dizer aqui que fiquei um bocadinho mais preocupado, porque nós, Grupo Parlamentar do Partido Socialista, e o Governo também, entendemos a Região como um todo, em que cada uma das partes maior ou menor, mais rica ou menos rica, contribui com aquilo que tem e com aquilo que pode para o crescimento, fortalecimento e enriquecimento desse todo.

O terminal de ferries e passageiros de Ponta Delgada é uma obra fundamental para o desenvolvimento do turismo nesta Região. Aliás, é uma obra com retorno assegurado. Perguntar que benefícios é que esse terminal trás para o Corvo ou para o Pico, eu penso que será o mesmo que o meu colega de bancada me perguntar que benefícios é que o aeroporto do Pico trás para São Miguel ou para as outras ilhas. A questão não pode ser colocada assim.

O pouco com que cada uma das partes contribui é que faz o muito que somos e queremos ser. Portanto, eu julgo que terá havido provavelmente um equívoco da parte do Sr. Deputado Cláudio Lopes, mas que obviamente terá oportunidade de esclarecer.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra a Sra. Deputada Ana Isabel Moniz.

**Deputada Ana Isabel Moniz (PS):** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo Regional:

Em primeiro lugar, um comentário adicional à intervenção do Sr. Deputado Cláudio Lopes.

Como sabe, os dados por ilha, são publicados no Serviço Regional de Estatística, todos os meses.

Se o Sr. Deputado quiser fazer um quadro com a evolução, por ilha, por mês, quer das dormidas, quer dos hóspedes, quer dos valores do alojamento turístico, tem os dados. Esses dados não são exclusivos do Governo Regional. Qualquer pessoa tem acesso a eles e pode fazer esses mapas.

De qualquer forma, temos aqui todos os dados, temos aqui todas as evoluções. Se quiser saber alguma coisa, não acrescentamos nada àquilo que o Serviço Regional de Estatística diz. Portanto, falamos todos a mesma linguagem.

Passando para a questão do turismo de golfe, do turismo de cruzeiros e ainda para a questão das três, quatro ou cinco estrelas na hotelaria, eu gostava de acrescentar que as 4 e 5 estrelas, ou seja, as unidades de alojamento turístico de qualidade superior, são uma exigência do turismo de golfe e do turismo de congressos.

Portanto, para fazer um congresso em condições, em qualquer destino turístico é exigido, à partida, a existência de hotelaria de alta qualidade. Daí certificar a aposta na elevação da qualidade da oferta de alojamento turístico.

Outra novidade relativamente à promoção turística e a estes dois produtos do congresso e do golfe – também dá resposta, em parte, à intervenção do Sr. Deputado Alberto Pereira – é que o Instituto de Turismo de Portugal já aprovou, para além dos produtos que estavam anteriormente, que era o touring e o turismo de natureza, mais dois novos produtos para o ano de 2005, que vêm a ser exactamente o produto de congressos, ou seja, o segmento MICE e o turismo de golfe.

Portanto, neste momento os Açores já estão a participar nas feiras para promover o turismo de congresso e o turismo de golfe, sendo esta mais uma vitória deste Governo Regional.

Quanto aos cruzeiros, gostaria de dizer que neste momento é difícil avaliar o impacto económico do turismo de cruzeiros na Região, porque ele ainda está a iniciar-se, mas é preciso traçar aqui um quadro para nós termos aqui uma ideia do que é que ele já está a representar.

Neste momento nós somos a quarta Região do país com maior expressão a nível do turismo de cruzeiros. Em primeiro lugar temos Lisboa, em segundo a Madeira, em terceiro o Porto de Leixões e em quarto os Açores.

Portanto, no ano de 2004, os Açores receberam cerca de 60 escalas, tendo havido apenas alguns cancelamentos devido à falta de condições de operacionalidade nos portos com mau tempo. Não foi por uma razão de falta de vontade ou de condições de os acolher.

Posso ainda dizer que este é um mercado muito promissor.

Quanto ao ano de 2005, de acordo com as estimativas da Cruise Line International Association, entidade estrangeira que tem uma divulgação das passagens, das travessias do Atlântico para este ano, devemos dizer que o mercado potencial é superior a 200 escalas. Isto porquê? Porque nós temos 114 itinerários que começam

na Europa, na Região do Mediterrâneo, e que escalam os portos do Atlântico. Portanto, são escalas que devemos atrair para os Açores.

Para além disso, temos as tais travessias, que se chamam de cruzeiros transatlânticos e de reposicionamento, que também podem ser captadas por nós nas épocas de passagem dos barcos das Caraíbas para o Mediterrâneo e vice-versa.

Relativamente a esta questão penso que já disse o que tinha a dizer. Só gostaria de acrescentar, relativamente à intervenção do Sr. Deputado Alberto Pereira, que é escusado estarmos aqui a discutir a má condução da política de promoção turística da Região.

Recorde-se que o Plano Director de Turismo que estava em vigor durante a sua actuação como Director Regional...

**Deputado Alberto Pereira (PSD):** E ainda está. Não há outro!

**A Oradora:** ... não previa qualquer tipo de promoção turística, ou seja, não havia uma política de promoção definida nesse plano.

A partir de 96 o Governo Regional definiu uma estratégia de marketing. Essa estratégia tem objectivos de comunicação muito claros e reflectiu-se na apresentação de documentos como o Plano Operacional de Marketing e como o Plano de Promoção Turística Internacional.

Portanto, temos documentos, as acções estão elencadas, os mercados prioritários estão definidos e os resultados estão à vista.

Portanto, aqui não há qualquer tipo de acaso ou sorte neste processo. O processo foi bem conduzido.

Muito obrigada.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Coelho.

**(\*) Deputado Francisco Coelho (PS):** Prescindo, Sr. Presidente.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Nunes.

**(\*) Deputado José Manuel Nunes (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional da Economia:

Começo por dizer que ainda gostaria de ver sentado nessa cadeira o seu ex-Director, Eng<sup>o</sup> Paulo Meneses. O senhor sabe perfeitamente por que é que eu digo isto.

O senhor sabe que existe um protocolo entre o Governo Regional e a empresa Marocidental no sentido desta efectuar duas viagens semanais de ligação à Ilha do Corvo.

Às vezes as condições atmosféricas não permitem essas viagens, mas na semana seguinte deveriam ser repostas essas viagens que não foram efectuadas na semana anterior. Ou seja, na semana seguinte, em vez de fazerem duas, deviam fazer quatro para que não fique carga acumulada nas Flores, como é agora o caso. Existem contentores nas Flores há cerca de 30 dias.

Gostaria de saber o que é que o Sr. Secretário vai fazer para resolver este problema de uma vez por todas.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

**Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

De uma forma muito curta, para dizer que certamente também gostaria que o Eng<sup>o</sup> Paulo Meneses estivesse na minha cadeira. Certamente não terá o prazer de o ver aí.

**Deputado José Manuel Nunes (PSD):** Nunca se sabe!

**Deputado Mark Marques (PSD):** Não julgue por si!

**O Orador:** Houve quatro viagens até há poucos dias.

Hoje está mau tempo. O barco irá no próximo dia que estiver bom.

Não estou a dizer que as ligações entre as Flores e o Corvo estão bem. Há a opção da própria Junta Autónoma ou Administração Portuária tomar conta, porque nem nas Flores nem no Corvo existem empresários que queiram tomar conta desta embarcação. Nós sabemos disso. Estamos atentamente a vigiar estas ligações e iremos ver quando é que devemos alterar.

Se houver incumprimento constante a única alternativa que temos – é uma alternativa que não gostamos – é, no fundo, voltar a nacionalizar um serviço que devia ser feito por um empresário.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Guilherme Nunes.

**Deputado Guilherme Nunes (PS):** Prescindo, Sr. Presidente.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Cláudio Lopes.

**(\*) Deputado Cláudio Lopes (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente, lamentando não termos tempo para mais. Gostaria de poder ter aqui um diálogo mais profundo com o meu colega Deputado Lizuarte Machado, mas não é possível.

Apenas fiquei eu próprio na dúvida de quem é que está equivocado, se sou eu, se é o Sr. Deputado.

O Sr. Deputado fala-me aí em ilhas pobres, em ilha ricas. Que as pobres têm que receber o contributo das ricas e que as ricas têm que contribuir para as pobres.

Eu deixei de perceber se o senhor considera a Ilha do Pico uma ilha rica, ou uma ilha pobre. Não sei bem qual é o conceito da nossa ilha.

Se considera que é uma ilha rica, estamos esclarecidos. Se considera que é uma ilha pobre, eu gostava de o ver ao meu lado a defender a inclusão do Pico no Fundo de Coesão que prevê medidas e incentivos especiais para as ilhas mais atrasadas. Aí estamos, para já, esclarecidos.

Sr. Secretário, eu gostava que me precisasse, porque não percebi bem a sua resposta. De novo, imaginando que sou empresário – se fosse compatível até gostava de ser – se quisesse construir um hotel de 4 estrelas, de raiz, na Ilha do Pico, posso ter acesso ou não ao sistema de incentivos?

Permita-me só, e voltando de novo ao regime especial de incentivos, que leia muito rapidamente um documento – e tenho pena de não termos mais tempo para falarmos sobre isso – que vem da Câmara de Comércio e Indústria da Horta e que é corroborado pela Câmara de Comércio e Indústria dos Açores. Diz o seguinte:

“O seguimento da análise do documento da Câmara de Comércio e Indústria dos Açores, que reflecte o parecer final sobre as alterações à legislação SIDER, SIDEL e SIDEP, é do entendimento da Câmara de Comércio da Horta que naquele documento conste explicitamente a Ilha do Pico no conjunto de ilhas de discriminação positiva (Santa Maria, Graciosa, São Jorge, Flores e Corvo) no nº 4 do artigo 9º da proposta de alteração do SIDEL.

A análise realizada ao montante de investimento por ilha, relativamente aos valores do III Quadro Comunitário de Apoio, permite constatar que a Ilha do Pico apresenta o montante de investimento muito próximo das ilhas de São Jorge e Graciosa.

De facto, do total do investimento da Região, 1.65% corresponde à Ilha do Pico, enquanto que a Graciosa e São Jorge atingem respectivamente 1.63 e 1.72% do volume total de investimento considerado.

Estes pesos relativos ficam aquém dos volumes de investimento das Ilhas de São Miguel (62,93%), Terceira (21,81%) e Faial (8,27%).

Por outro lado, se se comparar o nível de incentivos atribuídos por ilha, constata-se que o Pico representa apenas 1.77% do total, menos do que o peso relativo da Ilha de São Jorge (2,03%).

A realidade sócio-económica da Ilha do Pico aproxima-se mais do grupo constituído por Santa Maria, Graciosa, São Jorge, Flores e Corvo, e apesar da população daquela ilha aproximar-se da população do Faial, ainda assim existem diferenças substanciais de desenvolvimento económico que podem ser atenuadas com o contributo indispensável da proposta da Câmara de Comércio e Indústria dos Açores.”

Sr. Secretário, não sou eu que estou a afirmar isto. É a Câmara de Comércio e Indústria da Horta e a Câmara de Comércio e Indústria dos Açores, organismos representativos do tecido empresarial da nossa Região.

Não sou eu, mas como político picoense quero dizer muito claramente que não concordo com esta discriminação negativa que os senhores fazem em relação ao Pico e que o põe fora desta política de apoios especiais.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

(\*) **Secretário Regional da Economia** (*Duarte Ponte*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

No Pico, um hotel de quatro estrelas tem incentivo.

Em relação ao Fundo Regional de Apoio à Coesão e ao Desenvolvimento Económico, ele vai ser discutido nesta Assembleia Legislativa Regional. Esta Assembleia é que o vai aprovar.

Eu sei também do parecer que a Câmara de Comércio e Indústria dos Açores fez sobre a Proposta de Decreto Legislativo Regional do SIDET e diz claramente “nada temos a opor”. Depois faz um conjunto de considerações. Concorda, mas depois faz essas considerações.

Em relação ao Pico e ao Faial há que perceber uma coisa muito distinta. O Pico e o Faial funcionam como que se de uma ilha só se tratasse, porque existe um enorme fluxo de passageiros entre estas duas ilhas, coisa que não acontece em mais nenhuma ilha, nem em mais nenhuma ligação.

Existe nestas duas ilhas cerca de 30 mil habitantes, no seu conjunto. Isto faz com que estas duas ilhas possam crescer mais rapidamente que outras ilhas mais isoladas.

Uma coisa é o Corvo, outra é as Flores, outra é a Graciosa e outra ainda é Santa Maria. Essas ilhas são distintas. Temos ainda São Jorge.

Achamos que essas ilhas por estarem próximas, por terem infra-estruturas importantes que as servem, por haver um dinamismo económico maior, que é possível, embora se nos enganarmos corrigiremos, continuar na senda do progresso,

acompanhando as outras ilhas com maior população, mas permitindo que se faça, para já, uma discriminação positiva das ilhas mais pequenas.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Costa Pereira.

**Deputado Costa Pereira (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Quanto à questão do SIDET, que o senhor airosamente procurou resolver dizendo que estão pagos a 30 dias, eu devo dizer-lhe que a realidade que me foi demonstrada documentalmente pelos empresários, é a seguinte:

Os senhores estão a solicitar em duplicado documentos que já foram enviados e que estão no prazo.

O estratagema é claro e o dito antigo diz que “enquanto o pau vai e vem folgam as costas”.

Quanto à questão do ferrie e do estudo do porto da Horta eu não falei em nada disso. O que eu falei – e agradeço as palavras do Sr. Deputado Lizuarte Machado – foi exactamente sobre a preocupação do Clube Naval e sobretudo da gare marítima, porque esse é um investimento importante e não é um capricho. Eu fico satisfeito por reconhecermos que de facto é assim.

A verdade aqui é que me deixa um pouco surpreendido e preocupado. É que de acordo com as palavras do Sr. Secretário, o que se está a fazer é um estudo. Portanto, enquanto esse estudo não estiver a ser feito, não estiver concluído, não há obra.

Isso não condiz com aquilo que o Presidente do Conselho de Administração da APTO disse nesta entrevista e que passo a ler:

O jornalista pergunta:

“- A terceira fase da marina inclui também a ampliação das instalações do Clube Naval?”

Resposta:

“- Isso e também a reformulação da gare marítima.

- Mas para quando é que está prevista essa obra?

- Para 2006 a obra. Quanto ao concurso é capaz de ser em meados deste Verão. O projecto já está pronto”.

Se isto é verdade, a conclusão que eu tiro das suas palavras, Sr. Secretário, é que o Presidente do Conselho de Administração da APT não estava a falar verdade, o que é lamentável.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

(\*) **Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O que disse sobre o SIDET mantenho. Estamos a pagar a 30 dias.

Em relação a esse projecto houve aqui novas situações que vão ser incorporadas no projecto. Vamos ter que reformular o projecto.

De qualquer maneira, não é possível lançar o concurso este ano, mas será feita o mais depressa possível.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Lizuarte Machado.

(\*) **Deputado Lizuarte Machado (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas para um esclarecimento ao Sr. Engº. Cláudio Lopes.

Eu não falei em ilhas ricas nem em ilhas pobres. O que eu disse foi que cada ilha contribui com o pouco ou muito que tem para aquilo que somos no seu todo.

Portanto, não podemos questionar uma obra numa ilha e ficarmos tranquilamente descansados, porque isso não é correcto.

De resto, eu considero, como já lhe disse, que esse terminal em Ponta Delgada é fundamental para o turismo de cruzeiros. Desde logo, também lhe posso explicar, independentemente das expectativas de como o negócio vai ou não crescer, a vida a bordo, mesmo num pacote super luxuoso, acaba por ser muito mais rotineira e monótona do que aquilo que pensa.

Uma parte dos cruzeiros que nos visitam escolhem-nos por variadíssimas razões, mas há outros que nos escolhem pela necessidade absoluta e imperiosa que têm de quebrar a rotina a bordo e terem necessidade de fazer uma escala intermédia nas ligações ente a Europa ou o Mediterrâneo.

Portanto, se nós tivermos condições, se oferecermos condições, eles atracam, eles escalam os nossos portos, eles deixam cá mais valias. Independentemente da ilha onde ficam essas mais valias, elas são importantes para o conjunto de toda a Região, por isso não podemos colocar a questão, pelo menos do meu ponto de vista, como o Sr. Engº Cláudio Lopes a colocou sob pena de que nos poderão perguntar, então e a mim o que é que me interessa a ampliação do porto do Pico? O que é que interessa, ao Deputado do Corvo, o aeroporto do Pico? Não é correcto colocar as questões assim.

A Região é um todo. Não é uma questão de ilhas ricas ou de ilhas pobres.

Relativamente à questão do Fundo de Coesão, o Sr. Deputado sabe o que é que eu penso sobre essa matéria, como também sabe o Sr. Deputado Jaime Jorge. De resto, já falámos sobre isso com o Sr. Secretário na Comissão de Economia.

Portanto, eu só não abordei esse assunto porque haverá um momento próprio para o fazer nesta Casa. Nessa altura, fá-lo-emos.

**Deputado Cláudio Lopes (PSD):** Tem problemas em dizê-lo aqui, é?!

**Presidente:** Não havendo mais inscrições, tem a palavra a Sra. Deputada Ana Isabel Moniz para uma intervenção.

**Deputada Ana Isabel Moniz (PS):** Sr. Presidente da Assembleia Legislativa Regional, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo Regional:

Nesta intervenção irei debruçar-me sobre os Transportes Aéreos e Marítimos na Região Autónoma dos Açores, começando por fazer uma breve abordagem ao desenvolvimento do sector, nos últimos anos, em resultado dos esforços encetados pelos governos regionais da responsabilidade do Partido Socialista, para dar sentido às novas orientações políticas, constantes dos documentos das Orientações de Médio Prazo 2005-2008 e Plano 2005, agora submetidos a apreciação.

Começando por fazer um breve diagnóstico da situação da economia regional em finais de 1996, constatava-se que o sector dos Transportes era, porventura, um dos que maiores constrangimentos provocavam ao desenvolvimento de diversas actividades económicas nos Açores, nomeadamente o Turismo.

Apesar dos fluxos turísticos para os Açores terem revelado um comportamento favorável durante a década de 80, deixando antever boas perspectivas de evolução para a actividade, no período de 1989 a 1996 registaram-se muitas oscilações, com fortes quebras no número de dormidas nos anos de 1989 e 1993. Esta situação denota



a incapacidade do governo regional de então de conceber e executar uma política promocional da Região que permitisse obter resultados eficazes em termos de atracção de turistas. A ausência de uma visão estratégica para o sector levou ao marasmo no domínio do investimento privado, quer em termos da oferta de alojamento turístico, quer de infra-estruturas complementares de apoio, sendo, por conseguinte, quase inexistente a oferta de acções de animação turística que pudessem permitir o prolongamento da estada média e o crescimento das receitas do sector. Perante este contexto, não houve a preocupação de eleger políticas de dignificação e valorização das profissões turísticas, nem de fomentar o incremento da exigência da qualidade nessa mesma oferta de serviços turísticos.

A rigidez da oferta nas ligações aéreas com o continente português impunha sérias limitações ao crescimento da actividade, quer pelo seu custo, quer pela inexistência de tarifas diferenciadas, quer pela própria capacidade disponibilizada e inconveniência de horários. Quem não se lembra de chegar a Lisboa às quatro horas da manhã?

No que toca ao transporte marítimo de passageiros inter-ilhas, o cenário também não era nada animador, pois, em 1996, limitava-se apenas ao Grupo Central.

Sr. Presidente da Assembleia Legislativa Regional, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo Regional:

No período de 1997 a 2004, apesar dos grandes desafios colocados pela liberalização e desregulamentação do sector e das calamidades que atingiram a Região em 1996 e 1997 – obrigando a avultados investimentos na reabilitação de infra-estruturas marítimas, que não estavam inicialmente previstas na acção governativa – deu-se uma autêntica revolução no domínio dos Transportes Aéreos e Marítimos:

- em primeiro lugar, com a introdução de um novo modelo de ligações aéreas intra-regional, articulado com uma substancial redução do tarifário da SATA nas ligações inter-ilhas, chegando as reduções a atingirem os 21% para as ilhas do Grupo Ocidental e os 17% para as ilhas do Grupo Central e Oriental;

- em segundo lugar, e na sequência das negociações bem sucedidas entre o Governo Regional e o Governo da República, com a implementação dos novos modelos de obrigações de serviço público entre o continente português e a Região, merecendo especial destaque o aumento das frequências e os novos regimes de tarifário de passageiros e carga, propiciadores de um enquadramento mais atractivo, não só para os fluxos gerados na Região, como também para os vindos do exterior;

- em terceiro lugar, com a abertura das *gateways* do Pico e de Santa Maria, permitindo descentralizar ainda mais a distribuição dos fluxos turísticos pelas diversas ilhas dos Açores e criar, desta forma, novos pólos de desenvolvimento na Região;

- em quarto lugar, com as modificações estruturantes nas infra-estruturas portuárias e aeroportuárias da Região, que vieram melhorar substancialmente a operacionalidade dos meios de transporte e a acessibilidade a todas as ilhas;

- em quinto lugar, e após cerca de vinte anos de interrupção, com a dinamização do inovador transporte marítimo de passageiros e viaturas, em embarcações rápidas, de Santa Maria às Flores.

Assim, se em 1996, o movimento marítimo de passageiros andava à volta dos 290 mil passageiros, em 2004 este valor já ascendia aos 468 mil, o que corresponde a um

aumento de 60% em oito anos, ou seja, um crescimento médio anual de 7,5%, o que é deveras surpreendente.

A criação de redes de novas ligações aéreas directas entre os Açores e os mercados emissores de turistas veio alterar substancialmente a composição da procura turística. Para além das ligações directas a Bóston, Providence, Oakland, Toronto, Montreal, Malmoe, Gotemburgo, Oslo, Estocolmo, Frankfurt, Munique, Zurique, Copenhaga e Madrid, efectuadas em 2004, foram reforçadas, já em 2005, as ligações com a Dinamarca, tendo-se iniciado a operação com a Finlândia e, na presente semana, com o Reino Unido.

Por todas estas razões, enquanto em 1996, o movimento total de passageiros nos aeroportos dos Açores ascendia a 1 milhão e 167 mil, em 2004 passou para 1 milhão e 708 mil, ou seja, registou-se um crescimento de 46% em oito anos, o que corresponde a uma taxa de crescimento médio anual de cerca de 6%. Recorde-se que, no período de 1992 a 1996, o crescimento total foi de 3,2%, a que correspondia uma taxa de crescimento médio anual de 0,8%.

Em relação ao transporte marítimo de mercadorias, são de destacar os seguintes aspectos na actuação dos governos da responsabilidade do Partido Socialista:

- o desagravamento do preço dos fretes entre o Continente e os Açores, que é actualmente 18% inferior, a preços constantes, em relação ao praticado em 1996;
- a entrada de mais um armador de cabotagem insular;
- o aumento da carga transportada, em cerca de 61%, entre 1996 e 2004,
- a estabilidade do tarifário portuário, entre 1995 e 2002, sendo, desde essa altura, apenas actualizado de acordo com a taxa de inflação;
- a extinção da taxa de reestruturação portuária, que chegou a atingir cerca de 120 euros por contentor transportado.

Se, em 1996, os portos dos Açores eram dos mais caros do País, hoje essa situação inverteu-se, sendo dos que praticam taxas mais baixas, o que traz consequências benéficas ao nível da estrutura de custos das empresas e, em última instância, dos preços de venda dos bens na Região e no exterior.

Em suma, os esforços realizados, nos últimos oito anos, em matéria de transportes e acessibilidades têm contribuído para criar uma importante vantagem competitiva para a Região no que toca à dinamização do turismo, à captação de investimento externo e à internacionalização desta pequena economia insular arquipelágica e ultraperiférica.

Sr. Presidente da Assembleia Legislativa Regional, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo Regional:

No Plano para 2005, a política do IX Governo Regional dos Açores em matéria de Transportes Marítimos está reflectida no Programa 24 – Consolidação e Modernização dos Transportes Marítimos. As intervenções neste importante segmento das redes regionais estruturantes contemplam a execução de um vasto leque de investimentos, a serem promovidos quer directamente pela Secretaria Regional da Economia, quer através da articulação desta com as administrações portuárias. O investimento público ascende a 40,4 milhões de euros, sendo 5,6 milhões de euros financiados através do Plano.

Quanto às infra-estruturas portuárias, que absorvem mais de  $\frac{3}{4}$  deste investimento, e registam um aumento de 48,8% relativamente ao valor inscrito no Plano para 2004, evidenciam-se obras de construção, reabilitação, melhoria da operacionalidade e

equipamento dos portos regionais, para além da construção e apetrechamento de núcleos de recreio marítimo.

No que toca à dinamização do tráfego de passageiros por via marítima, o Governo Regional prevê continuar o apoio ao transporte marítimo de passageiros e viaturas inter-ilhas, a projectos de renovação e modernização da frota e ao arranque da construção do terminal marítimo e gare de passageiros do porto de Ponta Delgada.

Este programa abrange, ainda, a realização de estudos com vista à racionalização das actividades portuárias e de acções de dinamização dos transportes marítimos e de promoção dos Açores no mercado de cruzeiros.

Trata-se de uma aposta na continuidade da melhoria das infra-estruturas de apoio ao transporte marítimo de pessoas e de bens, em conformidade com os actuais padrões de segurança e operacionalidade. Paralelamente, dá-se corpo às orientações constantes do Programa do Governo em matéria de turismo, no que respeita ao incentivo do turismo de cruzeiros, do iatismo e da prática de actividades marítimo-turísticas e de desportos náuticos.

Relativamente aos Transportes Aéreos, as intervenções previstas no Plano para 2005 encontram-se descritas no programa 25 – Desenvolvimento dos Transportes Aéreos. O investimento público previsto é de 32,9 milhões de euros, sendo cerca de 2/3 de investimento do Plano.

As acções que assumem maior peso neste domínio, representando mais de 70% do investimento planeado, respeitam ao investimento em infra-estruturas e equipamentos aeroportuários e vão desde a modernização das aerogares, até à aquisição de meios para uma maior segurança e eficiência do serviço prestado.

Sr. Presidente da Assembleia Legislativa Regional, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo Regional:

As novas orientações políticas em matéria de Transportes Marítimos e Aéreos, agora consubstanciadas nos documentos em apreciação das Orientações de Médio Prazo 2005-2008 e do Plano 2005, permitem aferir que o IX Governo Regional dos Açores vai continuar a apostar na melhoria das acessibilidades e da mobilidade inter-ilhas, dando cumprimento às promessas eleitorais e ao programa do seu governo, oportunamente aprovado nesta Assembleia.

Tenho dito!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Tem a palavra para uma intervenção a Sra. Deputada Carla Bretão.

**Deputada Carla Bretão (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Assistimos constantemente ao apelo, por parte da bancada do Partido Socialista, à apresentação de soluções, propostas concretas e críticas construtivas. Que mais poderemos fazer..., quando, constantemente são chumbadas e refutadas quaisquer acções ou reflexões que tenhamos sobre qualquer assunto?

Como já admitiram, não são os únicos com responsabilidades, é necessário dignificar o parlamento. Mas como? Se assistimos a uma frequente e consecutiva submissão dos Srs. Deputados do Partido Socialista à vontade do Governo Regional?! Estamos aqui para fiscalizar e ajudar a acção Governativa,...

**Deputado José Manuel Bolieiro (PSD):** *Muito bem!*

**A Oradora:** ... não para nos subjugarmos à sua vontade.

**Vozes dos Deputados da bancada do PSD:** *Muito bem! Muito bem!*

**A Oradora:** Encaramos o nosso trabalho na oposição de uma forma construtiva, séria, na óptica da dignificação do Parlamento e do trabalho e responsabilidades dos Deputados, não fossemos fruto do Grande Partido construtor da nossa Autonomia.

Não precisamos de lições nesta matéria. As Senhoras e Senhores Deputados do PS não querem mais nem melhor do que nós queremos para a nossa Região e para os Açorianos!

**Deputados Mark Marques e Clélio Meneses (PSD):** *Muito bem!*

**A Oradora:** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo: Os documentos em análise e em particular – O Plano Regional Anual para o ano 2005 – para além de apresentar alguma informação nova ou melhor tratada de outra forma, válida sem dúvida, merece, desde logo, um reparo: o esforço efectuado relativamente à inclusão de todo o investimento público, não só o da responsabilidade directa da Região, mas também, os restantes fundos autónomos, empresas públicas e verbas da União Europeia, não é extensivo ao mapa de desagregação espacial.

Por isso, é uma ilusão falar-se em números e percentagens, por ilha, por comparações com anos anteriores, dos quais não podemos aferir da sua realidade.

De todo o elenco de obras que estão previstas este ano para a Ilha Terceira, podemos identificar um número significativo desses investimentos que aparecem ao som do “disco riscado” de outros anos. Aproveitando-se inclusive a mesma memória descritiva utilizada em planos anteriores, usufruindo das novas tecnologias, num clique de “copy”/“paste”.

Como podemos dar um voto de confiança, se algumas obras que desaparecem como por artes mágicas de um plano para o outro, não são concretizadas, voltando a aparecer em manifestos eleitorais, e outras continuam de “pedra e cal” no papel sem verem concretização à vista?

Casos como:

A Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Angra do Heroísmo, inscrita no plano desde 1997, prevista novamente em 2005. Passa de início de obra urgente em 1997, para elaboração de projecto, sem local definido, em 2005;

**Deputado Clélio Meneses (PSD):** *Muito bem!*

**A Oradora:** A Escola Ferreira Drumond, há muito prometida, será mesmo a obra iniciada este ano?

A Associação Cristã da Mocidade, terá finalmente o seu Centro de Actividades Ocupacionais. A conclusão de projecto em 2004, passou a execução de projecto em 2005. Será?

A Confederação Operária Terceirense, contava com a obra no ano 2001. Bem, pelo menos está, novamente, prevista em 2005... será agora?

Estes são apenas alguns, entre muitos outros casos, que levariam muito tempo a explanar.

Por outro lado, verifica-se a inscrição de diversos montantes para obras já concluídas e inauguradas. Como os casos do Matadouro Industrial da Terceira ou a Estrada Serreta/Sta. Bárbara.

No caso concreto da empreitada de “correção, alargamento e reabilitação da Estrada Serreta/Sta. Bárbara, assistimos ao adiamento de um ano da celebração do contrato adicional de trabalhos a mais após a sua autorização em Janeiro de 2004, ou melhor assistimos à revogação de um primeiro despacho que previa a formalização de tal contrato, por forma a ser contemplado neste Plano, por forma a ser pago este ano! Trabalhos esses que foram integralmente executados, em Maio de 2004.

Com tudo isto não quero dizer, e como terceirense, que não tenha imensa satisfação...

**Deputado Francisco Coelho (PS):** Não parece!

**A Oradora:** ...pelas obras que estão a decorrer e que após muitas promessas, finalmente começaram, caso disso mesmo a remodelação da aerogare civil da Lajes ou a Escola de São Carlos.

Apenas e só quero dizer que se impõe uma previsão mais rigorosa, promessas mais cautelosas e afirmações mais comedidas, ou seja “um fato à medida das possibilidades”.

Como se pode afirmar que, e cito: “Este Plano dá resposta aos compromissos eleitorais sufragados nas últimas eleições”

E por isso mesmo pergunto:

Onde está o novo Hospital da Ilha Terceira, por mais de uma vez prometido? Muita escrita e controvérsia levantou até que a promessa foi clara, e volto a citar: “em inícios de 2005 o arranque da construção do novo hospital será uma realidade”. Sem contar já agora com as declarações do Sr. Presidente do Governo Regional em Abril de 2003 ao dizer, e cito, “(...) estamos a preparar o concurso para a concepção e construção do novo hospital de Angra do Heroísmo”.

Deparamo-nos, no entanto, com um impasse: o Plano apresenta valores de obras de remodelação da actual estrutura muito superiores às verbas contempladas para o novo Hospital. E analisando o documento com mais cuidado, descobrimos que se trata de mais estudos e (ainda!) a aquisição de terreno.

Onde está o Parque de exposições da Ilha Terceira, cujo projecto foi apresentado em Maio de 2004?

Onde está a Escola do Ramo Grande, prometida em 2000?

Onde estão os apoios, que parece, que vão surgir para os estragos causados pela infestação da praga das térmitas?

Onde está o novo quartel de Bombeiros de Angra do Heroísmo?

Onde está a variante externa de São Carlos?

Onde está a participação prometida para o reordenamento da Baía da Praia da Vitória?

Onde está a reconstrução do Claustro Sul do Recolhimento de São Gonçalo?

Podíamos perguntar por muitas mais promessas, a quem afirma que este Plano traduz fielmente todos os compromissos eleitorais sufragados.

A “crítica construtiva” que tanto anseiam resume-se a isto: à expectativa que temos de ver cumpridos todos estes projectos, para bem da Ilha Terceira, para bem da nossa Região e para bem de todos os Açorianos.

Sejam mais realistas!

Possivelmente com tantos incumprimentos e adiamentos o Governo pensa estar a concretizar a ideia de centralidade da Ilha Terceira, que o PS afirma e cito “sair reforçada de forma clara (...)” com este plano.

A não inclusão no Plano do início da obra do Novo Hospital, como os terceirenses tanto esperavam, certamente acentua a ideia desse vosso conceito de centralidade, que o Sr. Vice-Presidente do Governo caracteriza de: “mera questão localizada”.

No mesmo nível de incumprimentos, deparamo-nos com o segundo adiamento da central Geotérmica da Terceira para 2009.

Não percebemos como uma questão tão importante como a Geotermia, é constantemente adiada, quando, segundo declarações do Sr. Secretário da Economia, fazia parte de uma e cito “(...) estratégia que nós temos montado na Região Autónoma dos Açores. Tornando-nos cada vez mais independentes das energias provenientes dos combustíveis fósseis.” E mais, quando realçava as vantagens para a região de uma fonte de energia mais barata.

Neste momento, na Ilha Terceira existem problemas sérios com o fornecimento de electricidade.

**Deputado Osório Silva (PS):** Não é verdade!

**A Oradora:** Associando esse facto ao contrato de fornecimento de electricidade à Base das Lajes, os habitantes da Ilha é que ficam penalizados.

Querem uma oposição construtiva? Nós também! Façam o seu trabalho e não se preocupem com o nosso. Para isso basta que cumpram aquilo que prometeram. Basta que não se repita o que há anos tem acontecido: as mesmas obras a passarem de Plano para Plano sem verem a luz do dia e outras simplesmente a desaparecerem.

Se, pelo contrário, apelidam de “oposição construtiva” o nada dizer, nada criticar, nada apontar, então pediram à bancada errada. Virem-se então para a vossa bancada, lembrem os vossos deputados qual é o seu papel, recordem que Governo e grupo parlamentar são coisas diferentes, mau grado a confusão que manifestam.

Por nós aplaudiremos quando cumprirem, criticaremos quando adiarem, lembraremos quando esquecerem. Assim, cada um saiba o seu papel!

Disse.

**Deputado Clélio Meneses (PSD):** *Muito bem!*

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)*

**Presidente:** Para uma intervenção tem a palavra a Sra. Deputada Lubélia Chaves.

**Deputada Lubélia Chaves (PS):** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Início esta minha intervenção sobre a discussão do Plano Regional Anual de 2005 e as Orientações de Médio Prazo para o quadriénio 2005-2008 com a expectativa de que os objectivos programáticos e as opções políticas que se encontram traçados nestes documentos contribuam para o desenvolvimento sustentado dos Açores, o que continuará a permitir a consolidação da actual base produtiva e a diversificação da actividade económica, bem como o crescimento económico registado nestes últimos anos comparativamente com outras Regiões do País.

A evolução favorável da economia açoriana e a perspectiva de convergência dos indicadores económicos regionais aos nacionais e restantes países membros da União

Europeia, têm-se reflectido nos valores positivos tanto a nível do sector primário como a nível do turismo, comércio e indústria.

O objectivo “Aumentar a Produtividade e a Competitividade da Economia Regional” tem neste Plano, novamente e à semelhança dos últimos anos, um forte peso no investimento público total ocupando naturalmente o 1º lugar dentro dos objectivos gerais definidos no Plano Anual Regional 2005 e nas Orientações de Médio Prazo 2005-2008.

Para este objectivo geral estão inscritos 177.635.069 euros no Plano Anual 2005, sendo 78.200.434 do plano e 99.434.635 de outros fundos. Em relação ao plano anterior verifica-se um aumento de cerca de 32% neste objectivo.

Para o quadriénio 2005-2008 está previsto um investimento público no montante de 822.307.485 euros, dos quais 357.702.403 são do plano e 464.605.082 de outros fundos.

Os sectores da agricultura, florestas, pescas, turismo, indústria, comércio e exportação, e apoio ao sector privado são as áreas de intervenção que integram o Objectivo “Aumentar a Produtividade e a Competitividade da Economia” e representam 32,5% do total de investimento público no Plano de 2005, sendo este o vector com a dotação mais significativa neste Plano.

Estes valores exprimem claramente a intenção de reforço e concretização das políticas destas áreas, indo de encontro às medidas previstas no Programa do IX Governo Regional e já aprovadas para esta Legislatura e que acentuavam em dinamizar o crescimento económico, expandir a base económica de exportação e promover o desenvolvimento sustentável.

Dentro do objectivo geral de Aumentar a Produtividade e a Competitividade da Economia, o Programa n.º 12 – Desenvolvimento do Turismo compreende uma verba inscrita no Plano de 8.092.000 euros correspondendo a um crescimento de 35,6% em relação ao ano anterior dos quais 6.877.000 euros correspondem aos projectos de Promoção Turística através de acções de promoção e de divulgação do destino Açores nos mercados geradores de fluxos turísticos. Por outro lado, a Oferta e Animação Turística apresentam um investimento de 500.000 euros essencialmente para as acções de construção e beneficiação de infra-estruturas e o apoio à animação cultural, recreativa e desportiva com interesse para o turismo.

Como investimentos Estratégicos neste sector o plano de 2005 contempla ainda 600.000 euros no âmbito dos centros culturais e de congressos e desenvolvimento dos recursos termais para exploração turística.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Este Plano de 2005 e as Orientações de Médio Prazo que se encontram em discussão demonstram a vontade do Governo Regional em apostar no impulso dos investimentos privados para produtos dedicados ao turismo de natureza, de saúde, ao termalismo e ao golfe, bem como no desenvolvimento de parcerias com o sector privado em termos da promoção exterior da Região. As políticas sectoriais do turismo passam também pelo aumento do número de ligações aéreas directas e a diversificação dos mercados turísticos emissores para a Região.

Relativamente ao Programa n.º13 - Desenvolvimento Industrial – que inclui os projectos relativos à inovação tecnológica e gestão de recursos, ao apoio à actividade

empresarial e ao artesanato, cumpre-me destacar a promoção da qualidade e inovação pelo facto de desempenhar um papel importante no desenvolvimento económico e empresarial estando previsto um investimento de 84.150 euros a que corresponde um acréscimo de 68,3% em relação ao plano de 2004.

Este programa está dotado com 1.696.576 euros no plano para 2005, dos quais 696.576 são do plano e 1.000.000 de outros fundos, estes últimos destinados ao projecto de apoio à actividade empresarial.

Neste sector, são de salientar alguns objectivos a concretizar e que assentam na estratégia do Governo Regional para o desenvolvimento local e regional, tais como, fomentar o alargamento da base económica de exportação e a diversificação de mercados, incentivando a qualidade da produção dos sectores tradicionais da agro-indústria e apoiando as actividades com potencial de crescimento, promover a cooperação entre as empresas do sector produtivo de forma a estabelecerem estratégias comuns de distribuição, comercialização e promoção de produtos através da criação de um centro de distribuição de produtos açorianos junto do mercado nacional, promover a criação de centros de apoio à actividade empresarial e apoiar o desenvolvimento do artesanato regional promovendo a sua divulgação comercial e o investimento nas unidades produtivas artesanais, bem como a certificação da qualidade dos produtos tradicionais.

No que respeita ao sector do comércio o Governo Regional entende que este assume um papel relevante no conjunto das actividades económicas da Região, pelo que tem possibilitado a modernização de muitas instalações comerciais existentes e a melhoria da qualidade dos serviços prestados aos consumidores, o que tem sido possível através do aproveitamento das verbas disponibilizadas pelo URBCOM, e através de acordos e parcerias com as Associações Empresariais na cooperação e desenvolvimento de acções conjuntas em diversas áreas, nomeadamente a modernização e dinamização de sector empresarial.

Por outro lado, este sector possui características particulares decorrentes da natureza insular e dispersa da Região, que sendo reconhecidas por este Governo Regional têm-se reflectido nas políticas de promoção e divulgação da produtos regionais no exterior, dando continuidade à política definida pelos anteriores Governos do Partido Socialista e já reconfirmada no Programa do IX Governo Regional, consubstanciando-se no apoio financeiro ao escoamento e à promoção de produtos regionais, como meio para o reforço da competitividade do tecido produtivo regional. Para a concretização destes objectivos, o Programa n.º 14 – Desenvolvimento do Comércio e Exportação – tem previsto um investimento público total de 869.950 euros para o ano de 2005 dos quais 719.950 são do plano e 150.000 de outros fundos que se encontram destinados ao projecto de promoção externa de produtos regionais. De referir, ainda, que o montante de 514.250 euros do plano também são destinados ao mesmo projecto, representando 71,43% da dotação do plano.

A dotação deste Programa no Plano Anual Regional de 2005 corresponde a um aumento de cerca de 30% em relação ao plano de 2004. Verifica-se, igualmente, o seu aumento nas Orientações de Médio Prazo para os anos seguintes do quadriénio 2005-2008.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:



Eu não poderia deixar de referir e relacionar o investimento nestes sectores (turismo, comércio e indústria) com a política de sistemas de incentivos regionais e nacionais implementada e desenvolvida nos últimos 8 anos e que muito contribui para a dinamização e competitividade das Pequenas e Médias Empresas regionais.

Esta tem sido a forma de potenciar os investimentos privados, privilegiando a inovação, a modernização, o desenvolvimento tecnológico e a formação profissional. Quanto a estes sistemas de incentivos são de destacar os incentivos de âmbito regional integrados no SIDER – Sistema de Incentivos para o Desenvolvimento Regional dos Açores, estruturado em três subsistemas designadamente o SIDEL (Subsistema para o Desenvolvimento Local), SIDET (Subsistema para o Desenvolvimento do Turismo) e SIDEPE (Sistema de Prémios).

No Plano Anual Regional de 2005 o Programa n.º15 – Promoção do Investimento e da Coesão – contempla uma dotação de 26.462.000 euros correspondendo a um dos maiores investimentos financeiros deste plano, sendo 15.000.000 euros de outros fundos e o restante do plano. Estes investimentos destinam-se essencialmente ao projecto de Sistemas de Incentivos (SIDER) no montante de 9.000.000 do plano mais os 15.000.000 de outros fundos e ao projecto de Apoios à Coesão e Parcerias Público – Privadas no montante de 2.000.000 euros.

Aproveito para salientar a dotação deste Programa para a Ilha de Santa Maria no montante de 1.603.000 euros para o ano de 2005, dos quais se espera um forte aproveitamento dos sistemas de incentivos disponíveis, bem como a execução do apoio à coesão e a realização de parcerias público-privadas em áreas estratégicas para o desenvolvimento económico da Ilha, como é o exemplo do Campo de Golfe em complemento da aposta que se tem efectuado no turismo.

No que respeita aos incentivos, nomeadamente no âmbito do SIDEL foram já aprovadas 10 candidaturas da Ilha de Santa Maria correspondendo a um investimento privado à volta de 1 milhão de euros.

Também nas Grandes Orientações de Médio Prazo para o quadriénio 2005-2008 o Programa “Promoção do Investimento e da Coesão” estão previstos investimentos públicos que atingem um total de 124.923.353 euros, constituindo um dos programas com dotação mais significativa.

É de realçar a inovação nestes documentos que se encontram em discussão, referente à criação do Fundo Regional de Apoio à Coesão e ao Desenvolvimento Económico, com o objectivo de garantir uma discriminação positiva dos investimentos que visam os mercados de pequena dimensão e com maiores dificuldades de investimento privado, como o são nas Ilhas do Corvo, Flores, São Jorge, Graciosa e Santa Maria, para além de pretender criar condições para atrair o investimento externo.

Paralelamente ao Fundo de Coesão estas ilhas poderão beneficiar das alterações a introduzir nos subsistemas de incentivos do SIDER, nomeadamente quanto ao SIDEL e SIDET que passarão a estar sempre abertos apenas para as candidaturas nestas ilhas deixando de ser por fases. Para além disso, o subsistema SIDEPE contemplará uma majoração de 50% como prémio nas candidaturas destas ilhas a projectos de investimento do SIME e do SIVETUR.

Assim, através destes instrumentos será possível promover e reforçar a iniciativa privada e um maior desenvolvimento económico nas Ilhas do Corvo, Flores, São

Jorge, Graciosa e, se me permitem, em especial e em particular, para a Ilha de Santa Maria.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Com os documentos apresentados referentes ao Plano Anual Regional de 2005 e as Orientações de Médio Prazo 2005-2008, é possível constatar que o IX Governo Regional pretende alcançar não só o objectivo genérico de Aumentar a Produtividade e a Competitividade da Economia, mas também o de atingir uma maior Coesão Económica e Social Regional.

Disse.

**Deputado Nuno Amaral (PS):** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Cláudio Lopes.

**Deputado Cláudio Lopes (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

É aqui, nesta Assembleia, que o povo que nos elegeu e nós Deputados representamos, espera ter a sua legítima voz para poder decidir sobre o que puder, exigir o que considera merecer e lembrar a quem tem as rédeas do Poder, que esse Poder só será legítimo e efectivo se estiver ao serviço das populações, na medida da satisfação das suas reais necessidades.

Estamos, nesta sessão extraordinária do plenário, a analisar e a discutir o plano de investimentos do Governo Regional, para o corrente ano de 2005. Este é sempre um momento em que todas as Ilhas aguardam com natural ansiedade o que o Governo lhes reserva, em cada ano, em matéria de investimento público.

Este é, naturalmente, também um momento em que todos nós podemos aferir no concreto o cumprimento ou não das promessas feitas e dos compromissos assumidos. Natural parece também que alguns Deputados ao subirem a esta tribuna venham tecer elogios, mais ou menos rasgados, ao Plano do Governo, mas não menos natural é que outros Deputados, entre os quais me incluo, por razões óbvias, não afinem em tal coro e optem por um tom mais crítico a esse mesmo documento estratégico do investimento público.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Devo no entanto, apesar disso, continuar a ser coerente com a minha conduta política. Não é pelo facto de não ter sido este o Governo nem o projecto de governação que defendi e escolhi nas últimas eleições regionais, que deixarei de apreciar e reconhecer as boas medidas deste ou de qualquer Governo, quando elas forem uma realidade. Mas certamente que de mim deverão esperar, em particular os Picoenses, que denuncie aqui, o que não é uma opção clara deste Governo e que as gentes da minha ilha desejariam que fosse.

Numa perspectiva global devemos reconhecer que o plano do Governo para 2005, em relação à ilha do Pico, é interessante.

Mais interessante na sua descritiva do que na afectação de verbas a determinadas acções e projectos.

Cerca de 7% do orçamento regional destinado ao investimento será aplicado no Pico (39 milhões de euros). Contudo, a grande fatia deste orçamento destina-se a prosseguir com as quatro grandes obras que estão em curso na ilha, algumas vindas de anos anteriores, outras iniciadas ou adjudicadas em vésperas das últimas eleições regionais e que são: as obras de ampliação do aeroporto do Pico, a recuperação do porto comercial, a construção do Matadouro e a protecção da orla costeira da Vila das Lajes. Algumas destas obras terão, certamente, continuidade nos próximos anos, já que não se prevê possam ser totalmente executadas no corrente ano.

Obviamente que aqui o nosso comentário só pode ser positivo, estas são obras estruturantes ao desenvolvimento da nossa ilha e à melhoria da qualidade de vida dos picoenses. Comentário que aliás poderia muito bem tornar-se extensivo à grande melhoria de que foram alvo as nossas estradas, na ilha e nos últimos anos. Tardaram em chegar, mas ainda bem que chegaram.

Lamentamos, contudo, e quanto a isso não nos conformamos, pelo facto de não fazerem parte dos objectivos do Governo para o corrente ano: a construção da nova Escola Secundária das Lajes do Pico, a correcção e a repavimentação da estrada transversal, o ordenamento da área portuária do Porto de São Roque, nomeadamente a definição das zonas comercial, de pesca e de passageiros, e a construção dos polivalentes de serviços na Piedade e em Santo Amaro, para destacar as mais importantes. Julgamos que estas obras deveriam ser uma prioridade. Assim não entende o Governo.

Continua também a entender o Governo, não proceder às obras de ampliação dos quartéis de bombeiros de São Roque e Lajes, justamente reclamadas pelas respectivas Associações.

Quanto às obras de consolidação do Porto da Madalena e reordenamento de toda a área portuária, a dotação financeira afecta é tão baixa que não se acredita que sejam para realizar no corrente ano.

Idêntico comentário deve merecer a construção do novo Centro de Saúde da Madalena. Aliás, em matéria de saúde, os picoenses continuam a aguardar as virtudes propaladas no âmbito da implementação da Unidade de Saúde de ilha: melhor gestão, mais saúde. Quanto a mais saúde é bom perguntar aos picoenses; e quanto a melhor gestão ainda está por comprovar.

No domínio da Agricultura não se percebe bem, através da leitura dos documentos disponíveis, quais são as prioridades, nomeadamente em matéria de caminhos agrícolas, quer na abertura de novos troços, quer na manutenção e asfaldagem dos existentes, aspectos de extrema importância para a nossa lavoura picoense.

Uma intervenção séria e responsável é também o que se espera venha a acontecer no domínio da Agricultura em relação a uma das mais problemáticas pragas – os ratos – que está a causar graves prejuízos económicos na actividade agrícola e mais grave se revela por estar a ameaçar a saúde pública.

E neste capítulo, não basta atirar com veneno aos ratos, ou pior do que isso entregar veneno às pessoas pensando que o problema fica assim resolvido e que se cumpriu uma missão.

São necessárias campanhas de desratização sérias, programadas, elaboradas e acompanhadas com o necessário rigor técnico, envolvendo as entidades públicas com responsabilidade na matéria e as populações.

Quanto a intervenções em portos de pesca artesanal, apesar da verba inscrita (1,4 milhões de euros), não se percebe onde vai ser aplicada. Oxalá não seja desviada para outros fins, pois há portos que bem necessitados estão de uma intervenção, como exemplos: os portos das Ribeiras, de São Mateus e de São Caetano.

Em matéria de Ambiente, é necessária uma nova atitude por parte da tutela.

Em alguns casos é necessário ir muito mais longe do que até agora não se foi capaz. É muito pouco classificar áreas e/ou proteger espécies.

Esta tutela não deve ter como uma das suas principais preocupações perseguir quem corta um pé de urze, ou abate um torcaz. Deve ter um papel mais pedagógico junto das populações, deixar-se em alguns casos de certos fundamentalismos e intervir preventivamente em alguns domínios sob pena de se chegar tarde e de querendo atacar a origem dos problemas isso revelar-se insuficiente para impedir a sua rápida evolução.

No Ambiente é prioritário que o papel dos políticos ganhe cada vez mais importância nas funções de acompanhamento e controle das actividades humanas como: na produção, na industrialização, na exploração de recursos naturais, na utilização de novas tecnologias, até no consumo excessivo de factores de produção, nas práticas que ameaçam a sobrevivência das espécies, que provocam a erosão dos solos ou que alteram a drenagem natural dos terrenos.

E neste caso específico, da alteração da drenagem natural dos terrenos, permitam-me uma palavra especial para a tutela, sobre a crescente preocupação do que se passa na gestão das ribeiras. Neste domínio é imperioso que se proceda, com urgência, a uma profunda limpeza a montante e também a jusante das zonas habitacionais. Tal como é urgente que se proceda a uma série de intervenções de consolidação das margens destas o que, em alguns casos, está ameaçando a segurança de muitos bens e equipamentos privados, mas também públicos.

É que não basta fazerem-se protocolos com as Juntas de Freguesia, para a manutenção das ribeiras, transferindo-lhes, à luz desses protocolos, uns míseros tostões para que elas resolvam problemas que custam milhões.

Mas o pior aspecto deste plano e da política do actual Governo e que eu como picoense não aceito de bom grado é o facto do Governo ter deixado o Pico de fora do esquema de incentivos especiais (fundo de coesão), e que destinou para as ilhas de Santa Maria, São Jorge, Graciosa, Flores e Corvo. O Pico fica penalizado com esta medida, particularmente os nossos pequenos e médios empresários e todos aqueles que já tem manifestado interesse em investir nesta ilha. O Governo, nesta matéria, age como quem dá com uma mão e tira com a outra. Investe tanto no aeroporto do Pico para depois travar o seu desenvolvimento, tratando o Pico, quanto à sua capacidade mobilizadora de investimento privado, como se fosse São Miguel.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O tempo que me reservam para esta intervenção não me permite ir mais longe no desenvolvimento de algumas matérias e na abordagem de outras, como desejaria, no entanto creio que ao longo desta legislatura teremos várias oportunidades de trazer aqui à reflexão, situações que carecem de atento acompanhamento e oportuna intervenção. Porque elas são do maior interesse das populações que aqui todos nós representamos e que temos rigorosa obrigação de defender.

Digo todos nós, os da posição, mas também os da oposição, porque a oposição também foi democraticamente eleita e representa a vontade de dezenas de milhares de açorianos, neste parlamento, e lá fora no nosso dia a dia.

Que cada um saiba interpretar, da melhor maneira, os seus papéis. Nós deputados da oposição não abdicaremos do nosso, mesmo que por vezes ele seja desconfortável para quem nos Governa, na Região ou na República. A defesa dos interesses dos açorianos deve estar para todos nós muito acima dos interesses político-partidários e dos conformismos e inércias que não são compreensíveis por parte de alguns.

É que ganhar eleições com maiorias absolutas não deve significar exercer o poder como se ele fosse absoluto. E perder eleições não deve significar ficar condenado ao silêncio e à inactividade.

Quanto ao Pico podem contar com a nossa atenta e permanente participação.

Sobre isso, e deixando como nota final, seria de bom tom que o Governo incluísse nos seus planos anuais aquelas que são as reclamações patenteadas sistematicamente nos memorandos do Conselho de Ilha, órgão representativo dos legítimos interesses dos picoenses. É que algumas delas vem já desde há oito anos sem qualquer manifestação de interesse por parte do Governo Regional.

Costumo afirmar: “a César o que é de César, mas aos picoenses aquilo que eles merecem”.

Disse.

**Vozes dos Deputados da bancada do PSD:** *Muito bem! Muito bem!*

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)*

**Presidente:** Estão abertas as inscrições sobre esta intervenção.

*(Pausa)*

Tenho inscrito os Srs. Deputados Hernâni Jorge, Lizuarte Machado, o Sr. Presidente do Governo, os Srs. Deputados Costa Pereira e Pedro Gomes.

Tem a palavra o Sr. Deputado Hernâni Jorge.

(\*) **Deputado Hernâni Jorge (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado Cláudio Lopes trouxe a este debate um vasto rol de questões relativas à Ilha do Pico. Procurarei, conjuntamente com o Deputado Lizuarte Machado, responder a todas elas.

A primeira questão colocada pelo Sr. Deputado Cláudio Lopes e que gostaria de mais uma vez esclarecer aqui, prende-se com a questão da saúde.

Não percebemos os lamentos do Deputado Cláudio Lopes quanto ao facto de no Plano de 2005 estar incluída uma acção que prevê o lançamento do processo com vista à construção do novo Centro de Saúde da Madalena.

Esta é uma decisão política que consideramos de enorme importância para a ilha, particularmente para o concelho da Madalena, aquele que tem maior população e consequentemente maior número de utentes do Serviço Regional de Saúde. É, repito, uma opção política relevante e importante.

Já no ano de 2005 será lançado o processo com vista aos estudos e projecção daquilo que será o Centro de Saúde da Madalena. A nossa congratulação com esta importante decisão para a ilha e particularmente para o Concelho da Madalena.

Efectivamente há questões que exigem uma intervenção séria e responsável, como tem sido a do Governo Regional no que respeita, designadamente, à questão do combate à praga dos ratos e à desratização.

Sempre, por parte dos Serviços de Desenvolvimento Agrário, tivemos a disponibilização, quer financeira, quer técnica, para responder a esta questão. Nem sempre, nunca ou quase nunca, tivemos a disponibilidade das autarquias e, particularmente das Câmaras Municipais para responder a este problema.

Mesmo quando se disponibilizaram, quando disseram e aprovaram determinados montantes para apoiar as campanhas de desratização, a campanha avançou, a factura foi enviada e recusaram-se a pagá-la. Foi isto que aconteceu no Pico. É isto que o Deputado Cláudio Lopes conhece e todos nós não nos esquecemos.

Da parte dos Servidos de Desenvolvimento Agrário temos tido uma postura séria e responsável. Infelizmente nas autarquias não tem havido correspondência.

**Deputado Nuno Amaral (PS):** *Muito bem!*

**O Orador:** Nas questões do ambiente, não tem sido feito pouco. Tem sido feito muito e muito.

Não se trata de uma questão de perseguição. Este é um discurso gasto que o PSD usa desde há vários anos.

Tem sido feito muito e continua a ser feito muito.

A prova disso mesmo é o facto de no plano de investimentos para 2005 e naquilo que são as perspectivas financeiras para este período de 2005 a 2008, os investimentos na área do ambiente mais que duplicaram relativamente ao último PMP.

Não vamos comparar sequer com aquilo que acontecia no passado e antes daquela data que os Srs. Deputados do PSD não gostam que se fale ou que se refira.

Nessa altura, por exemplo, o plano de investimentos não chegava a 1 milhão de contos para 4 anos.

Neste momento estamos a discutir um plano para 2005 com um investimento superior a 4 milhões de contos, apenas para um ano.

Os números falam por si. A comparação é inequívoca.

O problema das ribeiras preocupa-nos: os planos de ordenamento e de gestão dos recursos hídricos.

Temos finalmente um Plano Regional de Água. Mas deixarei para uma próxima intervenção, Sr. Presidente, porque não quero violar o Regimento.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Lizuarte Machado.

(\*) **Deputado Lizuarte Machado (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Cláudio Lopes:

Registo, aliás, não é a primeira vez, o facto de reconhecer que no Pico fizeram-se e estão a fazer-se grandes obras, obras estruturantes e fundamentais para o nosso desenvolvimento.

Reconheço aqui publicamente que o Sr. Deputado tem reconhecido isso na comunicação social e noutros fóruns. É bom que assim seja, que se reconheça aquilo que de bom, de importante e fundamental é feito para o nosso desenvolvimento.

**Deputado José Manuel Bolieiro (PSD):** Mas ele tem uma grande ambição!

**O Orador:** Eu admito que sim, mas 17 de Outubro terá delimitado todas essas ambições que obviamente existiriam por esses lados.

Por outro lado, relativamente a outras questões colocadas e que são também preocupação para nós, gostaria de lhe dizer que, no que se refere à nova escola das Lajes, isto já passou por várias fases e por várias vicissitudes, nomeadamente até pela ideia de uma nova escola, como todos sabemos.

Estávamos numa fase em que tínhamos uma escola com cerca de 600 alunos. Estamos agora numa fase em que temos uma escola que, infelizmente caminha a passos largos para os 300 alunos. Importa reflectir, refazer tudo aquilo que então se pensava e adequar à nova realidade, em função do número de alunos, a nova estrutura. Aliás, essa tentativa de adequação, se os espaços envolverem – e ainda está dependente disso – tem também parecer favorável da própria câmara municipal.

Relativamente à transversal, eu registo a preocupação do Sr. Deputado com os nossos compromissos eleitorais, mas eles são para ser cumpridos em 4 anos. A transversal é um compromisso eleitoral nosso, é uma obra para esta legislatura. Ponto final.

Relativamente ao ordenamento do porto de São Roque – o Sr. Secretário da Economia já falou hoje sobre essa questão – estamos na fase em que daremos início ao projecto que tem que estar pronto no final de 2006, para que se candidate essa obra de ampliação do porto comercial do Pico ao próximo Quadro Comunitário de Apoio e isso, sim, permitirá o ordenamento de todo o espaço interno e se possível até a separação e a definição clara daquilo que são as zonas de passageiros e zonas de outras actividades, respondendo até à Directiva Comunitária que exige a certificação dos terminais de passageiros.

Relativamente aos quartéis de bombeiros, também são compromissos para uma legislatura. É óbvio que terão os seus anexos ampliados e são compromissos que respeitamos.

Quanto aos portos de pesca, o investimento feito nos últimos anos é de tal maneira vultuoso e importante que eu não vou aqui fazer uma descrição desses investimentos. Tocou praticamente todos os portos desde novas construções, casas de aprestos, electrificação, rampas, equipamentos de gelo. Portanto, é um investimento vultuoso.

**Presidente:** Sr. Deputado, agradecia que terminasse.

**O Orador:** Já termino, Sr. Presidente.

O porto das Ribeiras precisa ser protegido e faltam fazer algumas coisas, mas felizmente já são poucas.

Por isso nós estamos a fazer aquilo que o Sr. Deputado costuma dizer: aos picoenses o que merecem!

É isso mesmo que nós estamos a fazer.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Presidente do Governo Regional.

(\*) **Presidente do Governo Regional (Carlos César):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Para prestar alguns esclarecimentos muito sucintos ao Sr. Deputado Cláudio Lopes que, embora não me mencionou directamente relativamente a esta área, mencionou um documento do Conselho de Ilha do Pico.

Aproveito a circunstância para lhe dizer que o apoio às instituições culturais na Ilha do Pico vai ser significativamente maior neste ano de 2005, como decorre aliás da distribuição de verbas existentes neste Plano para este ano.

Não é mencionada a Casa de Cultura, porque nós estamos neste momento a trabalhar no âmbito da Direcção Regional da Cultura, na revisão da orgânica desse departamento do Governo, que poderá eventualmente contemplar a extinção de todas as casas de cultura.

Também para lhe dizer que, em relação ao Museu dos Baleeiros, estamos a estudar, desde que o dossier chegou à minha mão, e estamos na fase final, com vista ao seu processo de expansão. Já existem os terrenos adquiridos e também já há uma estimativa em relação ao custo do projecto que é na ordem dos 800 mil euros.

Também aproveitando esta circunstância e porque não me encontrava na sala, em relação à intervenção da Sra. Deputada Carla Martins, no que se refere à Biblioteca Pública e Arquivo de Angra do Heroísmo, gostaria de lhe dizer que a verba que consta do Plano de 2005 é consentânea com o calendário de construção daquela obra, que penso vir a ser uma obra de referência arquitectónica na cidade de Angra do Heroísmo, na medida em que estamos neste momento numa fase de selecção de um arquitecto de referência.

Esse projecto será ainda entregue este ano para que comece a ser elaborado.

No próximo ano existirão pagamentos mais substanciais nessa área e a obra que se localizará numa zona actualmente ocupada por parte da Escola Secundária, e que é uma zona anexa ao Palacete Silveira e Paulo, só poderá ter início, quer por razões de ocupação actual dessa zona, quer por razões de co-financiamento e de disponibilidades nas medidas dos assuntos comunitários, exactamente no período que oscilará entre o final do ano de 2006 e o princípio do ano de 2007, de modo que trabalharemos para que o lançamento do seu concurso público possa fazer coincidir o início da obra com esse período que mencionei, pelo que a verba que lhe está destinada este ano é a verba necessária para que se cumpra este calendário.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Costa Pereira.

**Deputado Costa Pereira (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Eu tenho uma dúvida e já agora gostaria que fosse esclarecida. Tem a ver com a questão da nova escola EB2,3/Secundária das Lajes do Pico.

A Carta Escolar, de Janeiro de 2004, é clara quando refere que não se justifica o investimento de recuperar a actual escola. Portanto, a opção tomada naquele documento é a construção de uma nova escola.

No Plano para 2005 já não aparece bem isto, aparece é uma grande reparação nessa mesma escola.

As declarações do Sr. Deputado Lizuarte Machado, ainda me deixam mais confuso, porque dá a entender que a orientação de há um ano de fazer a nova escola das Lajes do Pico deixou de o ser, uma vez que fez referência que o número de alunos talvez já não o justifique e que se estão a fazer estudos. Presumo que cada vez mais se inclinam para uma grande reparação no mesmo sítio e que vão abandonar o projecto da nova escola EB2,3/Secundária das Lajes do Pico.

Gostava que me confirmasse isso.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Gomes.



**Deputado Pedro Gomes (PSD):** Prescindo, Sr. Presidente.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Hernâni Jorge.

(\*) **Deputado Hernâni Jorge (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Para concluir a minha intervenção de há pouco.

Pegando na questão da limpeza de obstrução de ribeiras, dizia eu que ao nível do planeamento nada existia. Recentemente foi aprovado o Plano Regional da Água cuja implementação, felizmente, já começou.

Nesta matéria em concreto da obstrução e limpeza de ribeiras, a intervenção pública não se faz, como não podia deixar de ser, exclusivamente por via dos protocolos com as Juntas de Freguesia. Também se faz por investimento directo e por empreitadas lançadas através da Secretaria Regional do Ambiente.

Neste particular, a Ilha do Pico não fugirá à regra. Manter-se-ão certamente os protocolos com as Juntas de Freguesia e serão executadas intervenções através de empreitadas lançadas pela Secretaria Regional do Ambiente, atendendo naturalmente a dimensão e a maior complexidade dessas obras.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Cláudio Lopes.

(\*) **Deputado Cláudio Lopes (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu não vou gastar muito tempo nesta minha intervenção, porque não temos muito tempo disponível, mas gostaria de fazer uma correcção àquilo que o Sr. Deputado Hernâni aqui disse há pouco, fazendo alusão às autarquias e a disponibilidade destas ou não para colaborar nesse processo tão importante que é a desratização na Ilha do Pico.

Eu devo só lembrar, caso se tenha esquecido, ou então informar, caso não saiba, que eu fui o primeiro autarca, na Ilha do Pico, que levou este assunto ao executivo camarário, em 6 de Junho de 2003, apresentando a total disponibilidade para a Câmara das Lajes, como aliás já tinha feito em anos anteriores, colaborar na aquisição de isco com o valor de 10 mil euros, disponibilizando meios humanos e viaturas para essa acção.

Remeti esta deliberação de Câmara, que foi aprovada por unanimidade, às entidades competentes, ao Sr. Secretário da Agricultura e Pescas, e à Sra- Chefe de Divisão do Serviço de Desenvolvimento Agrário do Pico e, de Junho de 2003 até Dezembro de 2003, não tive mais qualquer *feedback* da parte destas entidades.

Se chegou alguma factura à Câmara das Lajes sobre isto depois de Janeiro de 2004, eu já não estava lá. Portanto, não posso responder por isso.

Quanto ao Sr. Deputado Lizuarte Machado, gostava que ficasse registado nesta câmara e nos diários das sessões que ficou muito claro, depois da sua intervenção e que é apoiada com certeza pelo Deputado Hernâni Jorge, de que a comunidade escolar das Lajes do Pico já não pode contar mais com uma construção nova, com uma nova escola secundária.

**Deputado Hernâni Jorge (PS):** Ninguém disse isso!

**O Orador:** Gostava que isto ficasse aqui muito claro, porque foi o que eles aqui deixaram de uma forma muito clara.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Hernâni Jorge.

(\*) **Deputado Hernâni Jorge (PS)**: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Cláudio Lopes:

Por conhecer precisamente essa deliberação a que faz referência e por conhecer o que se passou depois desse período que acabou de relatar, é que fiz a intervenção que fiz e disse aquilo que disse.

Efectivamente assim foi. Os Serviços de Desenvolvimento Agrário no Pico avançaram com esse processo tendo a expectativa de virem a contar com os 10 mil euros de apoio da Câmara Municipal das Lajes, consoante a deliberação da mesma. Quando a factura foi enviada para a Câmara foi devolvida aos serviços dizendo que não a pagariam.

Por conhecer essa parte do processo e por conhecer o que aconteceu a seguir, é que fiz a intervenção que fiz e afirmo peremptoriamente que até hoje nenhum município na Ilha do Pico participou com um cêntimo que fosse no processo de desratização.

Quanto à questão da escola das Lajes do Pico, não foi nada disso que nós dissemos, não foi nada disso que o Deputado Lizuarte Machado afirmou, mas ele já se inscreveu e esclarecê-lo-á acerca desse assunto.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Lizuarte Machado. Faça luz sobre este assunto.

(\*) **Deputado Lizuarte Machado (PS)**: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Relativamente à questão da escola das Lajes do Pico, que fique bem claro o seguinte: Nós estamos preparados para fazer uma grande intervenção naquele espaço – se o estudo que está a ser feito neste momento concluir que há espaço suficiente para isso – e para fazer a ligação ao pavilhão, adequando aquele edifício à nova realidade escolar, atendendo ao número de alunos.

Estamos também preparados para arrancar, a qualquer momento, com o quinto e sexto anos de escolaridade na ponta da ilha e só não o fazemos de imediato, porque no conjunto das três freguesias da ponta da ilha não temos alunos suficientes para duas turmas do 5º ano e duas do 6º ano.

O que nós estamos a fazer é aquilo que é a nossa obrigação, é adequar as infra-estruturas às novas realidades. As novas realidades são aquelas que temos. Infelizmente é uma perda permanente de alunos nas nossas escolas. Portanto, temos a obrigação de adequar os nossos passos a essa nova realidade, fazê-lo com qualidade por forma a que os alunos dessa escola e desse concelho tenham também, ao nível das infra-estruturas, a mesma qualidade que os outros concelhos dos Açores, que todos merecem e devem ter.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Cláudio Lopes.

(\*) **Deputado Cláudio Lopes (PSD)**: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Só para concluir esta questão e deixá-la mais clara possível da minha parte.

Continuo a entender das suas palavras que se está a equacionar seriamente, neste momento, a ampliação e a recuperação da actual escola das Lajes e não é vossa intenção fazer uma nova escola nas Lajes do Pico.

Para já, também gostava de corrigir uma questão que há bocadinho o Sr. Deputado Lizuarte Machado referiu e que se reportou à Sra. Presidente da Câmara das Lajes. A informação que eu tenho, e é bem recente, é que a Câmara está a equacionar, com

uma equipa técnica, a possibilidade da nova escola ficar implantada dentro da malha urbana da Vila das Lajes, mas é posição da Câmara das Lajes construir uma escola de raiz. Nunca defendeu a posição de uma remodelação ou ampliação da actual.

Estas são informações obtidas há dois dias, por via telefónica, da Sra. Presidente da Câmara das Lajes.

**Deputado Hernâni Jorge (PS):** Está mal informado, ou então ela diz uma coisa a si e outra à população!

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Lizuarte Machado.

(\*) **Deputado Lizuarte Machado (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Também para a última intervenção sobre esta matéria.

Como o Sr. Deputado Cláudio Lopes sabe eu sou vereador da Câmara das Lajes, aliás, tivemos lá os dois durante algum tempo. Portanto, conheço em pormenor a deliberação que foi tomada em reunião.

A deliberação tomada foi exactamente aquilo que acabei de dizer: concordar em absoluto com a remodelação daquele espaço, se se concluir que existe, de facto, espaço e área suficiente para se promover essa remodelação e a ligação ao pavilhão.

É óbvio que terá que reconhecer que eu conheço em pormenor a deliberação da Câmara.

**Presidente:** Não tenho mais ninguém inscrito. Como são 17 horas e 30 minutos, vamos fazer um intervalo de 15 minutos.

Estão suspensos os nossos trabalhos.

*(Eram 17 horas e 25 minutos)*

**Presidente:** Srs. Deputados, vamos retomar os nossos trabalhos, passando para outra área da actividade política muito importante, ou seja, os assuntos sociais.

*(Eram 18 horas)*

*(Após o intervalo o Sr. Deputado Cláudio Lopes, ocupou o seu lugar de Secretário na Mesa)*

Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Secretário Regional dos Assuntos Sociais.

**Secretário Regional dos Assuntos Sociais (Domingos Cunha):** Sr. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Permitam-me, antes da minha intervenção, que saúde a Sra. Deputada Fátima Vieira, o Sr. Deputado João Bettencourt e também o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro, apesar de não estar, uma vez que aquando da minha intervenção nesta tribuna ele não integrava o Grupo Parlamentar do seu partido.

Com a apresentação e aprovação do Programa do IX Governo Regional as principais orientações estratégicas para as políticas de Solidariedade, Segurança Social e Saúde foram já, na sua globalidade, aqui debatidas.

Estas áreas da competência da Secretaria Regional dos Assuntos Sociais têm, por um lado, como objectivos reforçar a coesão social e a igualdade de oportunidades e, por

outro, a reforma em diversas áreas, designadamente, no âmbito da Saúde, tendo em consideração o que já foi realizado, o que está em fase de realização e o que se pretende concretizar.

O Plano que apresentamos no seu Programa 17 – Desenvolvimento do Sistema de Solidariedade Social – dá continuidade aos investimentos referentes a infra-estruturas e equipamentos destinados aos apoios à “Infância e Juventude”, às “Pessoas Idosas e seus Familiares”, às “Pessoas com Deficiência”, às “Vítimas de Violência Doméstica”, à “Inclusão Social” e “Instalações de Serviços”, com o objectivo de continuarmos as acções de intervenção social que previnam o aparecimento ou o agravamento de situações de risco, e melhorem a prestação de serviços aos utentes e beneficiários da Solidariedade e Segurança Social.

A Região Autónoma dos Açores com o trabalho desenvolvido ao longo dos últimos 8 anos, pode orgulhar-se de ter a melhor rede de equipamentos e serviços sociais do País, amplamente participada pela sociedade civil.

Hoje, na área da “Infância e Juventude” temos capacidade para 7805 utentes, mais 1620 do que em 2000, temos 239 equipamentos, mais 51 do que em 2000, tendo o Governo Regional despendido cerca de 73 milhões de euros em investimento e funcionamento no referido período.

É intenção deste Governo dar continuidade às reformas da política de “Infância e Juventude”, designadamente, através do alargamento da rede regional de centros de acolhimento temporário e lares para crianças e jovens em risco, prosseguindo a política de substituição de grandes estruturas de acolhimento, por pequenas residências com o máximo de 12 utentes.

Importa salientar, também, a criação de lares para fratrias (conjuntos de irmãos), destinados a crianças entre os 0 e os 6 anos, possibilitando a vivência em ambiente familiar.

Em complementaridade, e tendo em consideração situações específicas da área de “Invalidez e Reabilitação”, disponibilizamos, hoje, 23 equipamentos com capacidade para 557 utentes, o que representa um crescimento de 45% de vagas em relação a 2000.

Este Plano de 2005 dá continuidade à política de ampliação e qualificação da rede regional de Centros de Actividades Ocupacionais, com a remodelação do edifício em Vila do Porto e o iniciar a construção dos de Vila Franca do Campo, do Nordeste e da Associação Cristã na Mocidade da Ilha Terceira.

Hoje, na área de “Apoio a Idosos” temos capacidade para 6947 utentes, mais 822 do que em 2000, temos 188 equipamentos, mais 30 do que em 2000, tendo o Governo Regional despendido em investimento e funcionamento aproximadamente 49 milhões de euros entre 2000 e 2004.

Face ao envelhecimento da população e ao aumento da esperança média de vida, pretendemos através de uma visão pró-activa que reconhece o direito em todas as idades à igualdade de oportunidades e a participação no processo de desenvolvimento económico, social e cultural, dar continuidade a uma política de acção social que visa o alargamento de uma rede de serviços e equipamentos sociais que, actuando numa lógica de proximidade, concorra para a manutenção das pessoas no seu ambiente e meio habitual de vida, mesmo daquelas que se encontram em situação de dependência.

Neste âmbito, são de realçar os serviços de apoio domiciliário, os centros de noite enquanto alternativas à Institucionalização, os centros de dia e de convívio.

Integrado nas reformas que pretendemos implementar, e dependente da aprovação do Decreto Legislativo Regional que reformula o SIDER, esperamos que os incentivos a criar nas áreas ligadas à construção de infantários, creches, lares de idosos e residências assistidas possam trazer uma visão empresarial no âmbito do desenvolvimento do Sistema de Solidariedade Social.

Para além destas respostas importa melhorar a qualidade dos Lares para Idosos já existentes, e daqueles que resultarem de novas construções e ampliação/remodelação, em parceria com as IPSS e Misericórdias dos Açores.

A este nível cumpre destacar a construção do lar de idosos da Lagoa, a remodelação e ampliação do lar de idosos de Vila Franca do Campo e da Madalena, bem como a conclusão da residência para idosos da Piedade, nas Lajes do Pico.

No âmbito da Solidariedade e Segurança Social apoiámos a criação de residências para pessoas sem abrigo e para repatriados.

No apoio às mulheres vítimas de violência o IX Governo Regional dos Açores vai reformar e reorganizar uma nova dinâmica para o funcionamento da Comissão Consultiva para os Direitos das Mulheres.

Para concretizar as políticas de Solidariedade e Segurança Social, em 2005, está previsto um investimento público na ordem dos 10 milhões e 400 mil euros que representa um crescimento de 37% face ao ano de 2004, sendo 55% destinados a equipamentos de “Apoio a Idosos” e 45% a equipamentos de apoio à “Infância e Juventude”.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

No âmbito do Serviço Regional de Saúde e conforme as acções previstas no Plano de 2005, no Projecto 16.1 – Construção de Novas Infra-Estruturas, programámos a construção de unidades de saúde, nomeadamente, do novo Hospital de Angra do Heroísmo, os Centros de Saúde de Ponta Delgada, Santa Cruz da Graciosa e da Madalena, e a conclusão do edifício para o Serviço de Atendimento Urgente e Medicina de Catástrofe de Ponta Delgada, cujas obras estão em fase de conclusão.

Na Remodelação e Ampliação de Unidades de Saúde, conforme o Projecto 16.2, realçamos a reconstrução do Bloco C do Hospital da Horta e a ampliação de Casas de Saúde.

Para o desenvolvimento do Sistema Regional de Saúde caminhamos para promover reformas que contribuam para a melhoria da acessibilidade e qualidade dos cuidados de saúde, e na aposta na formação contínua, actualização, diferenciação técnica e motivação a todos os profissionais de saúde independentemente das suas carreiras e categorias.

Em estudo, planeamento e acompanhamento encontram-se programas de saúde já iniciados em 2001 nas áreas da promoção da saúde e prevenção da doença, a que iremos associar o Plano Integrado de Promoção da Saúde e Prevenção de Comportamentos de Risco no âmbito do Programa para a Prevenção do Uso e Abuso de Substâncias Psicoactivas/Droga, a prevenção da SIDA, o Programa de Saúde Oral, a implementação e dinamização do Registo Oncológico criado pela Portaria nº 36/93,

de 15 de Julho, a Carta Hospitalar, a Carta de Equipamentos de Saúde e o projecto da Emergência Médica.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Hoje, a Região Autónoma dos Açores tem 466 médicos, mais 87 do que em 2000, tem 1013 enfermeiros, mais 89 do que em 2000, tem 202 Técnicos de Diagnóstico e Terapêutica, mais 32 do que em 2000.

A Região tem actualmente 303 bolseiros, mais 242 do que em 2000, estando previsto o regresso de 86 médicos bolseiros no período de 2005-2008, depois de concluírem a sua formação nas diversas especialidades médicas.

Penso que estes dados demonstram bem a prioridade e a preocupação que o Governo Regional tem, e vai continuar a ter, na qualificação dos seus recursos humanos.

Apesar de todos sabermos que o Sistema Regional de Saúde apresenta algumas dificuldades financeiras, não posso deixar de, por um lado, afirmar que de forma alguma poderá a questão financeira ou economicista sobrepor-se às necessidades de prestação de cuidados de saúde e, por outro, referir que as condições geográficas, a dispersão e limitação de alguns dos recursos existentes são, também, uma forte condicionante nas reformas que pretendemos nesta matéria.

O aumento da esperança média de vida associado às doenças crónicas e ao aparecimento de novas doenças, as expectativas criadas relativamente ao direito à saúde, às novas tecnologias utilizadas como meios complementares de diagnóstico e terapêutica e aos novos medicamentos são factores que também assumem um peso considerável nos custos da prestação de cuidados de saúde.

Para que possamos estabelecer um termo de comparação, importa referir que o custo por utente/ano do Sistema Nacional de Saúde é de 745,00€, enquanto no Sistema Regional de Saúde esse mesmo custo é de 964,00€.

As condicionantes atrás referidas acarretam um impacto económico-financeiro nas Unidades de Saúde que importa ter em consideração.

Mesmo com os constrangimentos e limitações conhecidas, as Unidades de Saúde têm tido um trabalho de reconhecido mérito na procura de soluções/propostas que promovam mais eficiência, eficácia e capacidade de resposta, quer na gestão dos seus recursos, quer na prestação de cuidados a prestar.

Gostaríamos de salientar as reformas em execução e a implementar por parte do Governo Regional para a redução de custos do SRS:

- O aval para um empréstimo de 80.000.000,00€, contraído pela SAUDAÇOR, S.A. que permitiu ao Sistema Regional de Saúde liquidar a sua dívida com a Associação Nacional de Farmácias e parte dos Sistema de Pagamento a Fornecedores (Factoring), e possibilitou uma poupança anual de cerca de 4 milhões e 300 mil Euros;

- A informatização de todo o Sistema Regional de Saúde, cujo equipamento está a ser progressivamente formatado e instalado em todas as unidades de saúde, enquanto decorre o concurso público internacional para o SIS-ARD (Sistema de Informatização da Saúde- Açores Região Digital) onde está incluído o projecto da Telemedicina, e irá permitir, também, uma melhor gestão e racionalização dos recursos existentes;

- A definição e acompanhamento do novo modelo de financiamento das unidades de saúde que passará a ser efectuado através de um processo participativo de negociação de objectivos, e com base em critérios de produtividade.

- A centralização das compras para as Unidades de Saúde que contribuirá para uma redução significativa de custos;
- A elaboração da Carta Hospitalar que vai facilitar as decisões estratégicas a tomar no futuro, quanto às necessidades de recursos humanos e técnicos.

Para promovermos as reformas na política de Saúde, no que ao Plano diz respeito, está previsto um investimento público de 17 milhões 830 mil Euros, que representa um crescimento de 146% face ao ano de 2004, sendo 33% para Construção/Remodelação/Ampliação de unidades de saúde e 67% para desenvolvimento de sistemas de saúde.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Estes são os nossos compromissos para dar cumprimento aos objectivos e às reformas que pretendemos para as Políticas Sociais do IX Governo Regional.

Cabe-nos a responsabilidade de acompanhar o seu desenvolvimento, estabilidade e sustentabilidade num quadro orçamental conhecido, certos de que estamos inseridos num quadro de desenvolvimento integrado e sustentado da nossa Região.

Com empenhamento, rigor, competência e envolvimento de todos conseguiremos alcançar as reformas propostas, e reforçar a confiança de quantos em nós confiaram e confiam.

Disse.

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Estão abertas as inscrições para este debate.

*(Pausa)*

Estão inscritos os Srs. Deputados Pedro Gomes, Jaime Jorge, Maria José Duarte, Alvarino Pinheiro, Hernâni Jorge, Piedade Lalanda, Fernanda Mendes, Rogério Veiros, Nélia Amaral, Carla Bretão, António Toste, Paulo Messias, José Lima e Clélio Meneses.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Gomes.

**(\*) Deputado Pedro Gomes (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

As minhas primeiras palavras são para cumprimentar o Sr. Secretário Regional dos Assuntos Sociais e dar os parabéns pela circunstância de a verba global para a saúde ter um crescimento real de 4% e isto traduziu uma significativa aposta numa área fundamental para os Açores.

Como os Srs. Deputados vêem o PSD também sabe reconhecer o que há de verdadeiro no Orçamento Regional.

**Secretário Regional da Presidência (Vasco Cordeiro):** O Sr. Deputado é o primeiro a falar. Deixe falar o resto e depois logo se vê!

**O Orador:** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional dos Assuntos Sociais:

O senhor falou de números, falou de obras, mas eu não ouvi e esperava sinceramente ouvir, depois do debate que tivemos nesta câmara, aquando do programa do Governo,

falar de prioridades e sobretudo falar sobre aquela que foi e bem anunciada no debate do programa do Governo como a grande prioridade para este mandato na área da saúde. Refiro-me à intervenção ao nível dos cuidados primários de saúde para repor as condições de igualdade de acesso e de tratamento dos açorianos no Serviço Regional de Saúde.

Devo dizer-lhe que fiquei desiludido, porque ouvindo falar de obras, de números, constatando os valores que estão, quer no Plano, quer no Orçamento para esta área da saúde, o que é verdade é que aquilo que o Sr. Secretário disse a esta câmara foi muito pouco para se perceber onde é que estão as prioridades do Governo Regional nesta matéria.

É verdade que o Sr. Secretário referenciou a circunstância de haver uma forte aposta ao nível da informática. Ela é necessária e tem tradução no Plano. É bem necessária, porque Sr. Secretário, é ridículo e é vergonhoso que em resposta a um requerimento que eu próprio fiz, dirigido ao Governo Regional, a perguntar quanto é que a Região gastava, por unidade de saúde, em medicamentos genéricos e quais eram os medicamentos que eram receitados, a resposta que eu obtive foi, e cito: “a falta de informatização do Serviço Regional de Saúde, no que se refere à verificação, controlo, identificação das prescrições médicas, quer por DCI ou com indicação do nome do genérico, é impossível de fazer porque não há sistema informático.”

O que é verdade é que desde de 2000 é possível prescrever genéricos ou pela marca dos genéricos ou pela Denominação Comum Internacional.

Mas mais, Sr. Secretário:

Eu julgo que o problema do Serviço Regional de Saúde, como está evidenciado ao longo destes anos de governação do Partido Socialista, e esta é uma área na qual a política socialista fracassou, não é um problema de mais recursos, é um problema de melhor gestão e de maior eficiência na gestão dos recursos disponíveis.

Vou dar-lhe um segundo exemplo, Sr. Secretário e vou citar, para não faltar à verdade.

Na rubrica 79 escreve um Conselho de Administração de um Hospital desta Região:

“Foi inscrita uma verba no montante de 4 milhões de euros referente a facturação a cobrar de anos anteriores que se revela de difícil arrecadação, mas que foi necessária inscrever para assegurar o equilíbrio orçamental, dado que a despesa orçada atingiu os limites de compressão”. Quem escreveu isto foi o Conselho de Administração do Hospital desta cidade, o Hospital da Horta, relativamente ao orçamento financeiro para 2003.

Sabe o que disse o Tribunal de Contas sobre esta matéria?

“Trata-se do não cumprimento do princípio orçamental do equilíbrio, já que o financiamento das despesas não se encontra devidamente salvaguardado pelas receitas necessárias, outrossim por receitas meramente fictícias que permitem o empolamento de igual montante na despesa orçamentada, originando assim o cabimento virtual de despesas que de outra forma não o teria” – Relatório do Tribunal de Contas relativo à Conta de Gerência de 2003.

**Presidente:** Sr. Deputado, agradeça que concluisse.

**O Orador:** Concluo já, Sr. Presidente.

Daqui se conclui que um dos problemas do Serviço Regional de Saúde não é, de facto, um problema de financiamento, mas é, sim, um problema de gestão.



Gostava de poder acreditar que as boas intenções que o Sr. Secretário aqui revelou quanto à nova metodologia de gestão, vão, de facto, dar frutos.

Muito obrigado.

**Presidente:** Para prestar esclarecimentos tem a palavra o Sr. Secretário Regional dos Assuntos Sociais.

(\*) **Secretário Regional dos Assuntos Sociais (Domingos Cunha):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Pedro Gomes: Muito obrigado pela sua intervenção e pelo elogio inicial que me fez.

Relativamente à intervenção nos cuidados de saúde e àquilo que falei aquando da discussão do Programa do Governo, dir-lhe-ei isto:

Na Ribeira Grande temos um projecto que se iniciou em Janeiro para dar cobertura aos utentes que não estão inscritos em nenhum médico de família do Concelho da Ribeira Grande e em Vila Franca do Campo iniciou-se um outro projecto que está em avaliação.

Neste momento temos um grupo de missão, que eu chamo de grupo de missão, constituído pelo Presidente do Conselho de Administração do Centro de Saúde de Angra, de Ponta Delgada, da Praia da Vitória, da Ribeira Grande e de Vila Franca, precisamente para avaliar e estudar se estes dois projectos têm ou não viabilidade de nós rentabilizarmos os recursos que temos no âmbito dos centros de saúde para dar cobertura ao resto dos utentes destes concelhos que são altamente deficitários.

Esta proposta vai sair brevemente.

Também lhe quero dizer com toda a franqueza e frontalidade que se esgotarmos a nossa capacidade nos médicos de clínica geral, de medicina familiar, dos centros de saúde, não temos nenhum problema em assumirmos que a política de saúde tem que ser invertida e abriremos o sistema às outras especialidades médicas, que não de clínica geral, para fazer face aos utentes que não têm cobertura de médico nos centros de saúde.

Também lhe queria dizer que esta é uma grande preocupação. Dou-lhe só um exemplo: temos 126 médicos na especialidade de clínica geral, na região, contra 304 médicos hospitalares.

Quero também lhe dizer que 55% das vagas para o internato da especialidade de clínica geral deste ano não foram ocupadas e dos 25 médicos da Região que entraram nos internatos médicos para as várias especialidades na Região, apenas 3 entraram em clínica geral no Centro de Saúde de Ponta Delgada que facilmente absorve esses médicos, o que quer dizer que a filosofia da prestação de cuidados – o sistema de saúde da Região e do país, porque nós não estamos diferentes da realidade nacional – ou é invertida, ou nós temos que ter capacidade e frontalidade de dizer que nós vamos ter que abrir o sistema alterando um pouco aquilo que está regulamentado no decreto das carreiras médicas e aquilo que está no Estatuto Profissional de Saúde.

As nossas prioridades são claras: rentabilizar os recursos humanos, formá-los, incentivá-los e motivá-los, porque a grande maioria dos recursos humanos que estão nos centros de saúde já têm 50 e mais anos, já têm condicionantes que a própria legislação lhe impõe na prestação de cuidados. Portanto, com esta realidade, a muito curto prazo, os centros de saúde das ilhas que não têm hospital podem ter que ser fechar e isto temos que impedir a todo o custo e para impedir a todo o custo temos que motivar e temos que estimular estes médicos que lá estão há cerca de 20, e mais

anos, a suportar uma componente importante do Serviço Regional de Saúde da Região.

Por outro lado, também temos uma outra prioridade que é melhorar infra-estruturas que estão altamente ultrapassadas, que por outro lado desmotivam os seus profissionais. Também temos essa componente embora também lhe queira dizer que pessoalmente penso que a grande área do investimento em infra-estruturas vai terminar agora com estas que foram aqui anunciadas, porque depois o que nós queremos privilegiar é a qualidade dos cuidados e a qualidade das condições para o exercício da sua actividade.

Relativamente aos orçamentos, conheço os relatórios do Tribunal de Contas do Hospital da Horta, dos centros de saúde e de outros hospitais. Estamos preocupados com eles. Já notámos as situações e cada um está a tomar a sua iniciativa.

Estamos a tomar a iniciativa de fazer uma resposta fundamentada a explicar, ponto por ponto, porque é que essas situações acontecem nas Unidades de Saúde. Tem a ver com os recursos humanos que temos, tem a ver com a gestão que nós temos e é um dos nossos projectos melhorar a gestão. Para termos gestão é preciso termos condições e equipamento para fazer isso.

É com a implementação desta informatização que vamos ter um acompanhamento mais rigoroso e permanente deste sistema.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Jaime Jorge.

**Deputado Jaime Jorge (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Na sua recente visita à Ilha de São Jorge, o Sr. Secretário reconheceu que tinha dúvidas sobre a aplicação do modelo da Unidade de Saúde de Ilha.

Dias mais tarde, na sua visita ao Pico, e em declarações à Comunicação Social, o senhor disse que a Unidade de Saúde de Ilha tinha atingido plenamente os seus objectivos.

Pergunto: em que dados é que o senhor se baseia para fazer tal afirmação?

Muito obrigado.

**Presidente:** Para prestar esclarecimentos tem a palavra o Sr. Secretário Regional dos Assuntos Sociais.

(\*) **Secretário Regional dos Assuntos Sociais (Domingos Cunha):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O que eu disse taxativamente à RDP/Açores, está aqui e passo a ler:

“Como sabe, está criada uma Unidade de Saúde da Ilha por Decreto Regulamentar Regional, que foi criado em 2002, não foi ainda implementado e agora levanta-se, de facto, a questão de saber se deve ou não aplicar o que está regulamentado, se deve ser revisto, se deve ser repensado o tipo de cuidados que devem ser prestados. E todas estas reuniões serviram para eu consolidar determinadas ideias que já tinha sobre este assunto e agora poder repensar, reformular e colocar ao conselho de Governo as ideias que tenho sobre essa situação e encontrarmos alternativas que podem passar pela não implementação da Unidade de Saúde de Ilha e manter o sistema que está, como também pode passar pela regulamentação da Unidade de Saúde de Ilha, embora a legislação tenha obrigatoriamente que ser revista.” Foi isto que eu disse à RDP/Açores.

A minha visita a São Jorge justificou-se porque, como disse, existem dois decretos regulamentares regionais que criam a Unidade de Saúde de São Jorge, um aprovado em 2002, no Conselho de Governo nas Velas, publicado em Janeiro de 2003, que é o Decreto Regulamentar Regional nº 7, e há um outro que é publicado em Abril, o 17, com rectificações. Esses dois decretos regulamentares têm quadros de pessoal diferentes e têm estruturas na sua composição legal completamente diferentes.

Então, nós estamos confrontados com dois decretos regulamentares que criam a mesma Unidade de Saúde, que são diferentes no seu articulado e que são diferentes no seu quadro de pessoal e nós temos que perceber o que é que se passa, o que é que se passou e o que é que se pretende fazer.

Esta minha visita permitiu, depois de avaliar e de reunir com os Conselhos de Administração das Unidades de Saúde, depois de visitar cada uma das Unidades de Saúde e de reunir com cada um dos seus profissionais e categorias, chegar a uma conclusão: de facto, havia alguma dificuldade na interligação entre conselhos de administração, porque a Unidade de Saúde de Ilha vai ter que avançar e já avançou.

Quero-lhe dizer que a semana passada, para minha satisfação, os Conselhos de Administração das duas Unidades de Saúde de Ilha reuniram-se, propuseram um quadro para a Unidade de Saúde de Ilha, que já está em nosso poder, e nós estamos a reformular o Decreto Regulamentar Regional.

Relativamente à Ilha do Pico, quero dizer e reafirmar aqui que foi com muita satisfação que visitei os três centros de saúde e visitei o seu funcionamento, a sua organização e aquilo que eles têm dado à Ilha do Pico.

Vou dar-lhe um exemplo muito concreto, relativamente à complementaridade entre as três Unidades de Saúde: existe um aparelho de mamografia que está instalado no Centro de Saúde de São Roque. Neste momento, não existem listas de espera para mamografias naquela ilha e nos últimos 8 meses foram feitos cerca de 430 e poucos exames complementares de diagnóstico e foram diagnosticadas 17 neoplasias da mama em fase de cura, isto é, em fase em que o tratamento precoce pode aumentar a esperança de vida destas mulheres.

Posso também referir a situação dos laboratórios de análise clínica.

Posso também dizer que o protocolo que foi criado com o Hospital D. Estefânia, na área da pediatria, permite que haja assistência às crianças da Ilha do Pico, desde que sejam identificadas e referenciadas pelos seus médicos de família, com uma periodicidade que em muitos hospitais da Região isso não é possível.

Portanto, esta Unidade de Saúde de Ilha que tem um ano e pouco de existência já vem demonstrar que articulando e conjugando interesses comuns, é perfeitamente possível melhorar a prestação de cuidados e a acessibilidade nesses cuidados.

**Deputado Lizuarte Machado (PS):** *Muito bem!*

**Presidente:** Tem a palavra a Sra. Deputada Maria José Duarte.

**(\*) Deputada Maria José Duarte (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional dos Assuntos Sociais:

Já por duas ocasiões tive oportunidade de questionar V. Exa. sobre o ponto 5, da página 159, do Programa do Governo, sobre a criação de estruturas de tratamento dos toxicodependentes e alcoólicos, nomeadamente aquando da discussão do Programa do Governo, em que perguntei a V. Exa. que tipo de estruturas o Governo pretendia criar e em que ilhas, e também, aquando da audição com V. Exa. no âmbito da

apreciação e emissão de parecer relativamente ao Plano e Orçamento de 2005 e às Orientações de Médio Prazo, perguntei a V. Exa. se todos os objectivos incluídos no Programa do Governo estavam previstos na acção prevenção das toxicodependências e quais eram aqueles cuja concretização ou início de execução estariam previstos para o corrente ano. Como V. Exa. certamente se lembra, tive o cuidado de enumerá-los, objectivo por objectivo.

Como V. Exa., e desculpe-me a franqueza, não respondeu objectivamente a estas questões, sou obrigada, no âmbito da discussão do Plano e Orçamento, a perguntar o seguinte:

O Plano e Orçamento para 2005 prevêem, relativamente à problemática das toxicodependências, uma verba de 550 mil euros, unicamente, e repito, unicamente, para a prevenção das toxicodependências e o apoio a entidades que promovam a recuperação e a reinserção dos toxicodependentes, esquecendo-se, deste modo, do ponto 5, da página 159 do Programa do Governo que prevê a criação das estruturas de tratamento para toxicodependentes e alcoólicos.

Nesse sentido, Sr. Secretário, gostaria de perguntar a V. Exa. o porquê desta omissão. Muito obrigada.

**Presidente:** Para prestar esclarecimentos tem a palavra o Sr. Secretário Regional dos Assuntos Sociais.

(\*) **Secretário Regional dos Assuntos Sociais** (*Domingos Cunha*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Relativamente à área da toxicodependência, gostaria de recuar um bocadinho antes de responder concretamente à sua pergunta.

De facto, está prevista no Plano a verba de 550 mil euros. Isto porquê? Porque, por um lado, temos que ter a preocupação de que o problema da toxicodependência é um problema de todos nós, em que, de facto, a saúde não se demite, nem se pode demitir, desta matéria, mas nós temos a nossa preocupação relativamente à área da prevenção. Aqui, nós temos que investir seriamente na área da prevenção, sem excluir a situação que decorre do tratamento e da recuperação dos toxicodependentes. Isso é uma situação perfeitamente assumida.

Nós já temos em funcionamento as CTT. Temos também os Centros de Didactologia de Angra e Ponta Delgada. O de Ponta Delgada foi atribuído à Casa de Saúde de São Miguel e está a funcionar anexo ao Hospital de Ponta Delgada.

Vamos arrancar com o Centro de Didactologia na Horta, o mais rapidamente possível. Já está agendada uma reunião de programação com os técnicos do Hospital, do Centro de Saúde e todas as outras pessoas envolvidas.

Por outro lado, a área do internamento e do tratamento, como sabe, está definida e foi dada através de protocolos de acordos com as Casas de Saúde, particularmente a Casa de Saúde de São Miguel.

Por outro lado, também gostaria de lhe dizer que existe um protocolo que foi celebrado entre a Secretaria Regional dos Assuntos Sociais e o então SPTT, que hoje é o IDT, que, entre outras coisas que lá contém, diz que dava apoio à formação de técnicos e profissionais nesta área da toxicodependência, que facilitava, e facilita, o internamento dos doentes toxicodependentes nas suas comunidades terapêuticas, e, por outro lado, permite à Região que possamos fazer o tratamento de substituição de opiáceos, que é a questão da metadona.

Isto está a funcionar. Tudo isto está articulado.

A referenciação dos doentes para irem para os centros de recuperação é feita pelos profissionais de saúde que estão nos centros de didactologia ou pelos serviços de psiquiatria dos hospitais.

Também temos um protocolo que foi assinado entre o Secretário Regional dos Assuntos Sociais e a Presidência do Conselho de Ministros, para que determine regras de cooperação técnico financeira nesta área, em que envolve também o problema de instalações, aquisição imobiliária, equipamentos, remunerações das CTT.

Também lhe quero dizer, com toda a tristeza, que, de facto, este protocolo celebrado entre a Secretaria Regional dos Assuntos Sociais e a Presidência do Conselho de Ministros, para nós foi nulo porque nunca tivemos nenhum benefício deste protocolo. Portanto, tem sido a Região, a Secretaria Regional dos Assuntos Sociais, que tem assumido, por inteiro, estas competências ao instalar todas estas estruturas no âmbito da prevenção e do tratamento das toxicodependências.

Relativamente às comunidades terapêuticas, neste momento posso dizer-lhe que existe uma a nível da Clínica de São de Deus, em Ponta Delgada.

No Continente, desde Janeiro e Agosto de 2004 temos 41 internamentos em centros de acolhimento. Estes doentes são referenciados por essa casa de saúde e pelo Hospital de Angra, porque entende-se que não estão reunidas as condições para estes toxicodependentes serem tratados e recuperados localmente na sua região.

Temos 216 internamentos na Clínica de São João de Deus.

Temos outras estruturas, como são situações de transição feita em apartamentos, em que os utentes estão como internos, mas gerem os seus apartamentos.

**Presidente:** Agradecia que concluísse, Sr. Secretário.

**O Orador:** Vou concluir já, Sr. Presidente.

Temos a inserção em apartamentos que estão sob a orientação da Casa de Saúde dos que já estão em fase de recuperação e tratamento e de reinserção na vida social.

Temos oficinas de herboterapia, que são extraordinariamente importantes, na casa de saúde em que estes doentes entram e começam a formar-se para depois entrar em algum mercado de trabalho e temos associado, como deve calcular, toda uma parte na formação com vista à prevenção.

Obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

(\*) **Deputado Alvarino Pinheiro (PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional.

Pontualmente, gostaria que V. Exa. nos desse conta da política que está prevista desenvolver em relação ao Centro de Oncologia dos Açores, que é uma área, como sabemos, que está dependente de algumas decisões.

Qual a perspectiva do Sr. Secretário sobre o Centro?

Por outro lado, é do conhecimento de todos nós que, por hábito, os orçamentos das Unidades de Saúde da nossa Região, deliberadamente não correspondiam às necessidades dos respectivos serviços. Foi uma praxe que se foi instituindo e também estava associada à situação de desequilíbrio financeiro do sector. Aliás, esteve também na base de muitos dos desajustamentos que posteriormente vieram a ser alvo de alertas do próprio Tribunal de Contas.

Gostaria de saber, Sr. Secretário, se neste momento já houve correcção dessa prática e se para 2005, que é isso que está em discussão neste momento, as unidades do Serviço Regional de Saúde já têm orçamentos realistas e correspondentes aos compromissos previsíveis para essas instituições.

Finalmente, e ainda nesse domínio, gostaria de perguntar ao Sr. Secretário se para além das transferências que estão previstas no Orçamento Regional para o Serviço Regional de Saúde, tendo em conta o acréscimo previsto, o mesmo corresponde às necessidades do Serviço Regional de Saúde, isto é, a própria SAUDAÇOR, neste momento, já prevê a necessidade de recorrer a qualquer financiamento adicional? Por outras palavras, a dotação orçamental é suficiente, corresponde às necessidades, ou já está previsto o montante do défice anual da SAUDAÇOR?

Muito obrigado.

**Presidente:** Para prestar esclarecimentos tem a palavra o Sr. Secretário Regional dos Assuntos Sociais.

(\*) **Secretário Regional dos Assuntos Sociais** (*Domingos Cunha*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Alvarino Pinheiro:

Relativamente ao Centro de Oncologia dos Açores dir-lhe-ei que, como sabe, é a primeira e a única instituição de saúde criada por legislação específica da Região, nesta Assembleia.

Tem as suas atribuições e tem as suas competências.

Como sabe, andou, durante estes anos, numa situação em que não estava definida concretamente qual era o seu campo de intervenção e o que é que se pretendia relativamente ao Centro de Oncologia dos Açores.

Também gostaria de relembrar que nesta Assembleia foi criada uma orientação, que é o Registo Oncológico Regional.

A nossa prioridade é definir quais são as prioridades e o que é nós pretendemos do Centro de Oncologia dos Açores, se é uma vertente assistencial e se é uma vertente de formação na área da oncologia e na vertente do registo oncológico, que depois possa direccionar campanhas de rastreio à doença oncológica, conforme a sua prevalência e a sua incidência.

Neste momento, estamos, juntamente com a actual comissão instaladora, a estudar uma proposta de orgânica para o Centro de Oncologia, para definirmos de uma vez por todas esta situação, definirmos concretamente as suas atribuições.

Há uma coisa que lhe quero dizer: o passo que neste momento estamos a dar é na implementação do registo oncológico, que é uma coisa que já existia, que tinha sido iniciada, que parou e que nós temos necessidade urgente de reactivar para sabermos concretamente da nossa realidade e podermos traçar programas de intervenção no âmbito da doença oncológica, particularmente no rastreio.

Relativamente à parte dos orçamentos, com certeza que o Sr. Deputado sabe que até então os orçamentos das Unidades de Saúde eram feitos com base nos orçamentos retrospectivos e com actualizações pontuais face à inflação.

A partir deste momento, com a informatização que estamos a fazer dos serviços de saúde, vamos avançar para orçamentos que sejam por objectivos tendo em conta aquilo que cada concelho de administração e cada Unidade de Saúde se irá propor atingir ao longo dos anos.

Portanto, vamos fazer um acompanhamento neste sentido.

Neste momento ainda não temos esse orçamento feito nessa base, porque não temos o sistema ainda totalmente montado. Vamos aguardar a sua implementação que penso que esteja, o mais tardar, até meados deste ano todo implementado. A partir daí iremos acompanhar e intervir nos orçamentos das Unidades de Saúde e fazer um acompanhamento rigoroso dos seus orçamentos, sempre com uma condição, é que não vamos tirar autonomia administrativa nem financeira às Unidades de Saúde, vamos sim dar-lhe um instrumento de trabalho, em colaboração connosco, para podermos gerir melhor os recursos que nós temos, porque sabemos que na saúde nem sempre são aqueles que nós precisamos.

Relativamente à SAUDAÇOR neste momento o que lhe posso dizer é que temos uma dívida que ronda os 55 milhões de euros, que vamos negociar.

Aquele aval que foi dado serviu para pagar à Associação Nacional de Farmácias. Temos as farmácias pagas a 30 dias, o que nunca aconteceu na Região desde há alguns anos para cá. Com esta medida nós poupamos, como disse, cerca de 4.3 milhões de euros, porque as taxas de juro são-nos cobradas pela ANF, uma associação privada com fins lucrativos, extraordinariamente exigente e penosa para nós. Portanto, se nós conseguirmos fazer cumprir estes objectivos ganhamos dinheiro nesta área.

Por outro lado, é renegociar com o sistema de pagamento de fornecedores. Isto tem a ver com taxas, saber se vamos pagar a pronto, se vamos fazer a longo prazo, porque as taxas, quer as que nos são aplicadas, a Euroliber mais o SPRAD, podem dar-nos alguma margem de podermos ganhar dinheiro e fazermos pagamentos a pronto.

Portanto, estamos a estudar muito rigorosamente este processo.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Hernâni Jorge.

(\*) **Deputado Hernâni Jorge (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional:

Em primeiro lugar, permita-me que o felicite pela sua intervenção e que me congratule com o anúncio que fez daquela tribuna, reiterando aquilo que já consta do Plano para 2005, quanto à construção do novo Centro de Saúde da Madalena, uma obra importantíssima e desde há muito ambicionada pela população daquele concelho.

Sr. Deputado Jaime Jorge:

Quando pediu a palavra julguei que o tivesse feito precisamente para o mesmo, para enquanto picoense e madalenense se congratular pela consagração, neste instrumento de planeamento, desta importante obra para a Ilha do Pico.

O Sr. Secretário já respondeu à sua questão, já prestou alguns esclarecimentos, mas gostaria, contudo, de repisar alguns e de acrescentar outros.

A evolução que se verificou nas listas de espera são, desde logo, um argumento irrefutável quanto à qualidade da opção tomada pelos governos do Partido Socialista e pelo Serviço Regional de Saúde, no que diz respeito à implementação da Unidade de Saúde de Ilha.

Como foi dito pelo Sr. Secretário, as listas de espera em mamografia não existem.

Na oftalmologia a lista foi reduzida de mais de 4 anos para menos de 6 meses. Isto em menos de um ano.

Houve um aumento considerável das consultas de especialidade e inclusivamente o alargamento das especialidades, caso concreto da pediatria, conforme também referiu o Sr. Secretário.

Foi implementado um programa concreto de radiologia.

Não está tudo feito, Sr. Deputado. Efectivamente não está tudo feito.

Existem problemas, desde logo a gestão das instalações que foi aqui a florada, a questão da falta de médicos que noutra oportunidade já tivemos também ocasião de abordar.

Existem sempre aspectos que podem e devem ser melhorados, alterações da regulamentação e até mesmo outros aspectos.

A Unidade de Saúde da Ilha do Pico neste momento já conhece dois Decretos Regulamentares Regionais. Eventualmente conhecerá outras alterações no futuro e tem mesmo que ser assim, já que se trata de um processo dinâmico.

Quanto à Unidade de Saúde Ilha, a posição do Governo e do Partido Socialista é clara e inequívoca. Defendemos o modelo que está a ser implementado, que passa efectivamente pela dinamização da Unidade de Saúde de Ilha, pelo alargamento a outras especialidades médicas por mais e melhores cuidados de saúde para os picarotos.

Se há equívocos e se há posições pouco claras nesta matéria não são nem do Governo, nem do Partido Socialista. Equívoca tem sido, sim, a posição do PSD.

Pergunto-lhe Sr. Deputado: concorda ou não com a Unidade de Saúde de Ilha?

Se não concorda, Sr. Deputado, que modelo alternativo é que advoga?

**Presidente:** Tem a palavra a Sra. Deputada Piedade Lalanda.

(\*) **Deputada Piedade Lalanda (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu gostava de intervir para trazer uma leitura qualitativa do Plano, uma vez que o Sr. Deputado José Bolieiro falou que se fazia muita leitura quantitativa. O certo é que quando intervêm da bancada do Partido Social Democrata, centram-se essencialmente nos números e nas verbas, até estão preocupados com o facto de haver verbas pequeninas inseridas no Orçamento.

Em termos qualitativos, penso que a área das políticas sociais está revelada neste plano como uma área inovadora e digo inovadora porque no que toca aos idosos, por exemplo, não há apenas a preocupação de gastar dinheiro em lares, mas de o gastar de uma forma diferente, ou seja, apostando em unidades de pequena dimensão. Penso que aí é que está a grande mudança, é ter a noção de que o idoso não é um resto, não é para armazenar, mas é para ser cuidado, com humanidade e num espírito familiar, residências essas que se prevêem instaladas próximo da zona de residência do idoso.

Por outro lado, este Governo apostou e incrementou uma política de proximidade nos cuidados aos idosos, ou seja, o chamado apoio ao domicílio. Foi feita uma aposta nesta área e de novo é uma área onde gastou bastante dinheiro.

A preocupação hoje em dia não é só alargar e manter esta rede de apoio aos idosos, mas de formar os prestadores e garantir a qualidade dos serviços prestados. É aí que está a diferença. Não se trata só de dinheiro, mas como se gasta o dinheiro.

Aposta-se também na redução de pobreza dos idosos. Fala-se pouco mas são extremamente importantes as medidas que o Governo Regional tem e que são medidas inovadoras mesmo a nível nacional, como o complemento de reforma



regional e participação na compra de medicamentos. Estas são medidas que reduzem a chamada pobreza dos mais frágeis que são os idosos.

No que toca às crianças é importante lembrar que há medidas de inovação que não tinham sido tomadas até então, nomeadamente o apoio aos centros de animação de rua, que é uma forma indirecta, mas eficaz, de trazer crianças para as instituições, para a escola, para espaços onde elas se possam formar como pessoas, e o aumento dos centros de actividades ocupacionais vocacionados para os jovens e crianças portadores de deficiência. Portanto, há ao mesmo tempo não só uma política de investimento no apoio às crianças portadoras de deficiência, mas uma lógica integrada. Nota-se outra vez a diferença, não é só meter verbas para o apoio à deficiência, mas como é que se gastam essas verbas numa perspectiva de integrar o deficiente na comunidade na qual ele reside.

Outro aspecto importante foi o investimento no alargamento da rede de amas. De novo é uma medida importante no sentido de dar resposta a equipamentos de apoio à infância em comunidades onde eventualmente não existem ainda creches ou não haja dimensão suficiente para se justificar a construção de uma creche.

Uma medida também inovadora e recente são os equipamentos, que foram referidos pelo Sr. Secretário, de acolhimento de fratrias destinadas a crianças dos 0 aos 6 anos.

Resumindo: é importante reflectirmos não apenas nos números, mas na filosofia que está subjacente aos números, ou seja, como é que se conduz a política social na Região. Penso que nesse sentido a Secretaria Regional está de parabéns.

**Deputado Nuno Amaral (PS):** *Muito bem!*

**Presidente:** Tem a palavra a Sra. Deputada Fernanda Mendes.

(\*) **Deputada Fernanda Mendes (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Realmente foi dito e o Sr. Deputado Pedro Gomes referiu, que a intervenção do Sr. Secretário enfermava de um enorme defeito, porque só falou em números e em obras. Importava conhecer mais aspectos relacionados com o debate que tivemos no Programa do Governo, mas é perfeitamente lícito.

O que eu gostaria de chamar a atenção é que quando nos debruçamos sobre um Plano de Investimentos, esse plano não é um mero aglomerado, como foi dito aqui, de números sem qualquer lógica e colocados ao acaso, distribuídos em acções soltas num determinado papel, num determinado projecto ou num determinado programa. Não é assim.

Não é assim, porque desde logo, se nós pudermos falar do ponto de vista dicotómico em intervenções e infra-estruturas de saúde e no desenvolvimento e modernização de um sistema que é fundamental, se nós formos ver os investimentos efectuados pelos Governos do Partido Socialista até 2004, veremos que, no que diz respeito às obras, nós investimos 26,9 milhões de euros. Mas no que diz respeito ao desenvolvimento do sistema, o investimento foi de 40 milhões de euros. Isto é falando de grosso modo e nos números gordos.

**Deputado Pedro Gomes (PSD):** E os resultados são...?

**A Oradora:** Mas, se nós tivermos um olhar qualitativo dessas acções vamos ver que ao longo do tempo também o próprio plano foi espelho da modernização e da actualização da estratégia.

**Deputado Pedro Gomes (PSD):** Diga quais são os resultados, Sra. Deputada. Está a prestar um esclarecimento!

**A Oradora:** O que é que eu quero dizer com isto?

Por exemplo, falou-se aqui na luta contra as dependências, nomeadamente a toxicodependência.

De facto, ela estava agregada numa acção que tinha a ver com apoio às casas de saúde e à área de saúde mental. A dada altura o Governo entendeu que deveria diferenciar a verba para uma acção concreta na prevenção da toxicodependência. Não retirou outro apoio no tratamento, que foi muito bem aqui explicado pelo Sr. Secretário Regional, no que diz respeito a onde ele se encontra e que tipo de intervenções existe.

Aqui há dispêndio, há custos. Portanto, há aposta nesta matéria.

Mas no que diz respeito à prevenção nós investimos mais e diferenciamos este aspecto. Isto está no plano.

Se nós olharmos os aspectos da formação profissional, da actualização que é fundamental, hoje todos os especialistas, em qualquer área, dizem que a aposta está nos recursos humanos. Portanto, os nossos planos têm vindo cada vez mais a apostar não só no que diz respeito à formação dos nossos técnicos, ...

**Deputado Pedro Gomes (PSD):** E na gestão dos recursos humanos?

**A Oradora:** Irei lá numa próxima intervenção

... mas também na formação dos profissionais na pré-formação.

**Presidente:** Agradecia que concluísse, Sra. Deputada.

**A Oradora:** Termino já, Sr. Presidente.

No que diz respeito a outras áreas eu terei oportunidade de falar numa segunda intervenção.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Rogério Veiros.

(\*) **Deputado Rogério Veiros (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Após a intervenção do Sr. Secretário, que foi excelente nesta matéria, como sempre, deparamo-nos aqui com mais uma intervenção dos nossos senhores da oposição que, mais uma vez elencam o resumo do relatório do Tribunal de Contas sobre uma determinada Unidade de Saúde.

É preciso dizer que para todos os serviços da região, sejam eles da saúde ou não, os relatórios do Tribunal de Contas são instrumentos importantíssimos para a gestão destes serviços. São pagos por esses serviços para virem relatórios especializados. Ultimamente o Tribunal de Contas tem sido dotado de mais meios e de mais técnicos para produzir relatórios com melhor qualidade e isso é olhado por parte do Partido Socialista como instrumentos de gestão que ajudam a corrigir muitas coisas e que nos apontam aquilo que é preciso alterar.

Para nós, isso é positivo. Para o PSD os relatórios do Tribunal de Contas servem para ler o resumo final e apontar tudo o que lá está escrito.

Meus amigos, não é assim que temos que gerir e melhorar a eficiência da gestão das nossas unidades e de todo o sector público. Temos que apontar soluções para aqueles problemas. Isso que os senhores fazem já os gestores da saúde e toda a Administração Pública Regional o faz quando recebem o relatório.

É preciso ver que isso para nós é positivo. Para vós é um instrumento de ataque à governação socialista.

**Deputado Pedro Gomes (PSD):** Há 15 dias apresentámos propostas concretas e o seu grupo Parlamentar não respondeu a elas!

**O Orador:** Ainda bem que os relatórios do Tribunal de Contas existem! Ainda bem que estão a evoluir! Ainda bem que isso acontece!

É pena não terem sido feitos, ao longo de toda a história da nossa Autonomia, com tanta qualidade e com tanto rigor como estão a ser feitos ultimamente.

Obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra a Sra. Deputada Nélia Amaral.

(\*) **Deputada Nélia Amaral (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Alguns dos esclarecimentos que queria prestar já foram aqui abordados. De qualquer das formas gostaria de fazer uma abordagem a uma crítica recorrente por parte da bancada do Partido Social Democrata de que o Plano Anual para 2005 revela preocupações exclusivamente quantitativas.

**Deputado Pedro Gomes (PSD):** Eu não disse isso, Sra. Deputada!

**A Oradora:** Isto é uma crítica que nós já ouvimos ontem e já ouvimos hoje.

Eu gostaria de rebater, porque parece-me que, quer o próprio documento em si, quer a intervenção que o Sr. Secretário teve oportunidade de proferir de tribuna, dão exemplos claros de uma preocupação com a quantidade sim, mas também com a qualidade.

A Deputada Piedade Lalanda já referiu alguns exemplos, mas eu gostaria de referir outros.

Mesmo em termos do tipo de estrutura que nós optámos por construir, está-se a ter uma preocupação com qualidade. Quando nós optamos por construir uma residência para idosos, ou uma pequena estrutura tipo familiar para acolhimento de crianças, em vez de uma grande estrutura, de um grande internato ou de um grande lar, estamos preocupados com a qualidade, porque temos consciência que a própria tipologia da infra-estrutura que estamos a construir vai influenciar as dinâmicas, os relacionamentos e os serviços que decorrem dentro dessa infra-estrutura.

Portanto, esta crítica que os senhores insistem em fazer, ou é infundada, ou revela uma leitura pouco cuidada do documento.

Em termos do tratamento e da prevenção das toxicodependências, o Sr. Secretário já fez referência que algumas despesas com o tratamento da toxicodependência não são despesas de plano, não são verbas contempladas no plano.

Por outro lado, também já tive oportunidade de fazer referência nesta Casa e vou repeti-lo, porque é esta a minha convicção, há um grande conjunto de acções que podem ser desenvolvidas no âmbito da prevenção de toxicodependência que não implicam um cêntimo a mais de despesa. Implicam, sim, uma preocupação com o tipo de formação que nós fazemos aos nossos jovens, às nossas crianças, às nossas famílias.

Ninguém sabe exactamente por que é que um jovem se envolve com uma substância tóxica e outro, com características semelhantes, não se envolve.

O que nós sabemos é que há um conjunto de factores de risco e de protecção que contribuem para aumentar essa fragilidade em alguns jovens ou para aumentar essa capacidade de resistência.

Há muita coisa que pode ser feita, há muita coisa que está a ser feita na nossa comunidade, na nossa Região, em termos de facilitar, em termos de fomentar esses factores de resistência, esses factores de protecção.

Tudo aquilo que nós fazemos para promover a auto-estima dos jovens, para promover a capacidade de resolução de conflitos das nossas crianças e dos nossos jovens, para promover a capacidade de relação inter-pessoal, para promover a capacidade de adiamento ou de gratificação, para promover a capacidade de auto-afirmação e a capacidade de resiliência das nossas crianças ou dos nossos jovens não custa um centímo à Região e está a contribuir para a prevenção das toxicodependências, da mesma forma que contribui para outros problemas sociais, para prevenir a delinquência juvenil, para prevenir a criminalidade e um rol de outros problemas que nos afligem a todos.

Para finalizar diria apenas que esta é também uma preocupação nossa e que a devido tempo apresentaremos uma proposta de alteração ao documento para reforçar estas verbas.

**Presidente:** Tem a palavra a Sra. Deputada Carla Bretão.

(\*) **Deputada Carla Bretão (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional:

Gostaria apenas de lhe fazer duas perguntas.

Uma delas tem a ver com o projecto designado por “Equipamentos de Apoio à Infância e Juventude”. Gostaria de saber se estará incluído o ATL que há muito é reivindicado pela Associação de Funcionários da Administração Regional da Ilha Terceira.

A outra pergunta tem a ver, como não podia deixar de ser, com o Hospital de Angra. Gostava de saber quando é que efectivamente os terceirenses podem contar com esta nova infra-estrutura uma vez que este Plano, mais uma vez, aponta para estudos e aquisição do terreno.

Obrigada.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado António Toste.

(\*) **Deputado António Toste (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Há dois meses atrás, mais semana, menos semana, fui acusado no Jornal Diário Insular, porque alguém escreveu para lá certamente, de ser o Deputado da Ilha Terceira, de fazer as coisas pela Ilha Terceira.

O que vejo hoje neste plenário, a acho até muito bem, são deputados de várias ilhas a defender a sua ilha, e de que maneira!

Certamente que nós conhecemos melhor a nossa ilha do aqueles que são de fora.

Somos todos deputados regionais, mas é lógico e normal que cada um, porque conhece melhor, deve defender a sua ilha ou o seu lugar, mais do que os outros. Só assim é que se consegue fazer algo de bom e de melhor.

Só que há aqui uma diferença e muito grande. É que essas pessoas que escreveram para esse dito jornal, hoje, pura, simplesmente e tão só, só falaram da Ilha Terceira. Ainda bem! Eu sou da Terceira e fico contente!

A diferença é que hoje se fala e se reivindica coisas para a Ilha Terceira, mas na altura em que escreveram para o jornal a situação não era a mesma. Naquela altura não se podia defender só a Ilha Terceira, porque éramos deputados regionais.

Inclusivamente dizia-se no jornal: “se o Sr. Deputado não sabe, devia saber”.

Nós valemos por aquilo que somos, não por aquilo que escrevemos hoje e dizemos amanhã.

Os Srs. Deputados da oposição, sobretudo os Srs. Deputados do PSD, são pessimistas: O Governo não faz nada! O Governo não sabe nada! O Governo não tem dinheiro!

Esquecem-se aqui de uma coisa. É que na altura das eleições regionais, mais nas vésperas...

**Deputado Clélio Meneses (PSD):** Sr. Presidente, eu vou ter que interpelar a Mesa.

O que é que isto tem a ver com o debate do Plano?!

**O Orador:** O Sr. Deputado Clélio Meneses quando quiser falar comigo, peça a palavra e fale na sua vez. Levante-se, porque a resposta está pronta. O senhor tenha calma. O senhor está nervoso, mas eu não estou. Mantenha-se calmo, pela sua rica saúde.

*(Risos da Câmara)*

Temos tempo. Se não acabarmos hoje, acabamos amanhã.

**Presidente:** O Sr. Deputado Toste permita-me que lhe diga o seguinte:

Presume que ainda está a fazer a introdução à questão que vai colocar ou aos esclarecimentos que vai prestar sobre a saúde, que é o tema que está em debate.

**O Orador:** Eu vou falar sobre a saúde, mas o Sr. Deputado Clélio parece que implica um bocadinho comigo. Gostava que ele se levantasse, falasse, dissesse o que tem para dizer, porque eu tenho resposta para lhe dar.

Eu quero chegar ao final, quero falar sobre a saúde, mas isso demora o seu tempo.

*(Risos da Câmara)*

Se me deixarem falar eu chego lá, se não deixarem, pois paciência! É preciso calma!

Eu vou voltar um bocadinho atrás.

**Presidente:** Sr. Deputado, terminou o seu tempo.

**O Orador:** Os Srs. Deputados do PSD esqueceram-se de uma coisa: nas vésperas das eleições regionais, tinham a certeza que iam ganhar as eleições. Era um optimismo disparatado.

Agora caíram no pessimismo e como tão pessimistas que são, não acreditam que o Governo é capaz de fazer algo.

Mas é o inverso. Este Governo é muito optimista e só com optimismo, seriedade e vontade é que se consegue fazer as coisas.

Este Governo certamente vai cumprir com o que está aqui escrito. Ele está empenhado e todos nós, Grupo Parlamentar do PS, estamos empenhados e vamos fazer por isso.

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado.

**O Orador:** Eu ainda não acabei.

*(Risos da Câmara)*

É só mais um bocadinho que eu vou acabar.

**Presidente:** Sr. Deputado, não lhe posso dar mais tempo.

**O Orador:** Então falo a seguir.

Tenho dito.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Messias.

**(\*) Deputado Paulo Messias (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Apenas duas questões muito rápidas.

Em primeiro lugar para dizer que prevenir a toxicodependência não é só o tratamento à toxicodependência. Hoje, na minha intervenção de tribuna disse que investir na habitação é investir numa sociedade melhor, é investir em jovens não delinquentes. Portanto, investir na habitação social é também investir na prevenção da toxicodependência.

Gostava de deixar aqui um testemunho de uma visita que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista da Ilha Terceira fez aos Serviços de Didactologia, na Ilha Terceira. Reunimos com os técnicos que lá trabalham, tivemos conhecimento dos doentes que têm passado nesse serviço, da quantidade que por lá tem passado, daqueles que já estão curados e de alguns que têm recaído e têm voltado.

Gostava de deixar aqui o testemunho de uma mãe que se sentia muito satisfeita pelo seu filho. A partir do momento em que passou a ter tratamento na Didactologia, passou a ter uma vida normal, deixou de roubar os vizinhos, os tios e os primos. Passou a trabalhar e a ser um elemento útil na sociedade em que vivemos. Era este o primeiro ponto que queria realçar na minha intervenção.

O segundo ponto tem a ver com a construção do Hospital de Angra do Heroísmo.

Durante a última legislatura o PSD acusou muito o PS por não ter construído o Hospital de Angra.

O PS nunca prometeu construir o Hospital de Angra na última Legislatura. O que o PS disse que fazia, fez. A prova disso é que quando chegou ao acto eleitoral mostrou aos terceirenses aquilo que tinha prometido e os terceirenses voltaram a dar o seu voto de confiança ao PS.

O que o PS diz nesta Legislatura é que vai beneficiar a construção do Hospital de Angra do Heroísmo e vai fazê-lo: vai iniciar a construção do Hospital de Angra do Heroísmo.

Eu gostava de realçar que numa intervenção feita há pouco nesta Casa, uma Sra. Deputada da Ilha Terceira referiu que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista está subordinado ao Governo.

Eu gostava de esclarecer que não estamos subordinados ao Governo. Nós estamos subordinados ao nosso programa, agora nunca podemos é estar subordinados ao Grupo Parlamentar do PSD. Isso é que nunca! Até porque há aqui dois programas que estiveram em discussão nas eleições: o programa do PSD e o programa do PS.

O programa do PSD não era um bom programa. O povo açoriano não o quis.

Portanto, nós temos que nos reger pelo programa do Partido Socialista. Foi esse que ganhou os votos e é esse que vai ser cumprido.

Muito obrigado.

**Vozes dos Deputados da bancada do PS:** *Muito bem! Muito bem!*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado José Gaspar.

**Deputado José Gaspar (PS):** Prescindo, Sr. Presidente.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Clélio Meneses.

**Deputado Clélio Meneses (PSD):** Prescindo, Sr. Presidente.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Gomes.

**(\*) Deputado Pedro Gomes (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Assistimos aqui a um facto extraordinário: o Sr. Secretário dos Assuntos Sociais fala nesta câmara como se o Partido Socialista tivesse acabado de ganhar as eleições e não houvesse 8 anos de governação socialista na área da saúde.

Ouvimos um discurso optimista, um discurso de futuro e um discurso que não tem qualquer referência ao passado destes 8 anos de governação do Partido Socialista.

**Deputado Lizuarte Machado (PS):** Isso é falso. O Sr. Secretário falou em 2000 e não em 96!

**Deputado Nuno Amaral (PS):** Temos muito orgulho nesses últimos 8 anos!

**O Orador:** Eu vou dar um exemplo:

O Sr. Secretário referiu aqui, com certo orgulho até, que a SAUDAÇOR tinha renegociado a dívida, tinha contraído um empréstimo, tinha pago uma parte do *factoring* devido pelas Unidades de Saúde e tinha feito os pagamentos à Associação Nacional de Farmácias. Mas o que o Sr. Secretário não disse e devia ter dito é que esse protocolo foi negociado e foi renegociado por um Governo Socialista e era Secretário Regional da Saúde o Sr. Deputado Francisco Coelho.

Nesse protocolo que foi renegociado com a Associação Nacional de Saúde desapareceu o tecto financeiro, o campo, para a flutuação dos juros.

Custou dinheiro à Região, a Região pagou dinheiro em juros e agora é extraordinário que o Sr. Secretário dos Assuntos Sociais venha a esta Câmara como se este acordo com a Associação Nacional de Farmácias tivesse sido de há 20 anos atrás, no tempo do PSD.

**Deputado Francisco Coelho (PS):** Não. O PSD não fez acordo com a Associação Nacional de Farmácias!

**O Orador:** Também é preciso dizer, Sr. Secretário, que é verdade que a SAUDAÇOR contraiu um empréstimo de 80 milhões de euros. É verdade. Mas o que é verdade é que as dívidas do Sistema Regional de Saúde são enormes.

O Sr. Secretário divulgou um número segundo o qual a dívida do Serviço Regional de Saúde era de 98.5 milhões de euros. Eu tenho dúvidas sobre este número, porque só o Hospital do Divino Espírito Santo, em Ponta Delgada, tem uma dívida de 80 milhões de euros.

**Deputado Francisco Coelho (PS):** Será que é dívida?

**O Orador:** É dívida, sim senhor. E posso-lhe dizer os números, Sr. Deputado.

**Deputado Francisco Coelho (PS):** O senhor não percebe nada disso!

**O Orador:** Percebo, com certeza.

A fornecedores – 11 milhões de euros.

Em *factoring* – 33 milhões de euros, depois de ter pago uma parte.

**Deputado Francisco Coelho (PS):** *Factoring* é dívida?

**O Orador:** É, é.

À SAUDAÇOR – 17 milhões de euros.

Deve ainda – diversos – 19 milhões de euros.

Total: 80 milhões de euros.

**Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** E quanto é que devem ao hospital?

**O Orador:** Estou a falar da dívida.

Para terminar, porque o nosso tempo é escasso, é também interessante que não se tenha falado em listas de espera. O que é verdade é que a gestão do Partido Socialista na área da saúde, ao longo destes 8 anos, deixou também um resultado desastroso ao nível das listas de espera.

Cada utente em espera é um cidadão dos Açores que não é atendido pelo Serviço Regional de Saúde

**Deputado Francisco Coelho (PS):** Antes não havia listas de espera!

**O Orador:** No Serviço Regional de Saúde, no Hospital de Ponta Delgada, para não citar outros, há mais de 4 mil cidadãos que estão em lista de espera só em cirurgia e alguns deles estão em lista de espera desde 97 e 98, nalgumas especialidades, como é o caso da ortopedia. E 30% dos 4.000 cidadãos que estão em lista de espera, estão há mais de dois anos.

Isto é uma vergonha é o retrato claro do fracasso da política do Partido Socialista na área da saúde.

Obrigado.

**Deputado Francisco Coelho (PS):** Lá fora já não há listas de espera, acabaram com o último Governo da República!

**Deputado Pedro Gomes (PSD):** Eu estou a falar sobre o Plano da Região. Eu quero ouvir falar sobre a dívida das farmácias!

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Jaime Jorge.

**Deputado Jaime Jorge (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Secretário há bocadinho deu o exemplo de uma boa racionalização dos meios e dos recursos e de uma complementaridade positiva, a do mamógrafo.

Já agora, queria aproveitar para lhe dizer que este mamógrafo foi oferecido pelas três câmaras municipais da ilha.

Portanto, apesar de ter estado muitos meses sem ser utilizado, isto contraria de certa forma o que disse há pouco o Sr. Deputado Hernâni Jorge, de que as Câmaras do Pico nunca colaboram com o Governo. As câmaras, sempre que possível e sempre que os objectivos o justifiquem, colaboram com o Governo.

Sr. Secretário, sabendo que um dos objectivos da Unidade de Saúde de Ilha é, de facto, a racionalização dos meios humanos, dos meios técnicos e dos meios logísticos, eu gostaria de saber quando vai ser possível aproximar os rácios médico de família/utente, no Centro de Saúde da Madalena, em relação aos outros dois centros de saúde da ilha?

Sr. Deputado Hernâni Jorge:

Se me permite um comentário, embora estejamos aqui muito limitados pelo tempo, há bocadinho não me congratulei pela construção do Centro de Saúde da Madalena porque o meu colega, Deputado Cláudio Lopes, já o tinha feito na sua intervenção.



Portanto, seria redundante da minha parte estar a repeti-lo, porque considero que as palavras dele foram também as minhas.

De qualquer forma, queria dizer-lhe, Sr. Deputado, que eu concordo com o modelo de gestão da saúde preconizado pelo Programa do Governo que foi a eleições. Mas até que este modelo prove que é melhor e tem melhores resultados, uma vez que ele é novo e está implantado há pouco mais de um ano, eu ainda não tenho dados suficientes para concluir que este é melhor.

Gostaria de perguntar, para terminar:

Recentemente, a Unidade de Saúde da Ilha do Pico abriu dois concursos públicos para admissão de dois licenciados em direito. Em nome da racionalização dos meios humanos será que se justifica?

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra a Sra. Deputada Fernanda Mendes.

(\*) **Deputada Fernanda Mendes (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Já que entretanto existiram várias intervenções e existem aspectos que são mais urgentes do que a matéria da minha intervenção anterior, gostaria de fazer aqui um ligeiro exercício contra uma doença muito actual que é a doença de Alzheimer, que tem a ver com o esquecimento. Ao mesmo tempo gostaria de dar esta resposta à Sra. Deputada Carla Bretão.

Não há dúvida nenhuma que os utentes da Terceira, e das outras ilhas que canalizam doentes para a Terceira, o que querem é boas condições nas instalações de saúde, bom atendimento em resposta aos seus problemas.

Aos utentes não interessa, em boa verdade, se é uma instituição nova ou antiga. Isto é a essência da coisa. Mas, entretanto, gostaria de dizer que quando se faz uma programação estratégica a longo prazo, com muito tempo, se deve decidir se se vai ou não construir um hospital novo.

Isso não quer dizer que deixemos de intervir no hospital antigo para que os utentes tenham verdadeiramente condições e, além de tudo, que a instituição possa acompanhar a modernização do sistema.

É por isso que na Ilha Terceira se investiu, nestes últimos 8 anos, 17 milhões de euros, dos quais 4,5 foram para o Centro de Saúde da Praia da Vitória e 11,5 milhões de euros foram investidos no Hospital de Angra do Heroísmo. Para quê? Para que tenha condições para efectuar o atendimento aos utentes.

No tal exercício contra o Alzheimer, gostaria de dizer que relativamente ao novo Hospital de Ponta Delgada, em 1982, deu-se início aos primeiros estudos funcionais, pelos suecos, a pedido do Governo Regional.

Em 85, os suecos apresentaram o relatório e os serviços debateram-no.

O concurso foi lançado em 87.

A primeira pedra foi lançada em Setembro de 1991.

Entretanto, de 82, a 91, já se passaram 9 anos.

A 31 de Julho de 97, conclusão da obra, a obra de construção civil.

De 97 a 99 foi a fase do equipamento.

Nisto tudo, nós tivemos a módica quantia, já que estamos falando em quantias, de 17 anos.

Eu acho que este é um belíssimo exercício contra a doença de Alzheimer.

**Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** *Muito bem!*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado António Toste.

(\*) **Deputado António Toste (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Queria lembrar aos Srs. Deputados o PSD, mais concretamente da Ilha Terceira, que estão preocupados com as obras que vão ser feitas ou não e quando é que vão ser feitas, na área da solidariedade social, as obras que estão para ser iniciadas e as que estão no projecto.

Obras a iniciar:

- Remodelação do edifício para instalação da Creche e Jardim de Infância da Confederação Terceirense;
- Remodelação e ampliação da Creche Jardim de Infância da Irmandade de Nossa Senhora do Livramento;
- Remodelação dos espaços da Creche Jardim de Infância da Casa do Povo da Terra Chã.

Em projecto:

- Remodelação e ampliação do edifício da Creche da Praia da Vitória;
- Reconstrução e adaptação do Claustro do Sul Recolhimento de São Gonçalo;
- Construção do Centro de Actividades Ocupacionais da Sociedade Cristã da Mocidade.

Era apenas isto, para que ficassem informados.

Disse.

**Presidente:** Tem a palavra a Sra. Deputada Piedade Lalanda.

(\*) **Deputada Piedade Lalanda (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Acho que é importante e faz parte da estrutura desta Assembleia, que se defenda os interesses de ilha.

Mas eu penso que em matéria de políticas sociais não é de desprezar um instrumento que existe, a Carta Social. A Secretaria de Assuntos Sociais, penso eu, e o Governo, ao terem criado esse instrumento, como a Carta Escolar ou a Carta Hospitalar, foi no sentido de poder melhor planear, decidir, escolher e definir as tais prioridades como há pouco reivindicava o Deputado Pedro Gomes.

Em matéria de prioridades, no que toca por exemplo aos ATL, a Carta Social revela-nos que a Povoação, por exemplo, é um dos concelhos com maior carência, Vila Franca do Campo, São Roque do Pico, Madalena, Velas de São Jorge e até há concelhos como as Lajes do Pico, Lajes e Santa Cruz das Flores e até o Corvo que não têm qualquer tipo de estrutura a esse nível.

Penso que quando se fazem reivindicações de ilha, também há que olhar se são prioridades no tocante à Região, porque nós, Deputados de São Miguel, podemos vir defender a nossa dama e dizer que também sentimos que, por exemplo, a cidade de Ponta Delgada, na sua zona de crescimento, tem carências de estruturas de apoio à infância, mas numa visão de conjunto, temos que olhar às tais prioridades, que são também prioridades de carência, e dos concelhos que têm maior necessidade desse tipo de equipamentos.

Penso que é nesse sentido que se fazem as escolhas e não apenas das necessidades e dos desejos que cada concelho pode ter.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Rogério Veiros.

(\*) **Deputado Rogério Veiros (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Relativamente a uma intervenção que assistimos aqui há pouco sobre as dívidas da saúde e sobre a interpretação que se faz dos relatórios e contas, o Tribunal de Contas executa os relatórios muito bem executados com conclusões. Basta lermos as conclusões para nós apurarmos o real défice das instituições de saúde.

Agora, quando vem um Deputado ao plenário em que diz que a dívida é tanto, elenca os montantes de dívida e nem se dá ao trabalho de fazer a diferença entre o passivo e o activo, meus senhores, nem com relatórios de alta qualidade os senhores conseguem perceber.

**Deputado Pedro Gomes (PSD):** Volta a estar a enganado, Sr. Deputado!

**O Orador:** Meus amigos, o défice de qualquer hospital ou de qualquer instituição analisa-se pelo montante total de dívidas e a isso subtrai-se os activos que se tem para receber. É assim que se apura o défice da saúde.

Não é chegar lá, somar o total das dívidas e dizer que a dívida é tanto. Isso é contabilidade de taberneiro...

**Deputado Pedro Gomes (PSD):** Modere a linguagem, Sr. Deputado. Olhe que não fica bem!

**O Orador:** ... e essa não é a contabilidade nem do PS, nem do Tribunal de Contas.

O senhor disse que parece que o PS só agora é que iniciou a governação. Eu queria dizer-lhe que o Sr. Secretário, na sua intervenção, elencou a evolução de números de 96 a 2000, de 2000 a 2004 e quais são os objectivos para a presente legislatura. Ele nem fez aquilo que os senhores não gostam que se faça, que é vir comparar com o período antes de 96.

Se nós falamos daquilo que evoluímos, os senhores dizem que nós não falamos, se falamos antes de 96, toca-vos na ferida, vocês não gostam.

**Deputado Mark Marques (PSD):** Vocês, é uma casa de família!

**O Orador:** Queria lhe dizer que ao PS, à maioria socialista e àquele Governo que ali está sentado, cabe a nobre tarefa de governar. Nós já ganhámos as eleições em 96, em 2000 e em 2004. Pelos vistos, com uma oposição destas, ainda vamos ganhar em 2008, por uma razão muito simples, é que a nós cabe-nos governar, aplicar as políticas. Ao PS cabe estar sempre em mudança, porque o mundo não pára e os Açores também não.

É certo que em 96 havia realidades e houve políticas que foram assumidas por determinados Secretários e por determinados Membros do Governo que depois com a continuidade, com a evolução dos tempos, tiveram que ser alteradas. Isso é normal.

Grave era se fosse ao contrário, era se nós chegássemos aqui em 96, e achássemos que éramos donos da razão e não alterássemos nada.

Isso não acontece na saúde, porque mudámos de secretários, porque há secretários que estão ali sentados desde 96, que aplicaram métodos, aplicaram políticas, elas deram resultados e já chegaram à conclusão que é necessário alterar.

Esse exercício de evolução por parte do Partido Socialista ainda é mais exigente, porque cada vez mais temos menos e mais fraca oposição. Cabe ao próprio PS inovar, continuar a melhorar e a mudar os Açores para melhor.

Muito obrigado.

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Tem a palavra a Sra. Deputada Maria José Duarte.

(\*) **Deputada Maria José Duarte (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional dos Assuntos Sociais:

Eu gostaria de saber que medidas o Governo pretende implementar no que respeita à reinserção social dos toxicodependentes.

Muito obrigada.

**Presidente:** Depois de 22 esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Secretário Regional dos Assuntos Sociais.

(\*) **Secretário Regional dos Assuntos Sociais (Domingos Cunha):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Vou começar por responder à questão que a Dra. Carla Martins colocou relativamente ao apoio ao infantário na área dos profissionais públicos.

Gostaria de lhe dizer que não está contemplada na área dos Assuntos Sociais, mas sim na área do Associativismo Público, Serviços Sociais, Programa 27.3 e vai ser assumido pela Administração Regional e Local.

Relativamente ao Hospital de Angra penso que, clara e definitivamente, assumo que é para construir.

A fase que agora estamos é única e exclusivamente a escolha do terreno, de dois terrenos que estão escolhidos. É preciso que a Comissão que vai fazer a escolha decida de uma vez por todas qual é a localização do terreno, com uma cautela e cuidado, é que nós não pretendemos começar a provocar especulação imobiliária. Como deve calcular, é muito fácil e provável que comece a acontecer quando dissermos eventualmente quais são as localizações para a escolha.

Portanto, com cuidado, com os membros das várias áreas que estão escolhidos para fazer essa escolha, iremos gerir este processo com a maior das cautelas possíveis.

Relativamente ao Sr. Deputado Jaime Jorge, gostaria de lhe dizer que dos rácios que nós possuímos relativamente ao Centro de Saúde da Madalena, São Roque e do Pico, há uma grande discrepância entre São Roque e a Madalena, porque São Roque tem um rácio de um médico para 907 utentes. Isto é um luxo numa Região com as dificuldades que nós temos, mas isso deriva de uma situação que foi ter sido permitida a transferência de uma médica do Centro de Saúde da Madalena para São Roque do Pico, quando isso devia ter sido evitado precisamente para não provocar este desequilíbrio.

Portanto, isto obriga a que a Unidade de Saúde de Ilha do Pico, agora em acção, tenha que criar condições e tenha que reestruturar esta situação de maneira a que distribua os recursos humanos que tem para dar capacidade de resposta aos utentes das diversas áreas, neste caso particular, à Madalena.

No que se refere aos concursos, eles são da competência das Unidades de Saúde de Ilha. A Unidade de Saúde de Ilha entende que é necessário ter um jurista para lhe dar apoio, uma vez que se levantam sérios problemas, não só nos concursos, mas sobretudo na questão da contratação de pessoal. Como sabe, a Lei 24/2004, que tem o Código de Trabalho anexo, é muito complicada, temos muita gente com contratos,

temos que resolver esta situação dos contratos, os órgãos de administração têm que ter técnicos e gente formada para lhes dar apoio para poderem ter decisões acertadas e rentabilizadas.

Relativamente ao Sr. Deputado Pedro Gomes, queria dizer-lhe que no que toca ao acordo com a ANF eu sou solidário com o antigo Secretário, como sou também solidário com a antiga Secretária Regional. Posso ter estilos ou maneiras diferentes de encarar as coisas e ter uma gestão diferente, mas para nós é um assunto que está ultrapassado.

Quanto às listas de espera, Sr. Deputado, eu tenho na minha mão aquilo que prometi aqui aquando do debate do Programa do Governo: o relatório das listas de espera do Hospital Divino Espírito Santo, que faz a avaliação de todo o processo que existiu desde 2002. Sei exactamente os números, que coincidem com os seus, que estão em lista de espera (4000).

Também tenho aqui todo o enquadramento legal em que é possível criar situações de ultrapassar as listas de espera.

Vamos alargar as listas de espera não só a algumas especialidades cirúrgicas, como era antigamente. Vamos abrir a todas as especialidades cirúrgicas, vamos abrir às consultas externas e vamos abrir aos exames complementares de diagnóstico. Mas isto chegou sexta-feira à tarde. Eu trouxe comigo para a Horta, para ler, para reflectir, para quando regressar me poder debruçar sobre isso.

Está aqui o processo, está aqui a minha promessa, está aqui diante de vós aquilo que eu prometi.

Gostaria muito de discutir consigo uma outra situação na sequência da sua intervenção que fez em Fevereiro e que eu não estava presente, não por primar pela ausência e não por menos respeito por esta Câmara, mas por razões que tinha assumido.

Temos três grandes projectos em mãos. Temos a proposta da facturação aos subsistemas e a terceiros; temos em mãos a proposta de uniformização da tabela de reembolsos para aplicar nos Serviços de Saúde, e estamos a iniciar a validação das convenções, isto é, permitir que o Serviço Regional de Saúde, tal como está previsto no Estatuto do Serviço Regional de Saúde, possa fazer convenções com entidades privadas no âmbito da prestação de cuidados, quando esgotada a capacidade técnica e humana dos serviços públicos.

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Secretário.

**O Orador:** É um vasto leque de iniciativas que estamos a trabalhar. De facto, subcarrega-nos um pouco, mas estamos aqui para isso. Vamos continuar e vamos apresentar os resultados e as propostas que nos comprometemos sobre isso.

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Secretário Regional. Receio que tenha ultrapassado largamente o seu tempo.

Terá outra oportunidade.

**Presidente:** Tem a palavra a Sra. Deputada Carla Bretão.

**(\*) Deputada Carla Bretão (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional:

Eu soube há pouco que a Direcção Clínica do Hospital de Angra se demitiu hoje. Gostaria de saber se sabia disso e o que é que pensa sobre este assunto?

Obrigada.

**Deputado Herberto Rosa (PS):** E o que é que isto tem a ver com o Plano?

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional dos Assuntos Sociais.

(\*) **Secretário Regional dos Assuntos Sociais (Domingos Cunha):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Quanto a esta questão da Sra. Deputada eu desconheço. Portanto, não vou fazer comentários, porque, para já, não está integrada na questão que estamos a ter, nem tão pouco fui avisado, logo, não me posso pronunciar sobre isso.

Relativamente à questão colocada há pouco sobre a reinserção dos toxicodependentes no mercado de trabalho, como disse, há os centros de herboterapia e há os centros de inserção e, em parceria com a Educação e Ciência, no âmbito do trabalho, tentamos rentabilizar a reinserção destes toxicodependentes recuperados nos programas PROSA.

**Presidente:** Tem a palavra a Sra. Deputada Nélia Amaral.

(\*) **Deputada Nélia Amaral (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Sr. Secretário dos Assuntos Sociais já respondeu parcialmente à questão colocada pela Deputada Maria José Duarte.

No entanto, gostaria de adicionar algumas coisas que já estão a ser feitas na Região e que da minha parte gostaria de ver ter continuidade no âmbito da reinserção dos toxicodependentes, reinserção num sentido mais alargado e mais lato, que não exclusivamente a reinserção profissional.

Falaria do acompanhamento dos doentes após o período de internamento, do aconselhamento às famílias, das acções de formação profissional, do desenvolvimento do mercado social de emprego, das unidades de vida apoiada e das casas de transição.

**Presidente:** Não tenho mais inscrições sobre este assunto, por isso tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Avelar para uma intervenção.

**Deputado Manuel Avelar (PS):** Sr. Presidente, Sra. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Garante-nos a Constituição da República Portuguesa que a Saúde é um dos direitos sociais fundamentais, devendo ter-se em conta a universalidade na capacidade de acesso aos serviços de saúde, assim como a vertente da tendencialidade da gratuitidade na prestação dos cuidados de saúde.

A qualidade do desenvolvimento da nossa Região também passa pelo sector da Saúde – promovendo-a e prevenindo a doença, terá efeitos que se reflectem no campo individual, familiar e social dos açorianos.

A estratégia para a área da Saúde apresentada no Programa do IX Governo Regional, e aprovada nesta Assembleia, desenvolver-se-á através dum vasto leque de medidas e acções para a concretização dos objectivos propostos, que passam a constituir uma alteração qualitativa na prestação dos cuidados de saúde, dos açorianos.

Implementar a melhoria da cobertura assistencial à população no campo da Medicina Geral e Familiar através de várias medidas, entre elas, prosseguir o programa de deslocação de médicos especialistas e outros técnicos de saúde às ilhas onde não estão localizados hospitais, desenvolver a implementação da Telemedicina, exige especial atenção à Formação dos profissionais de saúde.

Sr. Presidente, Sra. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

As orientações de Médio Prazo 2005/2008 e o Plano Regional Anual 2005, agora em debate, apontam várias vertentes que se irão desenvolver na área da Saúde.

Assim sendo, neste mandato dar-se-á início aos processos referentes ao desenvolvimento da construção dos novos Centros de Saúde de Ponta Delgada, Madalena e Santa Cruz da Graciosa, obras da maior importância para a melhoria dos cuidados de saúde prestados às comunidades em que se inserem e tendo ainda em conta a entrega dos edifícios antigos às entidades proprietárias (Santas Casas da Misericórdia) que os podem aproveitar da melhor forma, criando ou melhorando serviços já existentes na área da Solidariedade Social.

Com essa finalidade implementar-se-á neste período a elaboração de programas, estudos e projectos, assim como a aquisição dos terrenos, destinados à construção das novas infra-estruturas, conforme vem definido no Programa 16 do Plano para 2005.

A conclusão e entrada em funcionamento (muito brevemente) do Serviço de Atendimento Urgente do Centro de Saúde de Ponta Delgada vem beneficiar grandemente os utentes do Serviço Regional de Saúde e a qualidade dos serviços prestados.

Sr. Presidente, Sra. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Este Plano agora em debate para além dos projectos e acções já mencionados, e que são muito importantes, contempla também a remodelação e ampliação de diversas unidades de saúde da Região.

Nesta área podemos destacar as obras a realizar no Hospital de Santo Espírito, na cidade de Angra do Heroísmo, obras essas que, na sequência do que se tem vindo a realizar melhorarão a qualidade dos serviços prestados aos utentes e as condições de trabalho dos técnicos, bem como a reconstrução do Bloco C do Hospital da Horta.

No que se refere às Casas de Saúde existentes nos Açores, será apoiada a sua remodelação, tendo em vista o aumento da capacidade de internamento e a melhoria dos serviços na área da Saúde Psiquiátrica.

Serão também apoiadas pequenas obras de remodelação e ampliação e beneficiação, sempre que por razões de ordem tecnológica e técnica, se justifique no sentido de adequar as instalações à evolução na área médica.

Sr. Presidente, Sra. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A cada dia que passa, os avanços na área da medicina vão surgindo, e por isso, os investimentos têm de continuar para que as unidades de saúde da Região se encontrem devidamente preparadas para acompanhar essa evolução.

É de salientar alguns objectivos a concretizar, tais como, aquisição de equipamento adequado para a Emergência Médica e equipas de evacuação aérea, serviço de grande utilidade, o qual tem salvo muitas vidas, principalmente dos que vivem nas ilhas onde não existe Hospital.

Mas não é apenas necessária a aquisição de novos equipamentos, porque para que eles funcionem adequadamente e possam contribuir para a melhoria da prestação dos cuidados de saúde dos açorianos, é preciso continuar a apostar na formação dos profissionais de saúde, nomeadamente nos internatos médicos nas novas especializações em enfermagem e nos técnicos de diagnóstico e terapêutica.

Sr. Presidente, Sra. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

No âmbito do Sistema Regional de Saúde terão um importante papel as instituições de Solidariedade Social, nomeadamente na área da saúde mental e

toxicod dependências, como as Casas de Saúde Psiquiátricas, com as quais se desenvolvem acordos de cooperação, tendo em vista a melhoria da acessibilidade aos cuidados de saúde e melhoria das suas instalações.

O Plano para 2005, tal como os anteriores, 2001 a 2004, contempla uma acção que visa o desenvolvimento e promoção de projectos e campanhas na área da prevenção, das toxicod dependências, o que vai de encontro às necessidades e expectativas dos cidadãos.

As tecnologias de Informação na saúde são um grande desafio estratégico e essencial à modernização do sector. Esta passa pela concretização da informatização do Serviço Regional de Saúde e das redes de teleconsulta, urgências e apoio a doentes crónicos.

Estamos, por isso, certos que nesta legislatura e com este Plano de Investimentos para a saúde o IX Governo Regional dos Açores está a reforçar a coesão social e a melhorar a qualidade de vida a todos os açorianos.

Disse.

**Deputado Nuno Amaral (PS):** *Muito bem!*

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Não havendo pedidos de esclarecimento, tem a palavra para uma intervenção o Sr. Deputado António Gonçalves.

**Deputado António Gonçalves (PSD):** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Queria iniciar estas minhas palavras, saudando desta tribuna todos os deputados florentinos que ao longo dos tempos e em diferentes partidos emprestaram o melhor de si próprios na defesa desta causa comum que deverá ser o desenvolvimento da Região e neste caso concreto da Ilha das Flores.

Não opto pela mera crítica destrutiva ou pela mera ficção para agradar os eleitores. A verdade é que não posso deixar de demonstrar aqui a minha preocupação no que se refere ao desenvolvimento da Ilha das Flores. Fundamento este meu receio ao aperceber-me da rapidez com que o tempo passa e ao tomar consciência do atraso em que a minha ilha se encontra, naquilo que é essencial, primordial, para uma qualidade de vida a que os florentinos deveriam também ter direito.

**Deputado José Manuel Bolieiro (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** Os problemas de hoje são os mesmos do ano passado, do ano atrás e do outro ano atrás... As pessoas vão envelhecendo, os mais novos fugindo e os que esforçadamente querem acreditar no futuro melhor e vão, como eu, vivendo de expectativa em expectativa.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

No desenvolvimento da Região, cada uma das suas parcelas tem de ser considerada de acordo com os seus principais pontos de bloqueio, para desse modo se perspectivarem soluções adequada.

O que falta às Flores para o seu posicionamento num patamar de dignidade, e é isso somente que sempre reclamaram os florentinos, está sobejamente inventariado. Não tenho dúvida de que os nossos governantes o sabem. Falta vontade e determinação



para fazer da ilha das Flores não uma terra de pouca gente, que a lonjura ao longo dos séculos foi afastando cada vez mais, mas o nono dum todo, dum povo, duma identidade que não pode ser enjeitada.

**Deputado Mark Marques (PSD):** *Muito bem!*

**O Orador:** A Ilha das Flores, até mesmo só pela geografia, por aquilo que aumenta na nossa Zona Económica Exclusiva, deverá ser referida como uma ilha pequena que contribui para o engrandecimento da Região.

**Deputado José Manuel Bolieiro (PSD):** *Muito bem!*

**O Orador:** Falar pois, em aumentar a execução de obras que valorizem esta parcela da Região me parece urgente já que, justamente por ser a mais comprometida com a insularidade é aquela cuja insularidade, a par do Corvo, vale na Europa Comunitária o preço de muitas milhas a ocidente.

Não é difícil provar que na ilha das Flores tudo leva demasiado tempo para acontecer. Não me faltam disso factos concretos. Vejamos, a título de exemplo, a história de uma obra de reabilitação de uma dúzia de quilómetros de estrada, concretamente entre as vilas de Santa Cruz e Lajes:

No dia 3 de Setembro de 1998, ainda no século passado, o Governo, em Conselho, nas Flores, deliberou: (passo a citar) - “Autorizar a abertura de concurso para início da obra de repavimentação de troços da estrada Regional Santa Cruz-Lajes” (fim de citação);

- No ano seguinte, a 6 de Abril de 1999, constava do Comunicado do Conselho do Governo em visita às Flores, “Lançar a concurso a empreitada de pavimentação de 13 quilómetros da Estrada Regional entre Santa Cruz e Lajes nos seguintes troços: entre a Ribeira da Cruz e o quilómetro 15, e deste até à rotunda das Lajes”;

- Um ano depois, a 13 de Junho de 2000, a obra mudou de rumo e mereceu a seguinte decisão dos nossos governantes reunidos nas Flores: “Lançar a concurso a obra de reabilitação da estrada regional entre a Ribeira da Cruz e Santa Cruz, no âmbito do projecto de transformação da Estrada Regional de 2ª. entre as vilas das Lajes e Santa Cruz, em estrada regional de 1ª.”;

-O Governo voltou às Flores nos dois anos seguintes e os Comunicados dos Conselho do Governo de 18 de Setembro de 2001 e 19 de Setembro de 2002, contra todas as expectativas foram omissos nesse assunto;

- A 24 de Setembro de 2003, os nossos governantes uma vez mais nas Flores decidiam: “Autorizar o lançamento da empreitada de correcção e reabilitação da Estrada Regional Lajes Santa Cruz, numa extensão de 18 quilómetros, pelo valor de 4 milhões de euros e com um prazo de execução de 360 dias”;

E, finalmente, a 23 de Março do ano seguinte (estávamos em 2004) lia-se no Comunicado do Conselho do Governo “Autorizar a celebração do Contrato para a execução da empreitada de reabilitação da Estrada Regional entre Lajes e Santa Cruz (1ª. Fase), numa extensão de 12,8 Km, o que representa um investimento de 2,8 milhões de euros. Esta obra resulta da decisão do Governo Regional em melhorar a rede viária regional da Ilha das Flores, à qual se seguirá o troço entre a Ribeira da Cruz e Santa Cruz”

A poucos meses das eleições regionais, iniciaram-se os trabalhos, que já estão com um atraso de 30% (é o que se estima), com uma qualidade de execução duvidosa,

uma vez estreitada, depois alargada. Ainda não vai a um terço e já com os primeiros buracos. Estrada mal fadada!

Sabemos todos da importância da qualidade de uma rede viária de qualquer terra e muito mais com uma orografia como a da Ilha das Flores. São as acessibilidades que servem a circulação de, pessoas, serviços e mercadorias. São os benefícios no incremento do turismo numa ilha cujas potencialidades neste sector ninguém duvida. Enfim com reflexos económicos e sociais que todos percebemos.

Com maior celeridade foi já construído um troço importante na Fajã Grande e este Plano prevê a sua conclusão até ao sítio do “Jardim”.

E as restantes estradas da Ilha que já têm décadas sem nenhuma intervenção de fundo?

Para quando obras na estrada entre os Cedros e os Ferros Velhos?

Não seria muito urgente a repavimentação na parte regional da Rua da Esperança, agora com o trabalho de fundo que se vem realizando nas ruas da vila de Santa Cruz e na estrada aeroporto poente até aos Cedros?

E o estado da Estrada do Mato, acesso importante entre Santa Cruz e a Fajã Grande e via alternativa de toda a ilha, em estado de grande degradação?

Não seria de aproveitar a presença das empresas que se instalaram nas Flores para, de seguida, se concluírem os troços que faltam beneficiar?

Os custos das pequenas correcções e remendos que amiudadamente se têm de fazer, não justificariam uma intervenção de fundo, duradoura, com um carácter mais definitivo? Aqui abro um parêntesis para referir que, nestes três meses de 2005, já foram remendadas por duas vezes a Estrada Regional dos Terreiros a Ponta Delgada e seis vezes o troço do Alto da Matosa até à Vila de Santa Cruz.

A Ilha das Flores, não merece ter ao menos um dos seus principais problemas, resolvidos duma forma completa e eficaz? Um, que ficasse resolvido?

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sou do tempo em que o calendário político nas Flores compreendia três momentos de grande expectativa: As campanhas eleitorais, a Visita Estatutária do Governo e o momento da Aprovação do Plano Anual.

O Primeiro, tornou-se num período de promessas inconsequentes e de um mercado negro do voto, sem paralelo. O Segundo, numa viagem obrigatória, que deixou de privilegiar o contacto com as pessoas em geral através das forças vivas da ilha, tornando-se quase numa visita ao clã, onde se tomam decisões, muitas delas para tarde ou nunca serem concretizadas. Quanto ao último, a leitura atenta dos níveis de execução dos Planos anteriores relativamente à Ilha das Flores, desacredita-o pela falta de realização do que foi assumido e não foi cumprido.

Meus Senhores:

O Projecto Autónomico nunca poderá ser realidade enquanto a Ilha das Flores não for também colocada no Mapa do Desenvolvimento dos Açores.

Disse.

**Vozes dos Deputados da bancada do PSD:** *Muito bem! Muito bem!*

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)*

**Presidente:** Estão inscritos o Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos, os Srs. Deputados Herberto Rosa, José Eduardo.

Tem a palavra o Sr. Deputado Herberto Rosa.

(\*) **Deputado Herberto Rosa (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado António Maria: (é assim que nos conhecemos) Antes de mais quero agradecer a saudação inicial, porque, também sendo um deputado que representa os florentinos nesta casa há pouco mais de 8 anos, senti-me abrangido pela saudação que fez.

Digo-lhe mais, Sr. Deputado: cheguei, a dado momento na sua intervenção, a pensar que ia acrescentar a esta retribuição de saudação uma felicitação pela intervenção. Infelizmente, V. Exa. já se contaminou pela forma de estar do seu Grupo Parlamentar. Portanto, foi igual àquilo que eu esperava que fosse e, sendo assim, as minhas notas não tiveram que ser adaptadas a uma nova realidade.

Devo-lhe dizer, Sr. Deputado, que comungo, e todos nós comungamos e andamos aqui a trabalhar há muito tempo relativamente a esta matéria, com a necessidade de reparar a rede viária da Ilha das Flores, uma rede viária que, obviamente, tem necessidade urgente de ser reparada, que tem vindo a ser reparada, uma rede viária que em muitos troços, e V. Exa. reconheceu, é velha de décadas. Em alguns troços é velha até quase de meio século.

Portanto, está a ser intervencionada. As obras estão adjudicadas e estão sendo fiscalizadas.

Eu não conhecia a faceta de engenheiro civil de V. Exa. Portanto, não sabia que V. Exa. também sabia que as estradas das Flores estão a ser mal construídas. Que eu saiba, foram adjudicadas a empresas que estão conceituadas e reconhecidas por alvará para realizar esse tipo de trabalho, estão a ser devidamente pagas a tempo e horas, as obras estão a ser fiscalizadas por empresas contratadas para o efeito e, portanto, não sei por que é que nas Flores uma empreitada desse tipo não há-de estar a correr bem. Não sei, não noto isso e não me chegou essa notícia aos ouvidos, mas V. Exa. lá sabe por que é que o diz.

Também lhe posso dizer, Sr. Deputado, que das várias histórias intermináveis nas Flores – ocupou muito tempo a falar da história das estradas – V. Exa. também podia ter falado de uma ou outra história interminável, se calhar ainda mais suculenta, que era a velha história da localização do porto das Flores.

Se formos a falar de velhas histórias das Flores, teríamos certamente outras mais interessantes ainda para contar.

Mas vamos a elementos concretos:

É necessário resolver o problema das estradas. O problema merece ser resolvido? – Perguntou V. Exa.

Digo-lhe, Sr. Deputado, e muito claramente: não só merece ser resolvido como nós estamos a resolvê-lo. Vai ser o PS, vai ser o Governo do Partido Socialista que o vai resolver.

**Deputada Maria José Duarte (PSD):** Por este andar, não sei!

**O Orador:** Como é que isso vai acontecer?

Desde logo, posso-lhe dizer, que para além do troço que referiu, e que está no Plano, da estrada do Ramal da Fajã Grande, está neste momento a decorrer, como saberá, a reabilitação da estrada entre as Lajes e Santa Cruz, na sua primeira fase. Uma obra

que teve início a 28 de Junho de 2004 e que tem termo previsto para 28 de Dezembro de 2005, de acordo com o contrato de adjudicação. Não está no Plano porque vai ser realizada, e penso que isso já aqui foi dito, através de um contrato do Governo Regional com a SPRHI,SA. Daí, provavelmente, a angústia de V. Exa. por não ter visto o dinheiro no Plano e pensar que se tinha abandonado o projecto.

Ainda este ano será lançada a segunda fase da reabilitação da estrada Lajes/Santa Cruz e a segunda fase entre a Ribeira da Cruz e Santa Cruz. Tem um preço base de 2 milhões 825 mil euros, IVA incluído. O lançamento será feito este ano e o início do contrato será em Setembro de 2005.

Quanto à Rua da Esperança, devo-lhe dizer Sr. Deputado que a sua preocupação é pertinente. Tão pertinente é, que já foi negociado e o Governo Regional já assumiu através da inclusão, e deve estar no Plano, de uma verba. O Governo vai renegociar com a Câmara de Santa Cruz um contrato para que as vias terrestres, que se incluem na malha urbana, sejam incluídas na empreitada da reabilitação de Santa Cruz que está neste momento a decorrer, da baixa da Vila.

Portanto, o troço desde a Fábrica da Baleia até ao alto da rua, vai ser recuperado no âmbito desta empreitada.

Se quer saber mais de estradas posso-lhe dizer que rompimento do anel está neste momento em fase de conclusão. A seguir, vai para a fase de regularização, maquinação, rede de drenagens e posteriormente asfaltagem.

**Presidente:** Sr. Deputado Herberto Rosa, terminou o seu tempo e o nosso tempo também.

**O Orador:** Termine já, Sr. Presidente.

Amanhã terei muito gosto, muito prazer e enorme satisfação em continuar com V. Exa., a partir das 10 horas, a falar sobre este assunto.

Muito obrigado.

**Presidente:** Srs. Deputados, terminou o nosso tempo.

As restantes inscrições transitam para amanhã às 10 horas.

Antes de dar por encerrados os nossos trabalhos, passo a anunciar os tempos disponíveis.

Partido Popular – 22, 1 minutos;

PSD – 66 minutos

PS – 140 minutos

Governo – 109,2 minutos;

Dep. Indep. – 10 minutos.

Boa noite e até amanhã.

*(Os trabalhos terminaram às 20 horas)*

***Deputados que entraram durante a Sessão:***

***Partido Socialista (PS)***

**Manuel Herberto Santos da Rosa**

**Osório Meneses da Silva**

***Partido Social Democrata (PSD)***

**Aires António Fagundes dos Reis**

***Deputados que faltaram à Sessão***

***Partido Socialista (PS)***

**Cláudia Alexandra Coelho Cardoso Meneses da Costa**

*(\*) Texto não revisto pelo orador*

—

**A Redactora:** *Maria da Conceição Fraga Branco.*